



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALLANA LETTICIA DOS SANTOS

**DITADURAS EM PERSPECTIVAS: CASOS DE MILITÂNCIA DAS MULHERES EM
SALVADOR (BRASIL), COIMBRA, LISBOA E PORTO (PORTUGAL) (1964-1975)**

Florianópolis

2021

ALLANA LETTICIA DOS SANTOS

**DITADURAS EM PERSPECTIVAS: CASOS DE MILITÂNCIA DAS MULHERES EM
SALVADOR (BRASIL), COIMBRA, LISBOA E PORTO (PORTUGAL) (1964-1975)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Mestre em História. Área
de concentração: História Global.

Orientadora: Profa. Dra. Janine Gomes da Silva

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Allana Letticia dos
DITADURAS EM PERSPECTIVAS : CASOS DE MILITÂNCIA DAS
MULHERES EM SALVADOR (BRASIL), COIMBRA, LISBOA E
PORTO (PORTUGAL) (1964-1975) / Allana Letticia dos Santos
; orientadora, Janine Gomes da Silva, 2021.
110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Ditaduras Brasil e Portugal. 3.
Militância. 4. Mulheres. 5. Movimentos Estudantis. I.
Silva, Janine Gomes da . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Allana Letticia dos Santos

**Ditaduras em perspectivas: casos de militância das mulheres em Salvador (Brasil),
Coimbra, Lisboa e Porto (Portugal) (1964-1975)**

O presente trabalho, em nível de mestrado, foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a), Dra. Maria Aparecida Sanches
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof.(a), Dra. Vera Gasparetto
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dra. Janine Gomes da Silva
Orientadora

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres negras que vieram antes de mim e construíram caminhos para que a minha vivência no meio universitário, como também fora dele, fossem possíveis: principalmente a minha mãe, a minha madrinha Jucilene e a minha avó. “Nossos passos vêm de longe” (WERNECK, Jurema, 2000).

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de agradecer, primeiramente, a Deus, por continuar me sustentando e permitindo que meus sonhos sejam concretizados, por meio de sua interseção. É também tempo de fazer ecoar vozes sucumbidas nos espaços estilizados, como as vozes das mulheres negras. Assim, posso dizer: perdurei aos olhares de descrença, à exclusão, aos assédios, ao racismo velado, machismo, sexismo, misoginia. À indiferença de indivíduos que, com pensamentos estereotipados pela ignorância, ódio e preconceito, achavam que eu não teria capacidade para realizar o curso de mestrado, em uma Universidade pública no sul do Brasil, pois adoram nos nivelar por baixo. Não foi fácil, mas agora posso dizer: consegui, conquistei, lutei e sempre lutarei.

Com igual importância, estendo os meus agradecimentos a:

À minha mãe, por ter sido calma quando precisei de aconchego e tempestade nos momentos merecidos. Pelas noites perdidas trabalhando incansavelmente para que tudo isso se tornasse realidade, obrigada por tanto amor e cuidado.

À minha madrinha Jucilene, pelas conversas aconchegantes, conselhos, apoio, carinho e amor. Por nunca ter soltado minha mão e se fazer presente, até mesmo à distância, meus agradecimentos são inestimáveis.

À minha orientadora Janine, por ter sido gentil e disposta para a construção desse trabalho, nossas reuniões nutridas por afeto, foram de suma importância para o resultado final dessa investigação.

Às minhas primas: Júlia Kelly, por aceitar meus convites para me tirar do tédio, com conversas e passeios sempre incríveis, sou grata a mulher que tu és e por estás comigo para o que der e vier. Gisele, por ser atenciosa quando se é necessário, dedicada e meiga, obrigada pela presença em minha vida. Raphaela, que por mais distante que nossa amizade possa parecer, nossos laços são eternos.

Às minhas amigas Clara Fernanda, Ione, Mailda. Nossa amizade é linda, simples e sincera, sou muito agraciada pelo apoio, partilhas, desabafos e vitórias. Nossa caminhada é forte. Obrigada por tanto, meninas.

Aos meus amigos de Floripa: Henrique, amigo te agradeço pelo zelo, amor, carinho e atenção; a vivência na pós-graduação se tornou mais leve com você. Nayara, que maravilha é ter sua amizade, me traz para o chão e me faz ver a vida a partir de outras perspectivas, obrigada por ter sido quem és. Jorge, obrigada pelas dicas de leitura, por ter sido presente e por toda energia que você carrega e transborda para os que sempre estão a sua volta, você é felicidade.

Aos meus amigos Felipe e Hudson, por terem me acolhido, apresentado a UFSC, e por terem sonhado cada etapa desse e de tantos outros processos. Vocês são ouro de mina, obrigada por existirem em minha vida.

Agradeço também a Pedro Uirá, pelas correções, dicas e sugestões. Obrigada, querido.

E, por fim, agradeço a todos, principalmente, minha família que, por inúmeros momentos, estiveram dispostos a me ajudar/apoiar. Vocês são fantásticos! Estendo meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter financiado essa investigação em um momento, no qual, a Ciência do Brasil e, por conseguinte, os estudos de gêneros estão sofrendo ataques severos, não apenas nos orçamentos financeiros, como também ideológico.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral investigar as atuações de mulheres nos regimes ditatoriais em Salvador (Brasil), Coimbra, Porto e Lisboa (Portugal), entre 1964 e 1975. Busca-se analisar as relações de gêneros que permeavam os espaços ocupados pelas militantes, com destaque para os movimentos estudantis de ambos os países. A perspectiva histórica utilizada inclina-se para o campo da História Global, de modo a ser refletido como essa concepção observa as conexões nos processos históricos. Para a abordagem metodológica, optou-se pela História Comparada, apontando similitudes e diferenças encontradas, em ambos os contextos. Por conta da investigação ser feita em dois espaços geográficos diferentes, variedades de fontes foram usadas, tais como: memória, relatos, jornais e *sites* que funcionam como portais de informação e conteúdo sobre os regimes. Essa diversidade permitiu que determinados temas fossem visualizados e questionados à luz de diferentes enunciadores, oferecendo à pesquisa possibilidades interpretativas. O enquadramento teórico desse estudo foi pautado, sobretudo, a partir de autoras e autores que priorizam, em suas análises, o gênero como elemento útil para as observações históricas. Foi observado que práticas de silenciamento nos espaços de militância para as mulheres foram comuns em ambos os casos. O interesse não é apenas “contar” as narrativas de mulheres que militaram, mas realocá-las como sujeitos históricos, destacando a participação ativa nas resistências às ditaduras.

Palavras-chave: Ditaduras. Militância. Mulheres. Movimento Estudantil. Universidades.

ABSTRACT

This study has the general objective of investigating the actions of women in the dictatorial regimes in Salvador (Brazil) and in Lisbon, extending the Portuguese cities known to be university students Coimbra and Porto (Portugal), between 1964 and 1975. It seeks to analyze the relations of genres that permeated the spaces occupied by the militants, with emphasis on the student movements of both countries. The historical perspective used leans towards the field of Global History, in order to reflect how this conception observes the connections in historical processes. For the methodological approach, we opted for Comparative History, pointing out similarities and differences found, in both contexts. Because the research was carried out in two different geographic spaces, varieties of sources were used, such as: memory, reports, newspapers and websites that function as portals of information and content about the regimes. This diversity allowed certain themes to be viewed and questioned in the light of different enunciators, offering interpretive possibilities to the research. The theoretical framework of this study was based, above all, on the basis of authors who prioritize gender in their analyzes as a useful element for historical observations. It was observed that silencing practices in militancy spaces for women were common in both cases. The interest is not only to “tell” the narratives of women who serve in the military, but to relocate them as historical subjects, highlighting their active participation in resisting dictatorships.

Keywords: Brazil. Dictatorship. Woman. Resistance. Portugal. University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campanha eleitoral Salazar.	30
Figura 2 - Campanha eleitoral Salazar.	31
Figura 3 - Carta a uma jovem portuguesa.....	45
Figura 4 – É preciso preparar os jovens para a vida.....	52
Figura 5 - Os caminhos de uma juventude órfã.....	53
Figura 6 – A juventude contra Salazar.	55
Figura 7 – Decreto-Lei nº 40. 900.....	58
Figura 8 – Estudantes de Brasília fabricam suas armas.....	66
Figura 9 – Ficha policial – Graça Marques	79
Figura 10 – Ficha policial. – nº 1	80
Figura 11 – Ficha policial – nº 2.....	81
Figura 12 – Estudantes presos durante o período eleitoral.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI- 5	Ato Institucional Número Cinco
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DGS	Direção Geral de Segurança
ISPA	Instituto Superior de Psicologia Aplicada
MAESL	Movimento Associativo do Ensino Secundário de Lisboa
ME	Movimento Estudantil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDM	Movimento Democrático de Mulheres
PCP	Partido Comunista Português
PD	Jornal Portugal Democrático
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
TFP	Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I – MANIFESTAÇÕES DO CONSERVADORISMO: CONCEPÇÕES BRASILEIRAS E PORTUGUESAS NO PERÍODO DITATORIAL	28
2.1	AS MANIFESTAÇÕES DO CONSERVADORISMO NO BRASIL.....	35
2.2	O CONSERVADORISMO E A OPOSIÇÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS	42
3	CAPÍTULO II – A ENTRADA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE ESTUDANTIS: CIRCUNSTÂNCIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS.....	49
3.2	MOVIMENTOS ESTUDANTIS	56
3.3	OS DESAFIOS DA MILITÂNCIA ESTUDANTIL	68
4	CAPÍTULO III – ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DENTRO DOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA	74
4.1	MÉMORIA E MILLITÂNCIA: ATUAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS .	74
4.2	MILITÂNCIA EM PORTUGAL.....	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICES.....	101
	ANEXOS	103

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como ocorreu a atuação das mulheres nos regimes ditatoriais em Salvador (Brasil) e nas cidades portuguesas Coimbra, Lisboa e Porto, entre os anos de 1964 -1975. Este trabalho busca, portanto, compreender, a partir da narrativa das experiências, como foram construídas as dinâmicas sociais de resistência nos movimentos estudantis, em ambos os países.

O porquê da escolha desses países é um ponto necessário para este estudo. Ainda na graduação-Licenciatura em História- deparei-me com as discussões sobre a ditadura do Brasil, quando focalizei o interesse a respeito das relações de gênero no Movimento Estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além disso, a realização do intercâmbio em Portugal, para a Universidade de Coimbra, entre os anos 2017 e 2018, me influenciou a investigar sobre a ditadura de Portugal e, mais especificamente, o envolvimento das mulheres universitárias e as relações de gênero. No primeiro momento, escolhi trabalhar apenas com a capital de Portugal, Lisboa, mas, devido as fontes remeterem as regiões de Coimbra e Porto, optei por incluí-las ao estudo.

Ao finalizar o Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Dra. Maria Aparecida Sanches (UEFS), que tem como título *Eu sabia que minha guerra não era contra o jubileamento, minha guerra era contra o governo: a militância feminina no movimento estudantil da UFBA (1968-1980)*, apresentado no ano de 2019, observei que as experiências das mulheres envolvidas no movimento estudantil baiano estavam firmadas na divisão sexual do trabalho, cedendo às mulheres postos de menos prestígio, visibilidade e importância. Após chegar nessas conclusões, surgiram inquietações e “portas” ficaram abertas, o que me levou a investigar a condição da resistência das mulheres universitárias portuguesas, e posteriormente cruzar documentos sobre ambos os países.

Além disso, fatores outros levaram-me a escolher esses países como objeto de análise, destaco os laços culturais e político entre Brasil e Portugal. Em que pese, as críticas decoloniais¹, grosso modo, enfatizarem a forma como a colonização da América deixou marcas

¹ Em uma entrevista por *e-mail*, concedida à Revista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em 04 de novembro de 2013, na edição 431, a autora Luciana Ballestrin explicou que: “[...] a expressão “descolonial” (ou decolonial) não deve ser confundida como mera descolonização. “Em termos históricos e temporais, esta última indica uma superação do colonialismo; por seu turno, a ideia de decolonialidade (ou descolonialidade) procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder”, argumenta ela em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo a professora, o movimento de “giro descolonial” procura responder às lógicas da colonialidade do poder, ser e saber, com vistas a outras experiências políticas, vivências culturais, econômicas e produção do conhecimento”. Disponível em:

que refletem em diversas estruturas sociais, econômicas, de poder, maneiras de ser, saber e pensar, principalmente, dos países da América Latina. Os anos de colonização portuguesa conferiram heranças deixadas tanto na cultura quanto na política do Brasil. No que tange aos aspectos culturais, sinalizo os casarios, as estruturas organizacionais das ruas, com destaque para a cidade de Salvador e Coimbra; a Igreja Católica, e, por conseguinte a religião², tal como determinados comportamentos dos Estados em relação aos regimes ditatoriais.

A respeito do prisma político, a Revolução dos Cravos que ocorreu em Portugal, em 1974, pode ser considerada como um evento que fortaleceu a resistência e a esperança, de ser fundada a ditadura brasileira, principalmente, por conta dos preceitos de luta política assentados pelos portugueses, além das divulgações dessas notícias pela imprensa, com notoriedade para os jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, que eram editorados por portugueses exilados no Brasil.

Essas razões foram basilares para submeter o projeto de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem como área de concentração a História Global³. Perspectiva que consiste em analisar fenômenos, eventos e processos históricos, de modo a inseri-los em contextos globais, sem necessariamente reduzi-los a uma única reflexão. Sinalizo a seguir algumas nuances necessárias para a discussão, distinguindo as particularidades existentes nos regimes políticos, em Portugal (1933-1974) e no Brasil (1964-1985), já que possuíam diferenças plausíveis em seu *modus operandi*.

A ditadura de Portugal, também conhecida como Estado Novo, segundo os estudos de Luiz Cardoso e Joaquim Santos (2013), foi instaurada após a Primeira Guerra Mundial, período marcado por forte instabilidade política, problemas de segurança, além das detenções e deportações para as colônias africanas. Dado esse contexto, vinculado com à desilusão da população em relação aos políticos, à corrupção e à inadimplência cresceu a necessidade por

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5258&se. Acesso em: 15 ago. 2020. Sobre essa mesma temática, Luciana Ballestrin comentou em seu artigo *América Latina e o giro decolonial*. Disponível em: [América Latina e o giro decolonial \(scielo.br\)](http://www.scielo.br). Acesso em: 22 abr. 2020.

² De acordo com o último censo realizado no Brasil, no ano de 2010, 65,0% da população autodeclararam católicos. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religião_Evang_missão_Evang_pentecostal_Evang_nao_determinada_Diversidade%20cultural.pdf. Acesso em: 07 mai. 2020.

Em relação a Portugal os dados dos últimos Recenseamentos Gerais da População mostram como um país majoritariamente católico. Nos Censos de 1991 e 2001 a percentagem de pessoas que se declaravam católicas era superior a 90%, registrando-se entre as três décadas uma diminuição de 7 pontos percentuais, assumindo em 2011 os católicos 88% da população residente. Disponível em: [Diversidade religiosa em Portugal... - DetalheNoticia - om \(acm.gov.pt\)](#). Acesso em: 18 mai. 2020.

³ Ademais, será comentado mais especificamente a respeito da História Global e a inserção dessa pesquisa nessa perspectiva historiográfica.

soluções que pleiteassem por um equilíbrio. As respostas a essas inquietações foram projetadas a partir do discurso autoritário dos militares, que visavam possibilitar a vinda de uma nova organização social, pautada na estabilidade. Esse cenário culminou com a organização dos militares, em 28 de Maio de 1926, na qual, foi suspensa a Constituição Portuguesa, dissolvida o Parlamento e instaurada uma ditadura militar com caráter provisório. O novo regime instaurado, ainda não tinha convicções ideológicas definidas, apenas o desejo de constituir uma nova forma de estrutura política.⁴ Em 1933, foi aprovada a nova constituição política que encerrou o governo ditatorial de caráter provisório e implantou o novo regime político ditatorial intitulado como Estado Novo, que somente terminou com a revolução de 25 de Abril de 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos⁵.

No que toca ao Brasil, de acordo com estudos⁶ que já foram realizados, a renúncia do presidente Jânio Quadros, e a ida do vice João Goulart à Presidência da República, promoveu uma situação paradoxal na política, tendo em vista que eles representavam partidos políticos opostos. Nesse contexto, além dos pronunciamentos do presidente, ocorreu uma crescente efervescência política e de extremismos por parte da direita e esquerda do Brasil, originando, em 31 de março de 1964, a tomada de poderes pelos militares, dando início ao período ditadura militar do Brasil.

Ressalta-se, também, os contextos externos em que ambos os países estavam inseridos, dentre eles, a Guerra Fria, período da bipolarização do mundo e tensão geopolítica, que influenciaram diretamente na economia e decisões governamental tanto do Brasil, quanto de Portugal. (SANTOS, C. 2019; MUNHOZ, 2003)

As distinções entre o regime totalitário experienciado em Portugal, e o autoritário no Brasil, são fatores indispensáveis para a análise. O governo totalitário está sendo aqui refletido

⁴ Segundo Cardoso e Santos (2013, p. 3): “O regime tentou desde logo destacar personalidades consideradas competentes para integrar o novo Governo, ainda que mantendo os mais altos cargos para os militares revoltosos. Uma das personalidades designadas para o Governo foi um jovem professor universitário de Coimbra, António de Oliveira Salazar (1889-1970), que assumiu o Ministério das Finanças. O seu objetivo era pôr em ordem as finanças públicas, algo que logrou com tanto sucesso – ainda que recorrendo a medidas por vezes draconianas – que paulatinamente foi subindo na hierarquia do poder, encarnando uma aura messiânica para os que clamavam por uma transformação regeneradora como via de salvação nacional capaz de suprimir a anarquia e decadência do país e, ao mesmo tempo, representando uma esperança redentora face a essa degeneração. Salazar prosseguiu na sua trilha de consolidação do poder, tendo sido em 1930 entronizado como líder do partido único, a União Nacional”.

⁵ Sobre as produções que discutem a Revolução dos Cravos, consultar: *A revolução dos cravos: revolução e democracia, um debate*. Disponível em: [\(PDF\) A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: revolução e democracia, um debate \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 18 abr. de 2021. *A revolução dos cravos: uma dinâmica militar*. Disponível em: [A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: \(googleusercontent.com\)](#). Acesso em: 18 abr. 2021.

⁶ Para maiores informações consultar: REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho / organização Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

como o próprio nome diz, total, no qual atinge extensivamente a sociedade, desde as ações políticas, econômicas, educacionais, campo de trabalho, até a vida privada. Agindo com forte pressão psicológica com a população, não permitindo liberdades, visando sempre excluir qualquer tipo de participação individual, mostrando que o Estado é maior que tudo e todos (ARENDDT, 2012). O governo totalitário necessitou convencer as massas através da propaganda, trabalhando com a ilusão de que estão vivendo em constantes ameaças, ou que devem se comportar conforme está sendo disseminado pela publicidade. A propaganda é o instrumento mais importante do mundo totalitário para enfrentar o mundo não totalitário (SILVA e GALVÊ, 2010).

Para Castilho (2016), no regime autoritário ocorreu a tentativa de “mascarar” a ditadura, de modo a pleitear uma suposta abertura para a democracia, contudo, esse movimento foi realizado apenas no discurso, pois na prática foi reproduzida de outra maneira.⁷ Uma das posturas do governo autoritário, diz respeito a ordem e a hierarquia, as desigualdades como algo orgânico daquela sociedade, medidas coercivas, como o ambiente de medo.

Sobre as similaridades entre ambos os regimes, sinalizo a partir da pesquisa, a censura às produções culturais e aos meios de comunicação, a violência extrema da repressão, o cerceamento de direitos políticos, o nacionalismo como forma de forjar legitimidade, a luta social da oposição, como também a ascensão dos movimentos de resistência nesse contexto.

Embora haja uma extensa bibliografia sobre a ditadura brasileira, o mesmo não pode ser considerado em relação a Portugal. Para Vanda Gorjão (2002), as investigações a respeito da ditadura em Portugal, privilegiaram, até recentemente, discussões sobre as origens ideológicas e políticas do regime e o seu estabelecimento, dentro do avanço do autoritarismo moderno na Europa entre as duas guerras mundiais. Gorjão (2002) ressalta que ocorreu determinado crescimento das pesquisas sobre aspectos mais específicos e restritos à ditadura portuguesa. Contudo, os estudos acerca da oposição ao regime ainda são escassos.

Sobre os estudos a respeito das oposições nos regimes ditatoriais conduzidas por mulheres⁸, realizados tanto no Brasil quanto em Portugal, é possível citar os protestos, marchas

⁷ No primeiro capítulo desta dissertação trataremos de maneira mais atenciosa as nuances do totalitarismo e nacionalismo.

⁸ Sobre as pesquisas que já foram realizadas acerca das oposições conduzidas pelas mulheres na ditadura do Brasil, sinalizo os trabalhos produzidos pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) ao qual estou vinculada Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, Disponível em: [Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul \(ufsc.br\)](http://www.legh.ufsc.br). Acesso em: 15 abr. de 2020. História de Gênero, Verona, São Paulo: 2017. Disponível em: www.legh.cfh.ufsc.br/files/2010/05/História-de-Genero-versão-final-pdf.pdf. Acesso em: 15 abr. de 2020. Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. Disponível em: [Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil \(1964-1985\) \(ufsc.br\)](http://www.legh.ufsc.br). Acesso em: 15 abr. 2020. Outras publicações também estão disponíveis no *site*: LEGH (ufsc.br).

e greves de fome, organizados por camponesas e operárias. Sob outra perspectiva, as responsabilidades atribuídas às mulheres no âmbito privado, visando a manutenção da normalidade da vida familiar, enquanto os companheiros atuavam na militância, devem ser lembradas (GORJÃO, 2002). Entretanto, nesta pesquisa, iremos nos concentrar nas atuações de mulheres dentro dos movimentos estudantis desses dois países.

O movimento estudantil é de interesse, bem como a participação das mulheres nele, devido a seu caráter de resistência, visando melhorias para a educação e para a sociedade. É oportuno sinalizar que nesta pesquisa entende-se como movimento estudantil, entidades compostas majoritariamente por estudantes que protagonizavam a resistência ao regime ditatorial, seja para o meio acadêmico e/ou sociedade. (BRITO, 2008). Entretanto, é cabível ponderar que as dinâmicas das experiências dos movimentos estudantis são particulares de cada contexto, período e sujeito histórico.

A fim de não propor uma investigação que aborde as experiências das mulheres na militância sob uma perspectiva universalista, sem levar em consideração as diversas dimensões que estão imbricadas nas relações sociais, econômicas e de raça, tal como aponta os estudos acerca da interseccionalidade (DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2019).

Destaco que embora esteja sendo utilizado o termo “mulheres” no plural, assim como alertou bell hooks (2020), levo em consideração as especificidades e diferenças de cada experiência, no que toca: ao espaço geográfico que se encontravam, ao contexto econômico, aos costumes e crenças familiares, e quando possível as questões relacionadas a raça, (tendo em vista que nas narrativas que encontrei das mulheres portuguesas, as fotos anexadas aos depoimentos em muitos casos estavam com a qualidade baixa, e em cor preto/branco, o que interferiu no trato com questões relacionadas a tonalidade da pele) visando não reduzir/compactar a experiência de todas as mulheres que estiveram à frente das resistências. Acentuo, que embora essas não correspondam a uma amostra representativa, configuram ao conjunto significativo de mulheres que estavam inseridas no espaço da resistência.

Com isso, observo que dentro do escopo das fontes encontradas, dos recortes estabelecidos para a execução desta pesquisa e dos interesses pessoais que esta investigação centra-se em determinado grupo de mulheres, no qual algumas se consideram brancas e outras negras, no que tange ao Brasil. Em relação a Portugal, tive acesso apenas às fotografias dessas mulheres, algumas em preto e branco e com baixa resolução, ao analisar os relatos não foi possível encontrar suas declarações, em relação a raça.

Torna-se oportuno salientar como será desenvolvido o trabalho com as fontes, de antemão, reitero para a (o) leitora (o) que nesta investigação, está sendo utilizado duas

diferentes formas de narrativas das experiências das mulheres: as narrativas das militantes brasileiras, realizei na cidade de Salvador (Brasil), no caso das mulheres portuguesas, recolhi do *site* Esquerda.Net, que em determinados momentos chamo-os de relatos. Ao longo das discussões entre em mais detalhes sobre as narrativas que ajudaram a tecer esta pesquisa, já que esse estudo envolve mulheres que militaram no Brasil⁹ e em Portugal¹⁰.

Visando considerar as características específicas de cada militante, e buscando garantir o anonimato, optei pela utilização de nomes fictícios, para as mulheres entrevistadas do Brasil. (Para efeito de organização das informações das entrevistadas, construir uma tabela contendo dados básicos delas para me auxiliar de forma mais precisa no trato dessa fonte. Sobre isso, verificar apêndice A). O objetivo é tornar as narrativas mais próximas da realidade, evitando identificar as mulheres com números ou apenas letras. Vale ressaltar, que os nomes utilizados não fazem alusão, em hipótese alguma, ao nome verdadeiro das mulheres. O anonimato foi uma escolha delas, principalmente, pelo medo da exposição e por serem atuantes na política, além disso, o momento no qual essas entrevistas foram realizadas, repercutia-se a insegurança para falas e narrativas como as dessas mulheres. Elas serão aqui chamadas de Raquel, Suzana, Eliza, Rita e Doralice. A respeito das características dessas mulheres, posso citar que no momento da entrevista tinham a idade entre 50 e 60 anos; a maior parte são professoras universitárias, apenas uma do ensino básico; e a classe social que ocupavam era a classe média.

A metodologia empregada para ter acesso às mulheres militantes e, aos seus relatos da experiência política, foi a *amostragem em bola de neve*. Para esse tipo de procedimento se utiliza cadeias de referências para organizar a participação de cada indivíduo, em que fica a cargo do pesquisador a quantidade de pessoas que farão parte do estudo¹¹ (VINUTO, 2014).

⁹ Saliento que em determinados momentos utilizarei as expressões: “Brasil” e “militantes brasileiras”, para me referir as experiências das militantes da cidade de Salvador. O objetivo não é reduzir o Brasil apenas a capital da Bahia, mas distinguir com as cidades portuguesas e também para não torna a palavra “Salvador”, demasiadamente repetitiva ao longo do texto.

¹⁰ Utilizarei em determinados momentos o termo: “Portugal”, “cidades portuguesas” e “militantes portuguesas” para me referir a experiência das militantes universitária da cidade de Lisboa, Porto e Coimbra. A intenção não é compactar o país Portugal apenas nessas regiões, mas diferenciar do contexto português do brasileiro, e também não redizer inúmeras vezes a expressão: “Lisboa, Porto e Coimbra”.

¹¹ Essa investigação é feita da seguinte maneira: o ponto de partida se dá através dos documentos ou informantes-chaves, a fim de localizar algumas pessoas que se encaixem no perfil da pesquisa, dentro da população geral. Em seguida, solicita-se que as pessoas encontradas a partir dos documentos e informações-chaves, indiquem novos contatos com o perfil da pesquisa e assim sucessivamente, dessa forma, o quadro de indivíduos pode crescer a cada entrevista, caso o investigador tenha interesse (VINUTO, 2014). A pesquisa iniciou-se nos arquivos do Laboratório de História e Memória da Esquerda e Lutas Sociais (Labelu), localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, com o objetivo de obter informações sobre a Ditadura Militar. A documentação é caráter confidencial, e possui informações diretas de indivíduos, tais como o nome completo, naturalidade, escolaridade. São arquivos que foram produzidos por órgãos oficiais, alguns pela Polícia Militar da Bahia, outros pelo Serviço Nacional de Informações. Estes documentos encontram-se digitalizados, porém, não organizados por ano ou pela especificidade do assunto. O acesso a essas informações permitiu iniciar o contato com as ex- militantes.

Nesta investigação também utilizo os relatos de mulheres que militaram contra a ditadura de Portugal. Os primeiros contatos foram através do Arquivo Oliveira Salazar, localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal. Em uma seção intitulada “Correspondência Oficial relativa à Educação” foi possível encontrar processos referentes as reformas do sistema educacional de Portugal da época, bem como fichas policiais, com destaque para as cidades com maiores comunidades estudantes, como Lisboa, Porto e Coimbra, que registravam prisões de estudantes realizadas pela repressão, em especial mulheres, principal interesse desse estudo. Por conta das fichas policiais conter informações pessoais e o acesso a essas fichas apenas ser possível pelos computadores do Arquivo da Torre do Tombo, foi inserido no apêndice B, o modelo da ficha policial a qual estou me referindo. Para efeito de análise utilizarei esse modelo e retirarei as informações pessoais, já que nos interessa apenas, os atributos colocados no documento, no instante da prisão.

Nos documentos encontrados, mulheres são fichadas pelo departamento de polícia com a justificativa principal de praticarem atividades contra a segurança do Estado. Ou seja, deve-se considerar nessas informações que tais mulheres, em sua maioria estudantes ou filiadas ao movimento estudantil, eram detidas por organizarem e/ou participarem de protestos que, de alguma forma, opunham-se às resoluções do Estado Novo português.¹² A historicização possibilitada por essa fonte e, dessa forma, de limites consideráveis, pois, não é possível identificar as atividades engajadas por tais mulheres, quais as suas motivações, seus objetivos e suas narrativas. Contudo, a sua utilização permite reconhecer a militância dentro do movimento estudantil não se deu apenas no discurso, embora não estivessem pegando em armas, também ocasionou em sérios problemas, dentre eles, a prisão.

Ainda sobre Portugal, por conta dos limites de análise com as fichas policiais e buscando maiores informações sobre a militância das mulheres portuguesas, surgiu a necessidade também de utilizar os relatos do *Arquivo Mulheres de Abril*¹³, que se encontram armazenados no *site*¹⁴ alternativo *Esquerda.net*. De acordo com as informações encontradas no portal de informação, os depoimentos compõem o projeto *Mulheres de Abril*, que foi iniciado

¹² Informo a (o) leitora (o), que no segundo capítulo dessa pesquisa, que tem como título *A entrada das mulheres nos movimentos de estudantes: circunstâncias brasileiras e portuguesas*, construo discussões sobre as resoluções do Estado Novo português e como estas dificultavam a organizações não apenas das mulheres, mas de grupos que faziam resistência à ditadura, entre eles o movimento estudantil.

¹³ Tive acesso ao *site*, a partir das aulas que presenciei na Universidade de Coimbra (2017/2018), quando, certa vez, na disciplina com título Portugal Contemporâneo, discutimos sobre arquivos que levantam informações sobre o Estado Novo.

¹⁴ Disponível em: <https://www.esquerda.net/content/mulheres-de-abril/48898>. Acesso em: 22 jan, de 2021.

em 2018, e posteriormente retomado em 2019, sob a coordenação de Mariana Carneiro, Socióloga do Trabalho e especialista em Direito do Trabalho.

No *site* Esquerda.Net, está exposto que durante vários meses serão publicadas dezenas de relatos de mulheres, consideradas pela organizadora do projeto como antifascistas, sobre as suas histórias de resistência e de luta contra a ditadura. Para a escolha dos depoimentos que fazem parte desta investigação, utilizamos como parâmetro, a atuação em movimentos estudantis, como também o período da militância dessas mulheres. Notabiliza-se que todas as militantes possuíam ensino superior, algumas começaram sua militância antes de adentrar no espaço acadêmico universitário, outras a partir do ingresso na universidade, como também continuaram seu envolvimento com a resistência após concluir o ensino superior.

Ainda a respeito dos relatos recolhidos do *Arquivo Mulheres de Abril*, um aspecto importante refere-se ao local em que essas mulheres nasceram e realizaram suas atividades políticas, pois, não são todas da mesma cidade, grupo de oposição e universidade, o que permite ter uma visão mais ampliada dos movimentos e do espaço que essas mulheres encontravam na resistência. Além disso, a partir dos relatos é possível traçar o perfil social e, muitas vezes, econômico dessas mulheres, o que possibilita a reflexão sobre as nuances que as fizeram se envolver na militância. Serão analisados cinco relatos de mulheres militantes: Graça Marques Pinto, Maria Etelvina Sá, Manuela Góis, Sara Amâncio e Carmelinda Pereira, os nomes citados são os reais, visto que, essas narrativas estão disponíveis *online* e por conta disso não serão utilizados nomes fictícios. Para organizar as informações das entrevistadas, criei uma tabela contendo dados básicos delas, tais como curso que fizeram, idade no momento do ingresso na militância, entre outras informações que considero necessárias para o trato com as fontes. Sobre isso, verificar apêndice C.

Outra fonte que também inserida nessa investigação, principalmente, para embasar as discussões sobre o contexto social em Portugal debate que está presente no primeiro capítulo desta dissertação, foi a *Carta a uma Jovem Portuguesa*, documento expedido pelo Órgão da Associação Acadêmica de Coimbra, em 1961, direcionado às jovens portuguesas. A potencialidade dessa fonte permite adentrar nas nuances das manifestações do conservadorismo¹⁵, já que, de modo genérico, a carta demonstra que existia a necessidade de ruptura das concepções que estavam sendo colocadas naquele momento, motivada pela efervescência das mudanças na década de 1960 e as perceptíveis demarcações conservadoras (TAVARES, 2008).

¹⁵ Para esse estudo, compreendemos conservadorismo como sendo um movimento que visa defender a manutenção das instituições tradicionais nos contextos tanto sociais quanto culturais da sociedade.

Trabalhar com diversas fontes, possibilita que este trabalho acesse as nuances da militância à luz de variadas perspectivas, que não seriam possíveis se fossem utilizadas apenas por um tipo de matriz investigativa. A variedade de fontes também condiz com as possibilidades historiográficas encontradas para o estudo desse tema, no qual, por exemplo, a respeito do Brasil ocorreu a oportunidade de realizar entrevistas com mulheres que militaram no Movimento Estudantil. Já sobre Portugal, também foram utilizados relatos de mulheres que militaram, embora de outro portal de comunicação (*site Esquerda.Net*), ou seja, para tratar dos mesmos temas, foi necessário recorrer a acervos dispersos.

A respeito da necessidade de vincular conceitos e categorias de análises às fontes, ao longo da dissertação, serão abordadas duas perspectivas: memória e gênero.

A primeira demanda conceitual diz respeito à observação das experiências, sejam em formato de entrevistas ou de relatos, e não apenas os considerando como dados objetivos. É necessário observar as subjetividades imersas nessas falas e as lembranças que são retomadas no presente, já que neste trabalho compreendemos a construção dos discursos narrativos, utilizando a memória como fonte histórica.

Para analisar os processos de desenvolvimento da memória, utiliza-se os conceitos de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs (2006), pois, entendo a experiência dessas mulheres sob o olhar não apenas individual, mas também social. E emprego o conceito de “memória comunicativa”, proposto por Aleida Assmann (2011), no qual, a autora determina como uma memória de curta duração, que dialoga em um campo de tensão, onde ocorre a presentificação do passado através de indivíduos e grupos. A utilização desse conceito, segundo Assman (2011), depende da existência de pessoas vivas, e procura atingir cerca de 80 anos, ou seja, três a quatro gerações. Aplica-se o conceito de “memória comunicativa” para o processo de análise das entrevistas e dos relatos por conta da proximidade do evento histórico que estamos narrando, ou seja, regimes ditatoriais¹⁶.

A categoria de análise gênero, possui uma necessidade enquanto categoria útil para a análise (SCOTT, 1990), mas também essencial para a reflexão acerca dos processos históricos, da pluralidade dos sujeitos e das relações entre eles. Nesse sentido, historicizar o termo gênero, como categoria para a análise social, contribui para a promoção da releitura das “identidades

¹⁶Estratos desse parágrafo serão encontrados no artigo publicado nos Anais Eletrônicos da IV Jornadas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), realizado no ano de 2019, com o título *Mulheres em ação: as relações de gênero dentro da militância de resistência à ditadura*, escrito por Allana Letticia e Sarah Pinho. Disponível em: <file:///C:/Users/Allana/Downloads/Anais%20IV%20Jornadas%20do%20LEGH-versao%20publicacao.pdf>. Acesso em: 20 mai. de 2020.

subjetivas”, “conceitos normativos”, como também “símbolos culturais” e nuances do público e do privado (ANDRADE, 2008). Assim, para Joana Pedro (2005), a utilização da categoria de análise “gênero” por pesquisadora(e)s, permitiu não apenas salientar as relações entre homens e mulheres, mas também as tensões e acontecimentos históricos que resultavam das interações do gênero. Ainda de acordo com seus argumentos:

Ao observarmos, como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente (PEDRO, 2005, p. 92).

A partir da categoria de análise gênero, visou salientar como foram construídas as experiências das mulheres na militância universitária, sob a ênfase das discussões historiográficas que permitem um olhar mais atento para as relações do convívio social, marcadas nas experiências pelos empecilhos familiares para ingressar na universidade, como no movimento estudantil, além das dificuldades dentro dos próprios espaços de militância.

Em relação às perspectivas históricas, esta investigação insere-as no campo da História Global. De acordo com as definições dadas por Conrad (2019, p. 19): “Embora o termo “história global” possa sugerir uma cobertura de análise mundial, tal não é necessariamente verdade. À partida, tudo se pode transformar num objeto de estudo legítimo para os historiadores globais: a história global como história total”. Isto é, diversos assuntos podem ser estudados à luz dessa perspectiva, desde que seja avaliado a contribuição para a História Global. Essa perspectiva busca identificar os diversificados pontos de vista e depois vinculá-los, sem necessariamente reduzi-los a uma única análise. Por meio dessa perspectiva é possível observar como as variantes micro e macro da história interferem nas análises.

Através dessa concepção, serão observados dois passados que tem conexões globais, em diversos momentos da História, mas que nessa investigação será refletido a partir dos regimes ditatoriais, busco construir argumentos sobre a militância das mulheres em Portugal e Brasil, de modo a abranger não apenas sobre a experiência política de resistência das mulheres, mas os entraves e os desimpedimentos que estavam em torno dessas experiências, tal como, o contexto social e os motivos que as fizeram ingressar nesses movimentos, em especial o estudantil.

Conrad (2019) argumentou que a História Global tem como propósito desvencilhar a análise histórica de antigas narrativas e formas de pensar a partir de fracionamentos, especialmente, em relação à história nacional. Continuou com seus argumentos afirmando que:

Ao mesmo tempo, e para lá das questões de método, a história global pretende alterar a ordem institucional e a organização do conhecimento. Na maioria dos países, aquilo a que se chama «história» equivaleu, na prática e durante muito tempo, à história nacional de cada país: a maioria dos historiadores italianos trabalha sobre Itália, a maioria dos seus colegas coreanos estuda a Coreia — praticamente em todo o lado, sucessivas gerações de estudantes foram introduzidas à história a partir de manuais que narravam o passado nacional. É contra este pano de fundo que a história global vai apelar a uma visão mais ampla e inclusiva. Os outros passados também fazem parte da história (CONRAD, 2019, p. 15).

Assim, insiro a História Global como perspectiva historiográfica, desta investigação. Apesar disso, e diante das necessidades da pesquisa, que visa explorar a atuação das mulheres na resistência à ditadura que aconteceu em Portugal e no Brasil, a abordagem metodológica utilizada será da História Comparada. Segundo Conrad (2019, p. 55), “Pelo menos implicitamente, é difícil imaginar um trabalho de interpretação histórica que pudesse prescindir por inteiro da lente comparativa”.

Contudo, ao optar pela abordagem da História Comparada como método para a perspectiva da História Global, reconheço que tal metodologia é passível de limitações. Diversos autores entram em convergência quando determinam que a principal limitação nas investigações que se propõem a utilizar a História Comparada é a lógica binária, ou seja, a ênfase dada às semelhanças e diferenças de maneira isolada dos contextos que as interligam. Refletindo sobre esse argumento que optamos envergar nossas análises também aos contextos sociais de ambos os países, de modo a perpassar pelas ideologias que estavam sendo disseminadas naquele momento, dentre elas, a conservadora.

Outro desafio lançado a todos que se propõem a trabalhar com os esquemas comparativos está relacionado à homogeneização, isto é, ignorar as especificidades internas que não foram legitimadas na comparação. Ressalto que descrever as limitações da abordagem da História Comparada não faz com que essa pesquisa esteja imune a esses equívocos, mas orienta os caminhos que podem estimular, metodologicamente a construção da investigação, de forma coesa.

Para Conrad (2019), a História Comparada também possui vantagens perceptíveis para a pesquisa historiográfica. O autor destacou a relevância das diferentes trajetórias e experiências de sujeitos que são encontradas à luz das comparações; a necessidade de realizar perguntas bem estruturadas orientadas por problemas também é fundamental, bem como analisar os dados para

além dos relatos puramente descritivos, dessa forma, pretendo desenvolver essa pesquisa sob essas nuances.

Por conta do desafio em buscar desenvolver argumentos a partir do campo da História Global, por meio da abordagem metodológica da História Comparada, foi escolhido, a cargo principalmente da complexibilidade, construir as narrativas a respeito dos países e das experiências das mulheres na militância de forma separada, no qual, após refletir sobre cada contexto, busco encontrar as similitudes e diferença entre ambos. Essa forma de produzir essas análises ajudou-me a enxergar de forma mais densa os pontos em que as narrativas se diferem e aproximam-se, por isso, que os contextos serão narrados de maneira individual em cada capítulo.

As balizas cronológicas entre 1964 a 1975, correspondem ao período em que as mulheres da presente investigação começaram e finalizaram suas atuações nos espaços de militância. Curiosamente, nesse momento a maioria dessas mulheres estava saindo da juventude, adentrando na fase adulta e definindo os caminhos a serem percorridos em sua vida pessoal (casamentos, filhos) e sua carreira profissional.

É válido pontuar também que o ano de 1964, no Brasil, de acordo com estudos já realizados, deu início ao golpe militar e em seguida ao regime ditatorial. Em Portugal, nesse período estava em vigor a Guerra Colonial, que era promovida por Portugal contra as forças de libertação nos territórios colonizados, visando manter o colonialismo tinha se iniciado no ano de 1961 e apenas foi dissolvida em 1974, quando começou os rumores para encerrar o Estado Novo.

Além disso, novos debates eram propostos pelo discurso feminista, que ganhava força nas décadas de 1960 e 1970, questionando os valores sociais tradicionais e problematizando temas como a virgindade e a liberdade. Mas, não somente o movimento feminista produziu mudanças. O movimento *Hippie*, Movimento Negro, Movimento Gay, juntos, formaram “ondas de oposições” aos autoritarismos, produzindo modificações no mundo que foram conceituadas em conjunto como força de uma contracultura¹⁷, ou Revolução Cultural¹⁸.

¹⁷ Aqui não temos a intenção de explicar, conceitualmente, sobre o movimento de contracultura, uma vez que já se dispõe uma vasta literatura acadêmica, jornalística, histórica, entre outros, sobre o tema. Entretanto, no que tange a Revolução Cultural no Brasil, de 1960, Marcelo Ridenti, professor de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em entrevista concedida à *Revista cultural a Brasileira – Fapes 2013*, considera que “Artistas e intelectuais tiveram um papel expressivo na construção da utopia de uma ‘brasilidade revolucionária’, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação”, ou seja, o Brasil se modernizava e os partidos, movimentos de esquerdas e movimentos artísticos encabeçavam a possibilidade de uma revolução. Nossa intenção é iluminar como esse movimento alterou e interferiu o cenário político, social, musical, do período em estudo. Sobre a Contracultura no Brasil ver – ROSZACK, 1986; PINHEIRO, 2013; GUIMARÃES, 2012.

¹⁸ A Revolução Cultural, segundo Hobsbawm - *Era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995 (cap. 11 – Revolução Cultural), foi a quebra de sistemas pela cultura e adaptação a esses cenários. O autor expõe sobre a

Alguns acontecimentos marcaram meados da década de 1970. Dentre eles, pontuo o processo de abertura política do Brasil, que teve início, em 1974, e ocorreu durante os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), terminando, em 1988, com a promulgação da nova Constituição. Já em Portugal, nesse período ocorreu a publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, cuja proibição e apreensão resultou em numerosos protestos e solidariedade internacional, devido ao processo movido pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) as autoras conhecida como as três Marias: Maria Isabel Terreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (TAVARES, 2008), o que culminou com o fim do regime ditatorial, em 25 de abril 1974, o que ficou conhecido como a Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril.

Assim, com este trabalho, pretendo contribuir com o debate historiográfico, principalmente, por conta do momento presente da História, onde as ditaduras são questionadas, torturas minimizadas, e também por conta das investidas provenientes de diversas frentes da sociedade, que visam pleitear com o negacionismo histórico, a fim de disseminar que a dor, a violência e as mortes ocasionadas por esses tipos de regimes políticos foram de forma mais branda ou até mesmo, que não passam de uma grande invenção de grupos da esquerda. Teorizar sob a ênfase das experiências das militantes, ou seja, visibilizar as suas lutas e experiências, torna-se essencial para refletir outras possibilidades de História, além de contribuir para a ampliação dos horizontes de ação no mundo.

No primeiro capítulo, intitulado como *Manifestações do conservadorismo: concepções portuguesas e brasileiras no período ditatorial*, pondero como o conservadorismo manifestou-se, no Brasil mais especificamente na cidade de Salvador, e em Portugal com destaque para as cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. O conservadorismo será observado nesta investigação como princípios que visam preservar organizações tradicionais, tanto na política, quanto na sociedade e na cultura. Percebendo essas manifestações do conservadorismo não como uma particularidade apenas da ditadura, mas como uma mostra de interesse que visava conduzir e estagnar as mulheres e suas ações em espaços privados. Analiso as representações do conservadorismo em dois segmentos: o primeiro relacionado ao Brasil, onde proponho uma reflexão acerca de entidades sociais que endossavam por meio de suas ações e atuações o conservadorismo na sociedade, como: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade; a

revolução cultural da juventude, ressaltando a crítica aos posicionamentos políticos, no qual a juventude não é vista como a fase para a vida adulta. É o momento de êxtase da vida, um grupo detentor de poder de compra que é contextualizado pelo internacionalismo, a cultura do rock e do jeans. Também é exposto pelo autor, que a dita revolução cultural aconteceu com o rompimento entra a sociedade e as estruturas sociais (igreja, família e divórcio).

Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e a Constituição de 1967 (nesse ponto não é debatido a Constituição como um instrumento conservador, mas, sim determinados artigos e cláusulas) interferiram na dinâmica social daquele período, e o segundo a Portugal, a partir da Constituição de 1930 e os seus preceitos católicos fundamentos nas encíclicas papais: *Rerum Novarum* 1891 e *Quadragesimo Anno* 1931. Com base nisso, procuro mostrar como o governo vinculava política, religião e atitudes conservadoras. Outro ponto também abordado sobre as manifestações do conservadorismo em Portugal, se dá por meio do documento *Carta a uma jovem portuguesa*, publicado em 1961, onde comento sobre as diferenças dos rapazes e moças na sociedade. Assim, investigo em que medida a atuação feminina na militância, pode vir a ser tomada como indicador da ruptura dos “papéis tradicionais” impostos aquelas mulheres e como ambos os países manifestaram ações conservadoras no período ditatorial.

No segundo capítulo, nomeado: *A entrada das mulheres nos movimentos estudantis*, busco apreender acerca da atuação das mulheres universitárias no movimento estudantil. A discussão está estruturada em duas partes: a primeira sobre os movimentos estudantis, propondo o diálogo sobre o contexto em que essas entidades se formaram e como foi o protagonismo das mesmas em seus contextos particulares, como Brasil e Portugal. Para tanto, utilizo como fonte: estratos da época do jornal Portugal Democrático e os encadeamentos do Decreto-Lei 44.632, mais especificamente para observar sobre Portugal. Recorro a Lei-Suplicy de 1964, como ao Relatório da Comissão de Memória e Verdade – Milton Santos, realizado em 2014, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), observando aspectos específicos daquele contexto. Em seguida, argumento sobre os desafios da militância universitária das mulheres portuguesas e brasileiras, por meio dos seus relatos, ancorado na bibliografia consultada. Interessa-me apresentar quem são as mulheres presentes na pesquisa, como também os motivos que as fizeram ingressar para o movimento estudantil.

O terceiro capítulo, designado como *Entre as brumas da memória: as experiências das mulheres dentro dos espaços de resistência*, busco investigar como foram estruturadas as relações de poder dentro desses espaços e as atividades que as mulheres militantes exerciam. Para isso divido a análise em dois seguimentos: o primeiro concentrando-se sobre o Brasil e as atividades exercidas pelas mulheres no movimento estudantil, para tanto utilizo como fonte principalmente as entrevistas que realizei na cidade de Salvador, onde identifico como as atividades realizadas pelas mulheres estavam majoritariamente voltadas para o cuidado e zelo, diferente dos homens, que estavam a postos em tarefas de comando. Sobre Portugal, uso

essencialmente, os relatos que recolhi do *site* Esquerda.Net, procurando identificar as dinâmicas de suas ações, e os pontos de semelhanças e diferenças no que diz respeito ao Brasil.

Investigar as militâncias das mulheres universitárias nos regimes ditatoriais, em Salvador (Brasil) e Lisboa (Portugal), permite acessar narrativas que foram silenciadas, e comparações que de determinada maneira, podem vir a contribuir com estudos relacionados tanto a História Comparada, para a História Global, História Contemporânea, Estudos das Relações de Gênero, Movimento Estudantil entre outros. Assim, provooco a (o) leitora (o), a observar as análises realizadas a respeito das experiências das mulheres universitárias, nos períodos ditatoriais, que seguem nas próximas páginas.

2 CAPÍTULO I – MANIFESTAÇÕES DO CONSERVADORISMO: CONCEPÇÕES BRASILEIRAS E PORTUGUESAS NO PERÍODO DITATORIAL

Neste capítulo, objetivo investigar como ocorreram as manifestações do conservadorismo no Brasil e em cidades portuguesas durante os períodos ditatoriais, tendo em vista que parto do pressuposto de que esse evento não foi uma particularidade apenas dos regimes ditatoriais. Admite-se ao conservadorismo, nesta investigação, como sendo uma ideologia que preserva a manutenção das organizações tradicionais, tanto na política, quanto na sociedade e na cultura.¹⁹

Ponto que o conservadorismo, como movimento ideológico não teve início na ditadura, as “raízes” dessa ideologia são projetadas desde a falsa concepção da ideia de que as mulheres são inferiores aos homens, o que derivou em dominação, submissão e a divisão dos polos entre dominador e dominado.²⁰

Para o debate a respeito da conjuntura dos regimes ditatoriais é necessário pontuar as diferenças entre ambos os regimes, como comentado anteriormente na introdução, a ditadura brasileira foi englobada dentro do regime autoritário e o português dentro da perspectiva totalitária, em que as propagandas das campanhas eleitorais se tornaram uma ferramenta significativa para o regime.

No que se refere à imprensa, no período do Estado Novo, de acordo com os estudos²¹ que já foram realizados, Salazar²² era avesso à exibição de sua performance na mídia, sem sua

¹⁹ Outro aspecto que também está inserido dentro das perspectivas do conservadorismo, diz respeito aos bons costumes. Diante dos estudos realizados por Maria Teresa Cunha (2004), compreende-se os bons costumes como regras de comportamento e normas de civilidade, que deveriam ser atendidas no âmbito social. Essa perspectiva, está sendo apreendida nessa investigação, como as condutas esperadas pelas mulheres, especialmente dentro do recorte temporal desse estudo. Essas normas de alinhamento para a formação do caráter da personalidade feminina, estão sendo aqui refletidas, como prescrições que variavam desde o tom de voz recitado, até a minuciosa escolha do cônjuge. Consultar: CUNHA, M. T. S.. Os dizeres das regras: Um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba/PR. CD Rom/ III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: PUC/PR e SBHE, 2004. v. 1. p. 60-75.

²⁰ Para maiores informações sobre as raízes do conservadorismo, e por conseguinte do patriarcado, consultar: *Masculinidades*. Mônica Raísa Schpun (org.). Boitempo Editorial-Edunisc, São Paulo-Santa Cruz do Sul, 2004. CORBIN, Alain; COURDINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). *História da virilidade*. (3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI). Petrópolis: Ed: Vozes, 2013. Assim como os escritos literários de Antônio Candido e a formação do homem. Disponível em: [Vista do A literatura e a formação do homem \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 25 mai. de 2021.

²¹ Para maiores informações consultar: Susana Cavaco (2019); Fernando Rosas (1999); Francisco Cádima (1996).

²² De acordo com Rampinelli (2014) Antônio Oliveira Salazar permaneceu no governo durante quarenta anos consecutivos, desses, atuou durante quatro anos como Ministro das Finanças (1928-1932), e trinta e seis anos na qualidade de chefe máximo do governo, tendo poder suficiente para criar e moldar o Estado Novo, derrubado apenas na Revolução dos Cravos, 25 de abril de 1974. Disponível em: [waldir_jose_rampinelli.pdf \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 06 jan. de 2020.

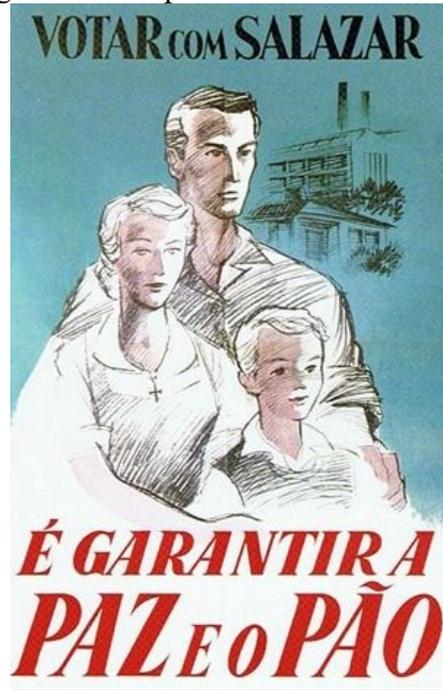
autorização prévia, já seu sucessor Caetano²³, zelava e atribuía grande importância ao instrumento midiático da imprensa, pois, acreditava que a partir dela era possível conquistar uma boa consecução política. Os cartazes apresentados a seguir, provavelmente, fazem parte do governo do presidente Salazar, que embora no começo de sua carreira demonstrasse irritabilidade com a mídia, aliou-se a ela para propagandear seu governo. É possível observar como as campanhas publicitárias foram fundamentais para a disseminação dos ideais do governo do Estado Novo.

Antes de entrar nas discussões referentes aos cartazes, é imprescindível afirmar que parto do pressuposto de não reduzir a imagem apenas a “documento visual” como argumentou Menezes (2012). Compreende-se as imagens como um elemento imerso em variáveis que definem a sua natureza, multiplicidade de significados e papel histórico que possa assumir. Não é o objetivo desse texto recomendar uma teoria única ou prioritária para a análise das imagens, até porque isso não seria possível, dado o expressivo arcabouço conceitual e teórico sobre o tema. Apontarei, rotas interpretativas que foram utilizadas para a exploração das imagens, fugindo da concepção de empregar figuras ao trabalho, apenas como ilustração.

O cartaz publicitário abaixo foi divulgado para as eleições presidenciais, provavelmente, do ano de 1949 que, embora esse período não faça parte do recorte temporal determinado, a discussão suscitada por essa fonte permite acessar informações úteis para o debate acerca do totalitarismo português.

²³ Marcelo Caetano, foi o último ditador do Estado Novo. Governou durante o ano de 1968 e foi exonerado em 25 de abril de 1974 (Revolução dos Cravos). Sua ascensão ao poder foi interpretada por muitos, de acordo com Martinho (2019), como uma resolução para o encerramento da ditadura portuguesa, já que possuía uma postura de reformista, o que rendeu a população, principalmente portuguesa, esperança e otimismo. Disponível em: [11_Martinho_2019_v 35_n 68_xml.indd \(scielo.br\)](#). Acesso em: 06 jan. de 2020.

Figura 1 - Campanha eleitoral Salazar



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Embora seja possível realizar inúmeras análises a partir dessa imagem, ressalto a preeminência da família patriarcal, onde o homem encontra-se numa posição mais elevada, de modo a envolver em seus braços outros integrantes, como forma de defensor da família. A mulher que carrega a cruz em seu pescoço, símbolo do catolicismo, além do destaque para as palavras “paz” e “pão”, que são elementos indispensáveis para a vivência familiar. Ao fundo, o desenho de uma casa, como um componente que entrelaça todos os outros elementos da imagem. Assim, os dados descritos no cartaz integram as perspectivas políticas e de controle total do governo do Estado Novo de Portugal, onde, a família, o catolicismo e a participação do Estado na vida privada, constituíam-se como o “tripé” de poder do regime.

Outro cartaz da campanha publicitária para presidente, provavelmente, do ano de 1949, ajuda a refletir sobre as manifestações do conservadorismo, direcionado mais especificamente para as mulheres.

Figura 2 - Campanha eleitoral Salazar



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A principal ideia que circulava nesse panfleto²⁴ era a de atrair o voto²⁵ das mulheres para o candidato Salazar. As ênfases estavam voltadas para os possíveis efeitos positivos que o governo ofereceria para a mulher²⁶, dentre esses estavam: “a estabilidade da família”, “a liberdade religiosa”, “a ordem social”, “a paz que preservou o nosso país da catástrofe e das destruições da guerra”. O apelo ao voto, nesse cartaz, estava sendo pleiteado a partir da possibilidade do homem, seja na figura do marido, irmãos ou filhos não adentrarem nos campos de batalha graças ao dinamismo do governo e, por conta disso, a mulher portuguesa firmada nos papéis sociais de mães, esposas e noivas deveriam votar em Salazar. É possível identificar

²⁴ Nesse panfleto lê-se: “Mulher portuguesa graças ao Estado Novo tens: a estabilidade da família, a liberdade religiosa, a ordem social, a paz que preservou nosso país da catástrofe e das destruições da guerra. Se teu marido, teus irmãos, teus filhos vivem, se não marcharam para os campos de batalha, A SALAZAR O DEVES! Se teu noivo não foi morrer em terra estranha, sob as tempestades de ferro e fogo e podes construir um lar feliz e tranquilo, A SALAZAR O DEVES! Se a teus filhos não faltam o abrigo e o pão, se a tua casa não foi destruída, arrasada a fábrica onde os teus trabalham, ralados os campos donde te vêm os frutos da natureza, A SALAZAR O DEVES! Mães, Esposas, Noivas de Portugal, VOTAI POR SALAZAR.

²⁵ O voto à mulher portuguesa foi concedido, pela primeira vez, com limitações, no ano de 1931, pelo decreto nº 19.694, de 05 de maio. Em dezembro de 1933, sob o decreto nº 23.406, acrescentou-se a possibilidade do voto à mulher solteira, maior ou emancipada, que vivia inteiramente sob suas responsabilidades e tinha a seu cargo ascendentes, descendentes ou colaterais. No dia 26 de dezembro de 1968, foi publicada a Lei nº 2137, que removiu qualquer discriminação em função do sexo, possivelmente, efeito da “explosão” do Movimento Feminista das décadas de 60-70, também firmado por algumas autoras de *Segunda Onda Feminista*. Um pouco depois, o voto à mulher brasileira foi permitido oficialmente, durante do governo de Getúlio Vargas, no Código Eleitoral do ano de 1932.

²⁶ O termo mulher, escrito no panfleto no singular, ajuda-nos a compreender as nuances propostas pelas normas e prescrições do conservadorismo, permitindo que seja feita a leitura, não apenas a partir do número de mulheres, mas sob a ótica universalizada, onde, dever-se-ia seguir padrões comportamentais e ideológicos descritos para aqueles sujeitos, conseguimos assim, visualizar nessas sutilezas, as manifestações da ideologia conservadora.

também não apenas da utilização da propaganda como ferramenta para a disseminação do discurso do regime totalitário, mas a forma como determinado grupo social deveria se comportar (ARENDR, 2012).

Além do mais, é válido destacar como o governo português reconhecia e disseminava o lugar que era determinado às mulheres, ou seja, como mães, esposas ou noivas, atrelando-as à presença e predomínio da figura do homem, um forte caraterístico proveniente da ideologia conservadora, compreendida nesta investigação, como a defesa à manutenção de preceitos e instituições tradicionais sociais, inseridos nos contextos culturais da coletividade.

Contudo, saliente, de antemão, que não existe um único agrupamento de preceitos tradicionais que sejam universalmente considerados como conservadores, porque neste texto, compreendo que esse conceito deriva do que é classificado como tradicional em determinado lugar e tempo, e as lutas que estão sendo organizadas em prol da destituição da manutenção dessas tradições. Assim, a manutenção do espaço reservado à mulher, propagandeado pela campanha eleitoral presidencial, está sendo aqui considerado como um dos elementos do conservadorismo, pois, apreender como essa ideologia na sociedade afetou a vida das mulheres militantes desta pesquisa é de suma importância para abarcar o contexto social, no qual estavam inseridas e, por conta disso, será discutido de maneira mais abrangente ao longo deste capítulo.

O autoritarismo brasileiro era demandado a partir do controle dos partidos políticos, dos sindicatos, das organizações de massa, da saúde, da educação, da vida privada, entretanto, de maneira menos absoluta que no caso totalitário. Destaco que o Brasil permitia a presença de dois partidos políticos, um que apoiava os ditadores, intitulado como Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o outro nomeado como Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era opositor do governo, essa possibilidade da existência legal de dois partidos políticos condizia com o próprio discurso dos militares na época da ditadura, o qual informavam que a intenção era “arrumar a casa” e posteriormente ocorreria a redemocratização e, por conta disso, sob a ótica desses sujeitos (militares), que o regime possuía no discurso determinada “abertura democrática”, ou seja, embora a forte ação do Estado nas nuances da vida pública e privada, acontecia a tentativa para camuflar as atrocidades do autoritarismo, com ínfimos elementos de um regime democrático, por exemplo.

No que tange às principais diferenças das conjunturas políticas dos regimes ditatoriais em questão, nos próximos parágrafos, concentro nos debates sobre as manifestações do conservadorismo, tanto no Brasil quanto em Portugal.

A partir da possibilidade de reconstruir eventos históricos já articulados, neste capítulo revisito os anos ditatoriais do Portugal e do Brasil, visando apreender como as manifestações

do conservadorismo foram absorvidos e reestruturados pelos grupos que estavam no poder, além de como esses fizeram interferência na atuação das mulheres. Para tanto, compreendo que são nítidos e bem definidos os limites de uma abordagem dessa natureza, visto que a dinâmica do conservadorismo extrapola o terreno teórico, com determinações, contradições desfrutando autonomia em relação do debate atual (SOUZA, 2016).

Sobre as representações do conservadorismo em Portugal, as observações de Anne Cova e Antônio Costa Pinto (1997), dizem respeito à forte influência do catolicismo na propagação e vigilância dos bons costumes, alicerçado pelas encíclicas papais²⁷ dos anos de 1930 e 1981.

A respeito da Igreja Católica, durante o regime ditatorial em Portugal, essa instituição “[...] assumiu um papel central no projecto ideológico e sociopolítico do Estado” [...] (SIMPSON, 2012, p.?). De acordo com Simpson (2012), entre 1933 e 1945, período de consolidação e consagração da ditadura, a Igreja estabeleceu o projeto de “regeneração nacional” corporizado pelo Estado Novo, em que foi firmada a aliança entre as instituições. Ainda segundo as investigações desse mesmo autor, “À Igreja Católica cabia assim, no modelo sociocultural projectado pelo Estado Novo, o papel de ‘integrador cultural’ da população, isto é, a parte espiritual e moral do processo de ‘regeneração nacional’” (SIMPSON, 2012, p. 92). Nesse momento, Igreja Católica portuguesa e o regime ditatorial convergiam em suas premissas a respeito do destino de Portugal e, assim, a instituição religiosa foi designada como o principal instrumento que conduzia a sociedade pelos caminhos morais e do espírito.

Por outro lado, o apoio da Igreja ao regime não era unânime, setores apoiavam a ditadura e outros eram contra, assim como aconteceu no Brasil. Os setores da Igreja, que estavam de acordo com as premissas do regime sofreram reações²⁸ da sociedade fundamentadas em críticas, principalmente, por conta das implicações sociais, e também acerca das irregularidades do governo português (SIMPSON, 2012).

No Brasil, a relação da Igreja Católica e o regime militar foi composta de acordo com os estudos de Sara Souza (2017, p. 15), “não de apenas um catolicismo no interior da Igreja,

²⁷ A encíclica, grau máximo das cartas pontificias, tem um âmbito universal, onde o Papa empenha a sua autoridade como sucessor de Pedro e primeiro responsável pela Igreja Católica. Disponível em: arqrio.org/noticias/detalhes/3243/o-que-e-uma-enciclica. Acesso em: 05 jun. de 2020.

²⁸ O jornal Portugal Democrático realizou outros registros sobre as reações entre católicos e a ditadura de Portugal, apontando a postura de resistência desses. No levantamento de fontes realizado, encontramos algumas notícias sobre esse tema: “Os católicos e a democracia. Ano III, nº 20, São Paulo, Janeiro de 1959”; “Relação entre a Igreja Católica e o Estado e a liberdade dos católicos. Ano III, nº 26, São Paulo, Julho de 1959”; “Os católicos e a repressão salazarista. Ano III, nº 27, São Paulo, agosto de 1959”; “Os católicos portugueses e o regime salazarista. Ano IV, nº 32, São Paulo, Janeiro 1960”; “O Estado Novo persegue os católicos, Ano IV, nº 34, São Paulo, Março de 1960”; “Salazar e o direito penal da Igreja. Ano IV, nº 63, São Paulo, agosto de 1962”. Todas essas reportagens têm em comum o posicionamento contrário dos religiosos católicos, frente ao Estado Novo.

“contestador e libertador”, mas de múltiplos catolicismos, cada qual enxergando a missão da Igreja de acordo com suas expectativas – ora como instituição política, ora pertencente a uma esfera mais privada”. Há de se considerar que o moralismo foi experienciado de maneira diferente, em cada caso.²⁹

É importante frisar como o conservadorismo e suas representações apresentam certas questões, como prescrições para as mulheres, induzindo a sociedade a entender essas normas a partir da premissa de que: “tal regra sempre existiu”. Por conta disso, existe a necessidade de historicizar onde esses comportamentos localizam-se, em quais contextos surgem ou são estimulados. Para esta investigação, como já comentado, focalizo as atenções a respeito das manifestações do conservadorismo nos períodos ditatoriais em Portugal e no Brasil, de modo a demonstrar que esses são localizados, históricos e passíveis de transformações. É oportuno enfatizar que as tradições e representações do conservadorismo estão vulneráveis a serem inventadas e usam da força do tempo da história para se impulsionarem sobre as outras práticas ditas como não tradicionais. (GUIMARÃES, 2018).

Pretende-se também, com esse debate, preencher algumas lacunas existentes na historiografia sobre as contradições dos períodos ditatoriais, no que tange mais especificamente ao surgimento de novos costumes, combatidos pela vigilância moral. Para tanto, na investigação desenvolvida³⁰, no primeiro momento, observo como o movimento conservador manifestou-se em ambos os países. No entanto, essas discussões serão apresentadas em dois tópicos, nos quais trataremos a respeito do Brasil e depois Portugal. A partir disso, visio compreender como o uso do passado, principalmente por governos ditatoriais, tiveram um papel no processo de justificar o domínio e a exclusão da mulher no meio público, fundamentados em uma “naturalização” da visão de espaço político como masculino e espaço privado como feminino.

²⁹ Outro dado importante a respeito das premissas da Igreja Católica, diz respeito a atuação das freiras durante o regime militar do Brasil. De acordo com as observações da historiadora Caroline Cubas (2018), as ações das freiras ocorriam no cotidiano, através de assistências, cuidado com as feridas, esconderijos e denúncias de abusos e torturas. Refletir sobre essas atuações, tal como apontou a autora, permite que essas mulheres sejam realocadas como sujeitos históricos, já que, foram renegadas da narrativa da histórica por conta de seus corpos não serem vinculados a maternidade, ao patrimônio, tão pouco a sexualidade.

³⁰ Como comentado anteriormente, optou-se em trabalhar com os contextos Brasil e Portugal de forma separada, principalmente por conta da complexidade em tratar dos assuntos sem antes sinalizar as nuances de cada país, posteriormente procuramos evidenciar, as similitudes e diferenças.

2.1 AS MANIFESTAÇÕES DO CONSERVADORISMO NO BRASIL

Em 2017, enquanto entrevistava Raquel³¹, na cidade de Salvador, uma das suas falas chamou atenção: a necessidade imposta pela sua família de casar e ter filhos, em detrimento do seu sonho em cursar Ciências Biológicas, na Universidade Federal da Bahia:

Quando sair do ensino médio, antigo colegial, minha família, que é uma família patriarcal e posso dizer bem-sucedida, achava inadmissível que eu mulher não estivesse pensando em casar e ter filhos, constituir uma família, e olhe que na época eu tinha por volta dos 23 e 24 anos, ou seja, eu naquela época me achava muito jovem para esta pensando nessas coisas. Eu me lembro que meu pai, ainda fez alguns anúncios dentro de casa sobre rapazes solteiros e boa índole, que era filho dos amigos dele e que eu **deveria** conhecer. Minha sorte é que sempre fui muito incisiva dentro de casa, eu tinha muito respeito com eles, minha mãe e meu pai, mas isso de casamento arranjando eu achava muito estranho e não aceitei, mas foi a base de muita conversa. (RAQUEL, 2017).

De acordo com essa fala da militante, que narrou sobre os meados da década de 1960, analiso como a preocupação com a moral e os bons costumes era um elemento presente na vida privada. Quando Raquel alerta que provém de uma família patriarcal, ou seja, onde a autoridade paterna prevalece de forma unânime, e que também veio de um lugar social, dito por ela, como bem-sucedido, ela demarca a condição estrutural que convivia e de qual meio resultava. Além disso, pode-se atentar sobre a pressão de seu pai, em fazer pronunciamentos a respeito de “rapazes solteiros e de boa índole” para vir a conhecer sua filha, como uma tentativa de manter o *status quo* na organização familiar, e também dos costumes e moralismos vigentes.

O moralismo³² servia de parâmetro para regular, normalizar os corpos e comportamentos dissidentes. De acordo com Iamashita (2017, p. 2)

a moral é definida como um conjunto de valores de uma determinada sociedade, eles expressam uma criação humana temporal, portanto mudam, são ressignificados conforme interesses políticos emergentes, bem como são reinventadas estratégias discursivas legitimadoras de "novos" valores, ou de defesa dos antigos.

Os rigorosos valores morais estavam sendo colocados em alerta, tanto pela “ameaça comunista” quanto pelas transformações comportamentais experienciadas na época, tais como a sexualidade e a organização familiar. Uma das formas de reação do conservadorismo da época, foram as “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, majoritariamente, organizadas por coletivos/entidades femininas e conduzidas pelo clero (SETEMY, 2018).

³¹ Como colocado em momento anterior, o intuito é considerar as especificidades e características de cada militante e garantir o anonimato, pela utilização de nomes fictícios.

³² No segundo e terceiro capítulo desta investigação, será dada mais atenção aos aspectos do moralismo na vida das militantes, principalmente no que toca ao meio privado e os embates ocasionados no espaço de militância.

Conforme Aline Presot (2004, p. 16) aponta: “A propaganda organizada para a Marcha buscava a adesão da população utilizando-se de valores e elementos simbólicos como o amor à pátria, o respeito à democracia, a defesa da família e das liberdades políticas”. Presot (2004) comenta sobre a linguagem apelativa que foi utilizada nos meios de comunicação para aderir adeptos e as palavras de ordem, tais como: “em nome da fé”, “em nome da família”, com tentativas de comover a sociedade para os atos de protesto. Para ela, “A própria palavra marcha possui em si um sentido especial, que compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado”. (PRESOT, 2004, p. 17). Ainda sobre essa discussão, Solange Simões (1985, p. 94), a respeito das bases fundantes da Marcha, afirma que:

Independente das origens da ideia ou das razões que inspiraram essas grandes manifestações, elas encaixam-se perfeitamente nas táticas de arregimentação popular até então desenvolvidas pelos conspiradores. Estes imediatamente passaram a articular todas as suas forças – empresários, estudantes, operários, jornalistas, padres e mulheres – em torno das notórias “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Essas marchas espalhavam-se por todo o país antes e depois do golpe, mobilizaram milhões de pessoas de Belém a Porto Alegre e tornaram-se peculiares na nossa história, não apenas pelo volume de manifestantes, mas especialmente pelos recursos materiais e ideológicos utilizados na arregimentação popular para a ação política.

De acordo com Ediane Lopes de Santana (2009), em suas investigações não foram observadas articulações institucionalizadas das Marchas da Bahia com o movimento nacional no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Essas conexões vieram acontecer a partir da Deputada Estadual Ana Oliveira³³, do Partido Libertador (PL), que foi a primeira mulher a empenhar-se em convocar as baianas para fazerem parte das mobilizações nacionais, segundo o jornal *A Tarde* (21/03/1964). Outras mulheres da Bahia, se destacaram durante as mobilizações da Marcha, como Suzana Teixeira Imbassahy (recebeu o sobrenome de Imbassahy por ter sido casada com Osvaldo Imbassahy, tio do ex-prefeito de Salvador Antônio Imbassahy) e a esposa do governador do Estado Hildete Lomanto. Outras mulheres desconhecidas da imprensa tiveram visibilidade, com o objetivo de adentrarem à luta para representarem seus maridos (COSTA; SANTANA; SOBRAL, 2005). É importante salientar, sobre o intuito de promover a atuação dessas mulheres, como figura alegórica das organizações das marchas. Segundo Simões (1985, p. 96):

³³“Deputada Ana Oliveira nasceu no município de Serrinha e foi eleita pela primeira vez em 1962, através da Aliança Trabalhista, constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Republicano e o Libertador. Anteriormente, havia se candidatado, em 1954 e 1958, pelo Partido Libertador, sem conseguir se eleger. Posteriormente, foi reeleita em 1966, 1970 e 1974, totalizando 16 anos de mandatos consecutivos. Anteriormente, havia sido vereadora em Juazeiro, durante quatro legislaturas. Seu primeiro mandato eletivo foi em 1934, logo depois que as mulheres conquistaram o direito de voto. Vinculada aos grupos oligárquicos baianos, em especial ao Senador Luís Viana Filho, apoiou imediatamente o golpe militar. Exerceu diversos postos de direção na Assembleia Legislativa da Bahia” (COSTA; SANTANA; SOBRAL, 2005, p. 141).

Às mulheres que passaram à história como idealizadoras e líderes das marchas estendeu-se também a responsabilidade principal por todas as campanhas de arregimentação popular (e principalmente de classes médias) que visavam desgastar o nacional-reformismo. Foram, em consequência, repetida e insistentemente aclamadas por generais, políticos e jornalistas como a vanguarda de todo o movimento que, pretendiam eles, teria desencadeado o golpe militar.

Além dessa responsabilidade, de acordo com Simões (1985, p. 96), foram atribuídos papéis fundamentais para essas mulheres, no que tange ao sucesso do golpe, tais como: “terem sido as primeiras a agir; terem encorajado ‘homens sem coragem’; terem incentivado e apelado para as Forças Armadas”. Ou seja, essas mulheres tornaram-se as guardiãs da família tradicional e dos valores éticos que a sociedade brasileira deveria seguir.

De acordo com as análises de Presot (2004, p. 24) não foram apenas os católicos que manifestaram sua fé religiosa, “entre padres e freiras, que carregavam uma enorme cruz verde-amarela, e senhoras portando estandartes com a inscrição ‘com este sinal [da cruz] venceremos’, marchavam, pastores, espíritas, rabinos e umbandistas”, o objetivo era ‘universalizar’ o movimento, para que pessoas de todas as crenças adentrassem nas Marchas.

Conforme demonstra os estudos realizados, essas marchas: “constituíram-se em um espaço de atuação política para as mulheres, embora esse tenha tido um caráter conservador e de manutenção de velhos papéis patriarcais”. (COSTA; SANTANA; SOBRAL, 2005, p. 146). Isto é, embora as mulheres tenham participado, realizado mobilizações, panfletagens e lideranças nas organizações do movimento, elas conseguiram irromper na política, um espaço substancialmente designado ao masculino. Contudo, saliento que essa dinâmica de ingresso das mulheres na política foi possível, principalmente, através das fronteiras com a maternidade. Essas ações podem ser refletidas como extremamente contraditórias, visto que:

[...] estas “características femininas”, que condenam a mulher ao mundo privado, contraditoriamente, levaram as mulheres brasileiras, nesse momento, a atuar no mundo público. Esse tipo de prática é identificado pelas diversas correntes teóricas do feminismo como maternalismo, isto é, como uma construção de gênero, estabelecida desde a diferença sexual feminina, reconhecendo e definindo as mulheres por sua capacidade reprodutiva (COSTA; SANTANA; SOBRAL, 2005, p. 148).

Sendo assim, homens e maridos fundamentados na sua condição social enquanto o sexo provedor, e aproveitando-se dos recursos ideológicos, cederam espaços políticos para a atuação daquelas mulheres (SIMÕES, 1985). Ainda a respeito, das atividades políticas elaboradas por elas, concorda-se quando afirmam que:

Nesse processo político, a posição de destaque se dava de forma tradicional, perpetuando seu lugar de subordinada. Não havia uma perspectiva emancipatória que permitisse as mulheres ocupar um papel social de mais autonomia, que promovesse uma política igualitária para as mulheres. Ao deixarem de ser úteis ou necessárias ao

novo regime, agora vitorioso, com o respaldo popular entre as classes médias garantindo, as mulheres são desestimuladas ou obrigadas a retornarem ao lar e à sua invisibilidade política, sem que houvesse mudado sua condição de subalternidade. Não há registro de mulheres que conseguiram permanecer no espaço público, ocupando um papel de liderança. Na Bahia, apenas a Deputada Ana Oliveira, que já vinha de uma longa trajetória política, ocupando cargos legislativos e executivos, permaneceu com destaque na esfera pública. Todas as outras, inclusive Hildete Lomanto, retornaram à invisibilidade do cotidiano doméstico e privado. (COSTA; SANTANA; SOBRAL, 2005, p. 148).

Ressalta-se que essa posição de destaque, a partir das perspectivas tradicionais e da maternidade, não foram exclusividade apenas dos movimentos do meio conservador. Esse fenômeno também foi experienciado por mulheres que percorreram direções, anseios e lutas diferentes daquelas que se mobilizavam nas Marchas. Em relação as participantes que marcharam em prol da vigilância dos bons costumes, não se torna viável determinar “que elas permaneceram imunes às possibilidades de aprendizagem que a participação política apresenta, [...] de desenvolverem uma visão crítica sobre o caráter desses movimentos” (COSTA, SANTANA E SOBRAL, 2005, p. 150).

Outro instrumento que representa as reações da ideologia do conservadorismo no Brasil foi a associação civil de âmbito nacional, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), composta apenas por militares do sexo masculino, cujos objetivos se concentravam em: “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade” (SETEMY, 2018, p. 178). De acordo com Monica Kornis e Thomas Ferdinand Heye, que escreveram sobre a TFP no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, tal associação foi fundada em 1960, por Plínio Correa de Oliveira³⁴, com o apoio dos bispos Dom Antônio de Castro Mayer, da cidade de Campos (RJ), e Dom Geraldo Proença Sigaud, da cidade de Diamantina (MG). A TFP integrava a principal corrente ideológica dentro da Igreja no início da década de 60, e foi a primeira organização de resistência, no que tange, aos aspectos sociais defendidos por essa instituição, além da Associação Católica Brasileira (ACB). Ainda segundo os estudos realizados por

³⁴ Segundo as investigações de Zanotto (2010, p. 89), “Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo/SP em 1908. Sua militância católica iniciou nos anos 20 como integrante da Congregação Mariana na Paróquia de Santa Cecília, e se estendeu até seus últimos dias, tendo participado ativamente de atividades de inspiração cristã, como a fundação da Ação Universitária Católica – AUC na Faculdade de Direito, onde estudava (1929); a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC (1932); deputado federal na Assembleia Constituinte (1934-1937); diretor do jornal O Legionário, Órgão da Congregação Mariana de Santa Cecília transformado em porta voz oficioso da Arquidiocese de São Paulo (1933-1947); presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista (1940-1943); orientador e inspirador do mensário de cultura Catolicismo (fundado em 1951); fundador e presidente vitalício da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade TFP (1960-1995). Plínio Corrêa de Oliveira faleceu aos 86 anos na cidade de São Paulo em decorrência de um câncer de fígado, “em odor de santidade”, segundo seus sequazes”.

Monica Kornis e Thomas Ferdinand Heye, a respeito da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade:

A ação da TFP junto à opinião nacional é desenvolvida através de constantes campanhas públicas em defesa da família monogâmica e indissolúvel e da propriedade privada, bem como do ataque ao comunismo e ao socialismo, qualificados de “elementos perturbadores da ordem natural das coisas”. Essas campanhas se realizam através da coleta de assinaturas em apoio às petições da organização, destinadas a sensibilizar as autoridades eclesiais, civis e militares para seus objetivos. Quando em campanha, os militantes da TFP — apenas homens — postam-se nas ruas mais movimentadas ou na frente das igrejas, envergando capas púrpuras sobre ternos escuros e empunhando estandartes com o emblema da organização. Fazendo uso abusivo de megafones, procuram convencer os passantes a assinar seus manifestos (KORNIS; HEYE, TFP. Disponível em: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br) Acesso em: 11 fev. de 2020).

Assim, pelo fato de defender esses ideais, a TFP foi vista em muitos momentos como ultrapassada e, de maneira pejorativa, intitulada como seita, grupo fanático, milenarista etc. (ZANOTTO, 2010). Com base nas análises de Zanatto (2010), essas perspectivas a respeito da TFP minimizam o desempenho político, social e cultural da instituição, como também sua atuação em prol da manutenção dos valores tradicionais. O autor Nisbet (1987) argumenta que “em larga medida, o apoio conservador à religião baseava-se na crença bem fundamentada de que os seres humanos, uma vez que se libertem da ortodoxia, estão sujeitos a sofrer uma certa perturbação, uma perda de equilíbrio” (NISBET, 1987, p. 121). Em outras palavras, o enaltecimento da moralidade e da religião representa um dos eixos de sustentação para a sociedade e o Estado.

A TFP possui inúmeras dimensões peculiares, e nessa breve apresentação inclino argumentos a respeito da sua atuação pública como entidade civil, e não apenas como movimento católico. Considero também que as ações realizadas tanto pelas “marchadeiras”, quanto pelos militantes do TFP sinalizam o moralismo fortemente instaurado na sociedade brasileira da década de 60, e podem ser interpretados a partir da cultura política, em prol da preservação dos valores tradicionais e vigilância dos bons costumes que, por sua vez, foram alvo de questionamentos e resistência por parte de outros setores da sociedade (SETEMY, 2018).

Outro ponto de interesse neste estudo, concentra-se na Constituição de 1967, já que ela foi utilizada como instrumento político de legitimação dos valores civis da sociedade. O interesse não é afirmar que a Constituição era conservadora, mas sim, a partir de reflexões amparadas teoricamente, apontar determinados artigos como manifestações do conservadorismo na sociedade. Para Setemy (2018), além da Constituição de 1967, o governo

autoritário utilizou como ferramenta de poder os Atos Institucionais, publicados entre 1964 e 1970, a Lei de Imprensa de 1967 e também a Lei de Segurança Nacional que:

Quando vistos em conjunto demonstram que a censura à imprensa foi implantada aos poucos, de acordo com uma dinâmica que combinava, simultaneamente, o recrudescimento do controle sobre a sociedade civil e a tentativa de garantir uma imagem positiva para o regime (SETEMY, 2018, p. 182).

O emprego de mecanismos de controle estava no contexto da efervescência da década de 1960. A repressão não se limitou apenas ao meio político, havia forte intervenção do moralismo, dissonante da “revolução dos costumes”, que tornava o ambiente apreensivo para os indivíduos que contestavam os padrões prevalecentes, como dito em outrora.

As investidas de vigilância moral contra a liberdade de expressão e a censura, culminaram na vigência do governo de Castelo Branco, no Ato Institucional II, autenticado em 27 de outubro de 1965, que ressalta: “A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil”. Essas manifestações visavam legitimar e decidir o que deveria ser proibido, evitado ou anormal e, portanto, autorizando o que poderia ser seguido, bem como o que é correto e decente, como afirmam Piovezan e Fontoura (2015). Esses dispositivos de poder não apenas analisavam o que careceria de ser proibido ou aprovado na sociedade, mas controlava através das repressões, o que era passível a ser silenciado e censurado.

Destaca-se a lei ordinária que “regula a liberdade de manifestação do pensamento e informação”, com o número 5.250, no dia 9 de fevereiro de 1967. No que, diz respeito, ao moralismo e à vigilância aos costumes, fica explícito que:

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

Art. 17º. Ofender a moral pública e os bons costumes:

Art. 61. § 6º Nos casos de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juizes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público, determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação.

Nas preocupações do Estado, assim como os discursos produzidos em referência às metas de desenvolvimento do regime, sempre eram inclusos a proteção à moral pública e privada e aos bons costumes, que eram instituídos como fundamentais para a ordem comum. O que prevalecera, segundo a perspectiva autoritária, é o controle não apenas do sistema político, mas da sociedade como um todo que, por sua vez, também atuava com práticas ameaçadoras

contrárias “a ordem sexual, a família tradicional e os valores éticos que, supostamente, coesionavam a sociedade brasileira” (QUINALHA, 2017, p. 8).

O furor intransigente do Estado também promulgou o decreto-lei de número 1.077, no dia 26 de janeiro de 1970, que fazia referência ao moralismo e à vigilância dos padrões, em que eram considerados em seu preâmbulo, pelo presidente da República, Emílio G. Médici, as seguintes atribuições:

[...] que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;
 [...], todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;
 [...] que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Ficou estabelecido no mesmo decreto-lei, que:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.
 Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Essas concepções impactavam não apenas a divulgação midiática de revistas e livros, mas tudo que envolvesse desejos sexuais e comportamentos que não seguissem o dito “padrão comum”. Tratava-se de imposições estatais que visavam designar os ideais moralizantes, fundamentados na notória atuação da censura, que estavam sendo defendidos por uma deliberada parte da sociedade brasileira do período (PIOVEZAN; FONTOURA, 2015).

O regime militar, no tocante às suas estipulações, apresentava um significado importante do que era ou não imoral, para Piovezan e Fontoura (2015, p. 2411), dentro da perspectiva dos militares governantes do período, a imoralidade, se direcionava a “um plano subversivo” que colocava “em risco a segurança nacional”. Setemy (2019, p. 111), ressalta que:

Sem dúvidas, os conflitos socioculturais que caracterizavam a década de 1960 interferiram na relação entre o regime militar e o conjunto da sociedade brasileira, pois mesmo se tratando de um governo de caráter autoritário a sua instalação e seu funcionamento esteve diretamente relacionado aos conflitos e antagonismos existentes entre os diversos grupos sociais.

Isto é, o autoritarismo motivado a partir do prisma da moralidade visava controlar, por meio da censura, não apenas as discussões passíveis de serem aceitas, como os comportamentos e costumes. Em uma sociedade “dividida” por contradições, os setores mais conservadores recorriam ao Estado (como vimos nas discussões anteriores), com a intenção de salvaguardar os bons costumes, a manutenção da família tradicional, enquanto outra parte da sociedade,

composta mais expressamente por grupos da classe média, buscavam contrapor os padrões que estavam alicerçados no conservadorismo da sociedade do período (SETEMY, 2019).

Discorre-se a seguir sobre a experiência da manifestação da ideologia conservadora em solo português, durante o regime ditatorial.

2.2 O CONSERVADORISMO E A OPOSIÇÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS

Durante o regime ditatorial português, celebrado como o Estado Novo, muitos foram os esforços dos militares para construir e desenvolver uma imagem ideológica do país que funcionasse como elo para toda a população identificar-se com as características de sua nação. Nesse sentido, Paula Morais (2005) afirma que:

Recuperando uma imagem de Portugal que, desde sempre, tem acompanhado o percurso evolutivo deste país, o Estado Novo difunde-o como algo novo e impossível de ser questionado ou refutado uma vez que esse construto emana dos detentores do poder e, por isso mesmo, ele é visto como legítimo (MORAIS, 2005, p. iv).

Assim como outros sistemas totalitários de poder existentes na época, o regime de Portugal também se posicionou como legítimo, buscando justificativa e simbolismo no nacionalismo, como também na figura idealizada do líder. Para além dos objetivos de agrupar toda a população e fundir-se como algo novo (daí origina-se o termo Estado Novo), esse regime, que afirmava ser protegido por Deus, utilizava da sua capacidade de autoridade para silenciar e deslegitimar, através da censura, quaisquer manifestações de pensamento que lhe fossem opostas (MORAIS, 2005).

Deste modo, o governo português edificou seu poderio a partir do totalitarismo em diversas frentes, em especial admitindo o controle do homem sobre a mulher a partir de bases legislativas, como podemos ver nas observações da Ana Vicente (1994, p. 376):

Quanto à transposição para o legislativo, nada foi deixado ao acaso. A título de exemplo, até 1969 as mulheres casadas não podiam sair do país sem autorização do marido reconhecida notarialmente, e até 1974 os maridos podiam abrir a correspondência da mulher. Até 1974, as mulheres não podiam ser admitidas nas carreiras da magistratura nem da diplomacia.

É salutar evidenciar que considero, que a afirmação da autora, não caracteriza especificamente a ideologia conservadorismo, mas sim a forma como ele se manifesta a partir das bases legais para atingir o espaço privado. Além do mais, o autoritarismo masculino também foi respaldado pelo Código Civil de 1967. O artigo nº 1674, a respeito do Poder marital, afirma: “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir

em todos os actos da vida conjugal comum, sem prejuízo do disposto nos artigos subsequentes” (PORTUGAL, 1967).

A partir desse documento, é possível identificar como o controle do homem sobre a mulher, na figura de marido, (tal como foi apontado nas campanhas eleitorais, discutido anteriormente) era justificado e respaldado, de modo a estabelecer que as relações deveriam ser baseadas na soberania masculina, não admitindo que a mulher tomasse decisões na vida conjugal.

Em relação a essa base legislativa, podemos refletir: será que a legislação legaliza práticas já comuns? Ou amplifica para toda a sociedade os costumes de um determinado grupo? É conveniente apontar que, por conta de uma diversidade de famílias, raça e classe social, ou seja, a interseccionalidade (DAVIS, 2016, AKOTIRENE, 2019) não é possível indicar que determinadas práticas fossem comuns a toda a população. É mais viável, por conta da diversidade de fatores, caminhar a partir da assertiva de que para o governo a escolha mais potente seria amplificar os costumes de um determinado grupo para toda a sociedade, pautado a partir da legislação.

Em Portugal, o regime ditatorial não escondeu suas pretensões no que diz respeito ao lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade e qual a sua conduta, tanto no meio público, quanto no meio privado, onde o marido representava-a e decidia todos os atos da vida conjugal. A institucionalização da ideologia conservadora visava coibir tudo que fosse estabelecido como imoral pelo regime, a partir de leis e repressões fundamentadas na índole de um cidadão ideal que perpassa por diversas nuances, dentre elas, um modelo específico de comportamento e sexualidade (PIOVEZAN; JUNIOR, 2015).

Ainda no debate sobre as legislações portuguesas e manutenção de costumes tradicionais, a Constituição de 1933 (que regeu os anos de ditadura em Portugal) enunciou no artigo 5º a igualdade dos cidadãos perante a lei, e ressaltou as diferenças em relação às mulheres.

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser promovido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviço prestado, e a negação de qualquer privilégio de nascimento quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto as vantagens aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas (PORTUGAL. Constituição (1933). Artigo 5º).

A Constituição endossou as desigualdades de gênero. Essa concepção estava baseada nas mensagens prescritas pela Igreja Católica, nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931). A encíclica de 1891 enunciava que:

Trabalhos há também que se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família (RERUM NOVARUM, 1891).

Perpassando sobre o mesmo teor a respeito da natureza da mulher, a encíclica do ano de 1931 afirmava que:

As mães de família devem trabalhar em casa ou nas suas adjacências, dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso, que deve a todo o custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganharem a vida fora das paredes domésticas, descurando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos. Deve pois procurar-se com todas as veras, que os pais de família recebam uma paga bastante a cobrir as despesas ordinárias da casa (QUADRAGESÍMO ANNO, 1931).

As encíclicas também buscaram justificativas para exercer seu poderio sobre a mulher. Acrescentou as ideias de que à mulher, a natureza destina preferencialmente aos trabalhos de arranjos domésticos, além do cuidado materno, também deveria ser “devota à pátria e ocupar-se do ‘governo doméstico’” (COVA; PINTO, 1997, p. 72). Dessa forma, observo as perspectivas morais justificadas nas encíclicas que também atribuíam à família tradicional um elemento primordial da sociedade, no qual cabia à mulher a tarefa exclusiva de cuidado e manutenção do ambiente privado. É possível observar como a ideologia conservadora manifestou suas reações, cerceando as liberdades das mulheres e condicionando-as a uma única função. Mais uma vez, percebo a tentativa do governo em impor práticas de um determinado grupo a toda a população.

Em 1961, surgiu a polêmica em torno da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, da Universidade de Coimbra. Essa problemática oferece subsídios para refletir sobre as reações ao conservadorismo da época no ambiente universitário. Segundo Bebianno e Silva (2004) a carta, escrita por Arthur Marinha Campos (que assinou como um semianônimo), foi influenciada pela leitura do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, e buscava contrapor-se a ele.

A indignação dos setores mais conservadores da sociedade motivou a escrita da carta que se transformou em manifesto. Observa-se que o intuito era propor o debate acerca dos costumes e da moral sexual em um ambiente induzido pela ideologia conservadora, legitimado pelo regime do Estado Novo. Destaca-se que tal polêmica encontrou origem dentro do ambiente estudantil, porque esperava-se que ali a mulher pudesse dispor de pouca autonomia e independência.

Não sou um guia nem observador junto de uma realidade juvenil, a quer compreender e a quer afirmar-se. Por essa afirmação eu quero combater. A minha realidade é igual à tua. Somos jovens. A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas,

o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental. Do estatismo e da imanência. Só nos é permitido atravessar o muro para escolhermos. E eu escolho a ti jovem portuguesa. Tu que estás submissa e passiva no canto onde te procuro. Tu que tens os olhos azuis ou negros. Como saber? Tu vens cega e só porque sabes que tens de vir. [...]. Tu que vens abúlica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para eu dizeres; que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir. Tu para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Tu vítima de todos nós e de ti mesmo. Tu vítima do nosso desejo não concretizado e, portanto, falseado e iludido. [...]. Tu que eu não quero escolher mas tenho de querer escolher. Tu. Jovem portuguesa (CARTA A UMA JOVEM PORTUGUESA, 1961, p. 1).

Figura 3 - Carta a uma jovem portuguesa



Fonte: Órgão da Associação Académica de Coimbra, 1961

Nesta “Carta”³⁵ a mulher está caracterizada como uma mulher dominada que “estás submissa e passiva no canto onde te procuro”, principalmente, por conta do cenário social onde encontrava-se. Sua vivência universitária está restrita a um lugar de subserviência e passividade absoluta “vens abúlica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para eu dizeres; que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir” (ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA, 1961). No texto, também é declarado a respeito da diferença das liberdades:

Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental (ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA, 1961).

³⁵ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

É comentando sobre as dificuldades de convivência do cotidiano, das injustiças e da negação do desejo dos corpos, mencionado na passagem, “Tu vítima do nosso desejo não concretizado e, portanto, falseado e iludido. [...]. Tu que eu não quero escolher mas tenho de querer escolher. Tu. Jovem portuguesa” (ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA, 1961). A partir das discussões propostas por esse documento, é possível identificar os entraves sociais ocasionados pela manifestação da ideologia conservadora na vida da mulher portuguesa universitária.

Outro documento usado, para refletir sobre as representações do conservadorismo, expõe como as mulheres portuguesas reagiram ao moralismo e à censura impostos pelo regime na sociedade, empregando como ferramenta de resistência a palavra escrita.

A confiscação do livro e o processo instaurado contra as “Três Marias” (Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Tereza Horta), em 1972, como ficaram conhecidas, provocou uma rede de apoio internacional notável na história da literatura portuguesa, com protestos e manifestações motivadas pela causa. Esses pronunciamentos em prol da publicação das *Novas Cartas Portuguesas* e também das autoras, atingiu meios de comunicação internacionais, tais como o *The Times* e o *Le Nouvel Observateur*, entre outros. Alcançou reconhecimento em embaixadas de Portugal no estrangeiro, e as manifestações foram apoiadas por nomes como: Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Doris Lessing, Iris Murdoch e Stephen Spender, o que fez aguçar o interesse das investigações e conduzir o caso para ser votado em uma conferência financiada pela National Organization for Women (NOW)³⁶, como a primeira causa feminina internacional.³⁷

Em depoimento prestado ao jornal *A Capital*, em 17 de maio de 1972, as autoras comentam sobre a elaboração do livro:

Apareceu-nos a ideia do livro a três. Procurar explicar todos os porquês disso, o que vinha do conhecimento do que tínhamos umas das outras, das nossas simpatias ou empatias, ou antipatias, é impossível e talvez desnecessário. A ideia de uma experiência a três foi a razão principal; tão-pouco estamos todos habituados e crentes em experiências colectivas, que um consentimento espontâneo, sem reservas, foi logo uma condição de fratria (NOVAS CARTAS PORTUGUESAS. *A CAPITAL*, 1972).

³⁶ De acordo com as informações contidas na Enciclopédia *Britannica*, a *National Organization of Women (NOW)*, é uma entidade feminista estadunidense fundada em 1966, por Pauli Murray e Betty Friedan, entre outras, com o objetivo lutar pelos direitos femininos e promover a igualdade de gênero. É o maior grupo feminista dos Estados Unidos, com cerca de 500.000 membros no início do século XXI. Disponível em: [National Organization for Women | History, Goals, & Facts | Britannica](#). Acesso em: 09 set. de 2020.

³⁷ Informações sobre as *Novas Cartas Portuguesas*. Disponível em: [Novas Cartas Portuguesas | 40 anos depois \(novascartasnovas.com\)](#). Acesso em: 06 ago. de 2020.

As autoras foram censuradas por terem abordado em seus 120 textos (incluindo cartas, poemas, relatórios, textos narrativos, ensaios e citações) temas que eram cruciais para a política daquele período, tais como a guerra, a violência, a discriminação, a feminização da pobreza, a (ausência de) liberdade, a colonização do corpo político, a imigração, a marginalização das minorias, entre muitas outras questões que sugeriam reflexões duras, direcionadas, sobretudo, em favor da mulher e dos subalternizados.

Os textos que integram as *Novas Cartas Portuguesas* promoveram a possibilidade da revolução no uso da linguagem, por meio de uma nova compressão de humanidade e da consciência social (MENEZES, 2015). A publicação também sofreu retaliações sob acusação de divulgação de pornografia e ofensa a moral pública (TAVARES, 2008).

Compreendo que ideologia conservadora em Portugal, durante o regime do Estado Novo, manifestou-se de diversas formas e em ambientes diferentes, principalmente endossado pelo regime ditatorial, conforme foi apresentado.

A partir das considerações apresentadas nos dois excertos anteriores, é possível estabelecer uma breve análise comparativa através das dinâmicas estabelecidas, o caráter das manifestações da ideologia conservadora.

Sobre as manifestações, pode-se aferir que enquanto no Brasil se observa a frente de atuação formada em grande maioria por mulheres que foram às Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em que se visava, a partir dos discursos, defender a família e a instituição religiosa, em Portugal, as mulheres também tiveram atuação, mas a partir de outra perspectiva, manifestando a aversão as práticas conservadoras com base na publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, em que as autoras sofreram fortes retaliações da sociedade por conta dos conteúdos abordados.

Outra observação, acerca das manifestações do conservadorismo, é sobre o uso do poder legislativo para afirmar as premissas morais do regime, no qual foi utilizado em ambos os países. Leis que endossavam práticas de um determinado grupo social com a finalidade de difundir esses preceitos para toda a sociedade.

No que toca à Igreja e às manifestações do conservadorismo, ambos carregam a postura de que a Igreja Católica estava imersa por grupos que apoiavam o regime e outros que reagiam contra as propostas do governo e o posicionamento da instituição. No Brasil, os jovens conquistaram espaço nos grupos católicos, é até possível considerar que a Juventude Universitária Católica (JUC) tornou-se uma das primeiras experiências de militância para esse grupo social, que deles foram originados os movimentos estudantis. Em Portugal, as reações

dos grupos católicos que não apoiavam determinadas posturas de outros grupos da Igreja relacionados ao regime, foram sentidas em manifestações da população nas ruas portuguesas.

No capítulo seguinte apresento as militantes que fazem parte dessa pesquisa, assim como os motivos que as fizeram ingressar na militância do movimento estudantil.

3 CAPÍTULO II – A ENTRADA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE ESTUDANTIS: CIRCUNSTÂNCIAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

*Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada*

(GONZAGUINHA, 1980)

As transformações propiciadas pelos movimentos estudantis, em 1960, tanto em Portugal quanto no Brasil, vão além da perspectiva estética das músicas, das vestimentas, dos questionamentos acerca da sexualidade e das modificações nas dinâmicas do cotidiano e comportamentos das gerações seguintes. As ações propiciadas por esses movimentos alteraram com novas configurações os espaços políticos e públicos das sociedades.

Ainda que seja possível identificar na historiografia que esse período foi permeado por rebeliões dos estudantes e trabalhadores franceses, destaca-se também a conjuntura global das manifestações nas fábricas e nas universidades. Segundo as investigações realizadas por Pablo Almada (2016), os estudos comparados sobre essa temática confluem para os protestos ocorridos nos países centrais, como França, Alemanha e Estados Unidos, elencando referências mínimas aos países do Sul global³⁸. Atento para essa lacuna, este capítulo pretende observar o contexto do Brasil e Portugal, à luz das análises teórico-empírica sobre os movimentos estudantis e a relação das mulheres com eles.

A intenção é repensar os movimentos estudantis, em ambos os países, a partir de sua cultura política, levando em consideração as diversidades sociais. Dessa forma, elencam-se tarefas: propor o debate sobre a juventude como categoria social nos anos 1960. Expor uma releitura histórica dos movimentos estudantis no Brasil e em Portugal, visando encontrar nuances aproximativas. Nesse caso, torna-se relevante observar como foram representados,

³⁸ De acordo com Luciana Ballestrin (2020), “O termo “Sul” apareceu no vocabulário internacional em 1980 e sua associação com o adjetivo “Global” ocorreu a partir do final da Guerra Fria, com a intensificação do discurso e das dinâmicas da Globalização (DIRLIK, 2007). Devido à referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é herdeiro do conceito de “Terceiro Mundo”, atualmente em desuso. Entretanto, assim como o Terceiro Mundo, o Sul Global não pode simplesmente ser visto como um conjunto de países não desenvolvidos e não modernos, localizados nas zonas ex-coloniais do globo. Existem diferentes significados para as duas categorias, as quais não devem ser compreendidas em um sentido exclusivamente geográfico ou territorial. Ambos os termos foram capazes de projetar uma identidade geopolítica subalterna, reivindicando um diferente caminho de pertencimento no sistema e na sociedade internacional”. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. Acesso em: 05 nov. de /2020.

bem como os significados dos eventos do Maio de 1968, não apenas para Brasil e Portugal, mas para o mundo. Além disso, a última seção textual é explorada

os motivos que levaram as militantes dessa pesquisa a ingressarem nos movimentos estudantis.

Conforme mencionou Lidia Bristot (2008), as discussões bibliográficas sobre a juventude sempre estão acompanhadas dos debates em relação aos estudantes e do movimento estudantil, embora seja válido considerar que essas associações são corriqueiras, já que grande parte do percentual dos estudantes são jovens.

Hobsbawm (1995), em suas análises sobre o breve século XX, sinalizou que a cultura juvenil era composta por três perspectivas. A primeira, sendo um estágio de preparação para a vida adulta, mas ao mesmo tempo tendo como a etapa final do desenvolvimento humano. Sobre isso, enfatiza o impacto internacional ocasionado por Fidel Castro ao tomar o poder com 32 anos, já que até a década de 1970, o mundo no pós-guerra era chefiado por líderes que eram significativamente mais velhos do que a maior parte da população adulta. A segunda dinâmica apresenta a cultura juvenil como reflexo da primeira abordagem: ela se tornou expressamente atuante nas economias de mercado, de modo a representar enorme poder de compra. A terceira descreve sobre a peculiaridade do internacionalismo da juventude, nas sociedades urbanas, onde o *blues jeans* e o *rock* tornaram-se elementos preferenciais dos jovens.

A notoriedade da juventude no mundo político e social, a partir da década de 1960, para Hobsbawm (1995), era indubitável, visto que apresentava características inerentes para aqueles sujeitos. Contudo, em consonância com Bristot (2008), a constituição da categoria de juventude para a América Latina não é igual às perspectivas do Norte, posto que os contextos políticos e sociais influenciavam quem seriam os jovens e quais seriam suas demandas. Portanto, embora a população juvenil seja identificada a partir das lógicas de participação e atitudes que versam sobre uma suposta igualdade, pondera-se que diferentes segmentos, sejam eles culturais, geográficos, políticos ou sociais, entusiasmaram as tomadas de decisões desses sujeitos, o que permite que nesta pesquisa sejam observados como um grupo social com particularidades.

Esse processo de apoderação da juventude no meio político, econômico e social caminhou a par das novas predisposições que estavam acontecendo no mundo. Assistiu-se a fase final da “guerra fria”, aos processos de lutas anticoloniais, crises no Estado social e economias nacionais, êxito na globalização neoliberal, ao tempo em que ocorria a derrocada do modelo socialista e ascensão de utopias que permearam os movimentos sociais e estudantis dos anos 1960. Assim como o surgimento dos ativismos e movimentos progressistas suscitados nesse período: feministas, gay, negro, pacifistas, ambientalistas etc., que influíram nessas gerações tanto no plano cultural quanto no político. (ESTANQUE, 2010).

É nesse quadro que a juventude se impôs como categoria social. Irene Cardoso (2005) sinaliza que todos os contextos pautados na busca de novas formas de expressão imputados pelos movimentos sociais, dos anos 1960, repercutiu como “experiência de revolta”, ou seja, questionamentos das concepções e das práticas históricas. Para Cardoso (2005), essa experiência de revolta pode ser observada sob o alicerce das problematizações provenientes da filosofia e das ciências humanas, representadas nas formas de expressões artísticas e intervenções de natureza política. Essa perspectiva de juventude também está imbricada com as relações capitalistas, no qual, o sujeito jovem está dissociado a ideia de trabalho, essa associação ocorre quando o mesmo vende sua força de trabalho, tornando-se adulto.

Essa vivência manifestada de diversas formas pela juventude dos *sixties*, que também suscita, ao que a autora conceitua de “movimento de negação e de abertura” (CARDOSO, 2005, p. 96), em que a negação se dava por meio das contestações estabelecidas com a tortura, o racismo, a violência de Estado, e que a abertura se estendia a projeção dos ideais de liberdade que estavam postulados, principalmente, pelos movimentos sociais. Para mais, é pontuado que essa revolta de experiência nesse período, embora tenha sido sentida de formas e maneiras diferentes por cada indivíduo, tinha como elemento em comum a busca pela transformação social. Há uma passagem no artigo da Cardoso (2005, p. 99), que resume essa questão:

A experiência de revolta tal como está sendo pensada é, antes de tudo, um *movimento* de questionamento de limites estabelecidos, negando, reinterpretando e projetando valores. Nesses termos, pode ser considerada um movimento de “desidentificação permanente”, de revolta contra as identidades, e de afirmação de outros limites (valores). A revolta não se confundiria nem com a negação absoluta (a revolta absoluta), como já foi dito, o que levaria a uma abolição de limites a partir de uma “liberdade ilimitada do desejo” (de um “gozo pleno”), nem propriamente com a revolução que, ao pautar-se pelas ideologias do consentimento unânime, trairia suas origens revoltadas. A experiência de revolta não pode estar desprovida, ainda, de memória, que permitiria a criação de uma tensão permanente, necessária ao exame dos acontecimentos na história, entre o que seria revolta e o que seria “traição da revolta” – a petrificação de um consenso ou a inexistência de qualquer referência à lei, a algum limite, ambas situações que podem estar na raiz das sociedades autoritárias e mesmo totalitárias.

Assim, apreender sobre as experiências da juventude, perpassando sob o viés das origens das problematizações suscitadas e dos questionamentos e limites estabelecidos, auxiliam na importância do entendimento sobre os jovens enquanto categoria social. Ainda buscando elencar concepções para a classe juvenil, é necessário atentar que essa categoria “não é uma realidade biológica ou natural, nem algo que se afirma por meros critérios etários” (CRUZ et al., 1984, p. 285). Isso quer dizer que a juventude é um resultado da evolução histórica das sociedades que se mantêm e possuem dissimilaridades no meio coletivo.

Portanto, há de se considerar também que a relação da juventude com a sociedade e, mais especificamente com os de idade mais avançadas, possuía determinado empecilho, uma vez que os símbolos, problemas e anseios dessa juvenildade eram, muitas vezes, julgados como inferiores e ignorados pela sabedoria dos adultos. Sobre esse assunto, o Jornal *O Globo*, em 13 de maio de 1959, publicou uma matéria³⁹ com o título: “É preciso preparar os jovens para a vida – Indispensável Criar Escolas para os Pais. O problema do Sexo, Debates na Associação Cristã de Moços”, como podemos ver a seguir:

Figura 4 – É preciso preparar os jovens para a vida.



Fonte: Jornal *O Globo*, 1959.

Nas linhas iniciais da matéria foi alertado aos leitores sobre o repúdio à expressão “juventude transviada”⁴⁰. De acordo com o texto, era muito recorrente essa expressão, mas esta atingia apenas uma minoria e, por conta disso, deveria ser retificada, além do que, essa dita sentença não abrangeria o verdadeiro comportamento da juventude brasileira. A matéria está dividida em cinco pequenas partes, intituladas respectivamente como: “Os problemas da Juventude”; “Escolas de Pais”, “Respeito ao Pai”, “O problema do sexo” e, por fim, “Educação

³⁹ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

⁴⁰ Pode-se entender a expressão “juventude transviada” como desencaminhado; que se perdeu do caminho; que se transviou; que está perdido. Que se opõe aos padrões comportamentais preestabelecidos ou vigentes.

e Necessidades Econômicas”. O objetivo é mostrar para o leitor alguns caminhos possíveis a serem traçados pelos jovens, alertando que a intenção não é resolver todos os problemas da juventude, mas, munir os jovens com elementos necessários para que tenham capacidade para decidí-los com coragem.

Além disso, ao longo do texto não é admitido para essa juventude autonomia para suas escolhas, mas, determinada dedicação para cumprir as regras feitas pelos adultos, de modo a colocar as/os jovens em um lugar de passividade, no qual apenas é aceita a obediência constante. Essa temática também se relaciona com o pressuposto de instabilidade imposto à juventude, em que maturidade ainda não estava estabelecida de forma integral para a vivência na sociedade. Também é válido ressaltar que a matéria está datada com o ano de 1959, ou seja, antes da virada da década e, mesmo assim, os rumores sobre a juvenildade já estavam sendo estampados nos jornais.

Tal observação permite lembrar que a História é formada por movimentos, e não por barreiras fixas, desse modo, os ciclos são abertos e fechados durante o prolongamento das experiências, atentando que os “marcos” históricos servem apenas como pontos de orientação para o desenvolvimento das narrativas. É oportuno ponderar que os anos de 1960 não começaram nesse momento, como também não terminaram com a passagem para a nova década por conta das dinâmicas sociais e políticas interligadas nesse período.

Nesse sentido, ainda a respeito das experiências da juventude e como ela era divulgada na imprensa, o Jornal *O Globo*, em 21 de agosto de 1962, publicou uma matéria com o título: “Os Caminhos de Uma Juventude Órfã – O descontentamento e a Falta de Ideias se Refletem nas Moças do Mundo Inteiro”:

Figura 5 - Os caminhos de uma juventude órfã

Os Caminhos de Uma Juventude Orfã

O Descontentamento e a Falta de Ideais se Refletem Nos Meios do Mundo Inteiro.

(Por Luiz de Zulueta — Exclusivo Para O GLOBO)

NOVY YORK agora — Fala-se tanto de juventude rebelde... há de ser gerada mesmo os mais diversos sentidos. Para uns, trata-se de uma juventude rebelde; para outros, uma juventude perdida. Ou será uma juventude sacrificada. Ou, que criou um vácuo de falta de ideias que a guie, está de acordo com aqueles que lhe chamam uma juventude rebelde.

— O GLOBO — diz, de novo e sempre se preocupando com a educação dos jovens e das jovens.

— Sim, já sei. Mas se sentiram tantas milhas em suas e nas universidades, diga a... monstruosas condições — e era de bomba atômica e da pedagogia.

Abismo de Séculos

Não, não últimos séculos anteriores de uma sociedade americana no era sóbria e disciplinada, com muitos dos hábitos que o mundo das letras é já completamente diferente daquela que se observa no século XIX e no século XX. Entre a realidade atual e a anterior, há um abismo de séculos.

Da juventude atual: rebelde e até, às vezes, admirável. Mas não podem estar satisfeitos os pais. Quando se aproximam os pais da juventude atual, há um abismo de séculos. A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos.

Para se compreender o mundo atual, é preciso voltar a olhar para o mundo de ontem. Há um abismo de séculos. A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos.

— De acordo com o mundo americano — diz o Prof. Howard, de Harvard, autor de artigo sobre — "A juventude e o mundo atual". — "A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos. A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos."

A Vida Sem Sentido

— Diz o Prof. Howard, de Harvard, autor de artigo sobre — "A juventude e o mundo atual". — "A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos. A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos."

Os Ideais Que Faltam

A juventude atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos. A realidade atual é diferente da anterior, há um abismo de séculos.

LOJAS MARQUES

DE CORTINA

LOJAS MARQUES

DE CORTINA

Fonte: Jornal O Globo, 1962.

A matéria⁴¹ do jornal foi escrita por Luiz Zulueta, que nasceu em Barcelona, em 1878, durante sua vida concentrou-se nas profissões de escritor, professor e político espanhol. O texto indaga ao leitor sobre a caracterização dessa nova geração da juventude no que diz respeito à rebeldia, o desvio ou, até mesmo, ao sacrifício. Em determinado momento do texto, é feito o seguinte comentário: “Os jovens podem respeitar, estimular e até, às vezes, admirar os seus maiores, assim como estes podem sinceramente amar os jovens, mas uns e outros não se podem entender”. Essa observação feita pelo autor da matéria reflete o pensamento da sociedade, no qual a juventude representa o hiato social entre a infância e a vida adulta que, por conseguinte, o estabelecimento dessa maturidade é postulado pelo ingresso na vida ativa, ou seja, a ocupação profissional. Dessa maneira, um dos entraves que os jovens desse período tinham que enfrentar era o embate entre as gerações e a busca do espaço social.

No caso europeu, para Estanque (2010), o fenômeno da juventude, enquanto categoria social, ocorreu por conta da consolidação do Estado de província e da expansão do ensino

⁴¹ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

por ele garantido. Esse processo foi essencial para a nomeada *geration gap*⁴² impor-se ao longo da década de 60, no século XX. Para o autor,

[...] a herança histórica desse legado geracional – até por ter sido em boa medida veiculada por alguns dos seus antigos protagonistas – acabou por dar lugar a uma espécie de “congelamento” de uma unidade imaginária dessa geração em torno do chamado “espírito de 68”, com isso construindo uma identidade histórica fictícia e dotada de um peso desmesurado, que se tornou impossível de suportar pelas gerações posteriores (ESTANQUE, 2010, p. 258).

O embate geracional, ele também foi sentido na Europa. José Pais (1990), em relação ao debate sobre a juventude, avaliou que em finais dos anos 1960, ela era representada como a motivadora da crise de valores e dos conflitos geracionais, principalmente, no que toca os comportamentos éticos e culturais. Pais (1990) ponderou que os países que estavam em rumo ao desenvolvimento, nesse período, tal como Portugal, indiretamente os jovens tinham se organizado contra as imposições das gerações mais velhas e diretamente contra os regimes políticos. Sobre isso, o jornal *Portugal Democrático*, em julho de 1962, publicou uma matéria ressaltando os entraves da juventude portuguesa contra o governo de Salazar e as dificuldades experienciadas pela aquela geração.

Figura 6 – A juventude contra Salazar.



Fonte: Jornal *Portugal Democrático*, 1962.

⁴²A *generation gap*, pode ser interpretada como uma lacuna de geração ou lacuna geracional, onde existe uma diferença de opiniões entre uma geração e outra em relação a crenças, políticas ou valores. No uso atual, a diferença de geração muitas vezes se refere a uma lacuna percebida entre os mais jovens e seus pais ou avós. Disponível em: 'Generation Gap' no contexto organizacional. > OCI - Observatório da Comunicação Institucional (observatoriodacomunicacao.org.br) Acesso em: 05 out.de 2020.

A matéria⁴³ busca informar aos leitores como a política de Salazar era violenta e as atitudes que os jovens manifestavam para reverter aquela situação. Também é comentado o nome dos presos políticos, bem como o desafio em encontrar essas pessoas vivas, antes de serem “desaparecidas” pela PIDE. De acordo com a matéria, os jovens estavam reagindo com protesto às censuras e à Polícia Internacional do Estado, face às prisões que estavam acontecendo. Entretanto, o governo, para conter a situação, reagiu pela força com um “verdadeiro aparelho de guerra”. Populares uniram-se, mas foram dispersados após as violentas cargas de choque proferidas contra eles. A partir do relato dessa matéria, é possível refletir que a juventude não almejava apenas um lugar na sociedade, mas também combatia as atrocidades que o regime governamental instituíra na sociedade.

Buscou-se evidenciar como a juventude se constitui como categoria social, destacando as diferenças entre a Europa e a América Latina, e os embates geracionais enfrentados que serviram como ferramentas para auxiliar a compreensão, além do uso das fontes e da bibliografia para fundamentar as análises. De tal forma, esse debate “parte-se da compreensão de que a juventude é historicamente constituída como categoria analítica e que também o jovem, como sujeito, se constitui no processo sócio-histórico” (FERNANDES, 2015, p. 2233). A escolha dessa discussão se deu principalmente por entender a relevância em estudar a temática da juventude tendo como base a análise social desse grupo.

O que interessa para a próxima seção é abordar sobre o espaço que a juventude estava inserida, que para esta pesquisa vincula-se ao movimento estudantil.

3.2 MOVIMENTOS ESTUDANTIS

Conforme argumentou Taiza Ferrari (2013), o movimento estudantil representou um marco histórico no que diz respeito à participação dos que buscavam por melhores condições sociais, econômicas e política dos contextos que estavam inseridos. Em consonância com os estudos de Brito (2008), a nossa definição de movimento estudantil abrange o conjunto de condutas desenvolvidas pelos estudantes que visavam salvaguardar seus ideais, reivindicações, direitos etc.

Assim, investigar a experiência desses jovens, suas trajetórias de luta, as repressões sofridas pelos governos ditatoriais, o controle sobre as ações do movimento estudantil e as

⁴³ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

conquistas vivenciadas são fundamentais para a construção dessa análise, uma vez que, ela se preocupa em apreender o porquê das mulheres militantes ingressarem nesse movimento.

Rodrigo Pato Sá (2014) menciona que enfatizar as análises nas instituições de ensino superior durante os regimes ditatoriais permite observar os comportamentos dos militares e seus aliados civis nas áreas educacionais. Para o autor, “nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária” (SÁ, 2014, p. 21). Essas ambivalências dizem respeito, respectivamente, aos aspectos destrutivos e reformadores que eram impulsionados e viabilizados pelas repressões dos regimes.

Vale reiterar que, embora esteja sendo abordado sobre um movimento que teve repercussão em diversas regiões, principalmente, onde ocorreram ditaduras, destaca-se que os motivos, as represálias, e os indivíduos sociais envolvidos variavam de acordo com cada contexto. Por exemplo, no Brasil, a organização do movimento estudantil é resultado da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, entretanto, é válido ressaltar que os jovens estudantes sempre estiveram ativos na História do Brasil, mesmo antes da origem da UNE (FERRARI, 2013). No caso de Portugal, o movimento estudantil foi empreendido após a fragilização salazarista, no que corresponde às estruturas do capital e do trabalho, visto que, a participação do movimento se deu em torno das premissas das liberdades educacionais referentes às políticas de ensino do governo salazarista.

Os movimentos tiveram pontos de partidas e manifestação de interesses diferentes e, por esse motivo, ocorre a necessidade de conduzir essas observações de maneira contundente, dando ênfase para cada contexto.

De acordo com Guya Accornero (2009), o movimento estudantil em Portugal foi intensificado em 1956, quando o governo tentou dimensionar o controle sob o ensino e as associações acadêmicas. Nesse mesmo período, a conjuntura internacional firmou consequências positivas para a luta estudantil, em que o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)⁴⁴ e os conflitos entre a China e o Movimento dos Direitos Civis dos Negros dos Estados Unidos da América (EUA) destacaram-se. No que toca aos aspectos internos, a campanha eleitoral à presidência, do General Humberto Delgado, em 1959, e o início

⁴⁴ Entre 14 e 26 de fevereiro de 1956, ocorreu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Na ocasião, o secretário do Partido, Nikita Khrushchov, com seu denunciou as violências, as deportações, os expurgos e as limitações à liberdade impostas pelo regime de Stalin, seu predecessor. Disponível em: <https://cdn.jornalgrandebahia.com.br/2015/11/Discurso-aos-20%C2%BA-Congresso-do-PCUS-Sobre-o-culto-%C3%A0-personalidade-e-suas-consequ%C3%A2ncias.pdf>. Acesso em: 12 out.de 2020.

da guerra colonial, em 1961, colaboraram para a abertura das manifestações, como também para a conscientização política do setor estudantil.

Além dessas nuances internas e externas, considera-se também como fator veemente, a fragilização salazarista nos setores operários e sociais. Para Almada (2016, p. 135) “a paralisia do Estado português refletiu um período de defasagem entre o Estado e a Sociedade Civil, mantendo a forma fascista de dominação assegurada por um pacto de classes em um contexto de lutas sociais agudas”. Essa paralisia comentada pelo autor é consequência dos entreves causados pelo colonialismo e o regime ditatorial ao capital, no qual a superação dessa imobilidade seria apenas alcançada com o elo da luta anticolonial e a luta contra o salazarismo, permitindo uma abertura para as demandas estudantis, dado o contexto.

Vale frisar que as lutas do movimento estudantil português, como comentado, foram empreendidas, no primeiro momento, em torno das discussões referentes ao ensino e às liberdades das associações acadêmicas, os debates relacionados especificamente ao salazarismo ganharam ênfase a partir das proibições dos eventos acadêmicos e perseguições políticas às Associações Acadêmicas, o que provocou a acentuação do incremento das pautas sócias nas lutas estudantis (ALAMADA, 2016).

Assim como aconteceu com o movimento estudantil do Brasil, mais especificamente com a atuação dos estudantes da cidade de Salvador, em Portugal o regime salazarista tentou estabelecer regras em relação ao ensino que, inicialmente, foram interrompidas através das manifestações contrárias a essa imposição. Com isso, o governo de Portugal, por meio da elaboração do decreto-lei n° 40.900, em 12 de dezembro de 1956, tentou instituir a regulamentação que visava controlar as atuações das Associações Acadêmicas dos estudantes. Sobre isso, segue abaixo o extrato da publicação do decreto, retirado do Diário da República.

Figura 7 – Decreto-Lei n° 40. 900.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção-Geral do Ensino Superior
e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 40 900

Os problemas da vida circum-escolar e social do estudante do ensino superior — a habitação, a alimentação, a vida em comum, a educação física, a saúde, o conhecimento do Mundo e das várias formas da cultura humana, o seguro, a escolha da carreira e o emprego — preocupam vivamente o Governo.

Por isso se institui, através do presente decreto-lei, o órgão encarregado de estudar tais problemas.

Enquanto não entrarem em vigor as medidas que a actividade desse órgão há-de sugerir, as actuais associações e organizações de estudantes continuam a funcionar. Mas o regime que lhes respeita sofre algumas alterações, que a experiência mostrou tornarem-se absolutamente indispensáveis.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior, à qual compete estudar todos os assuntos respeitantes à vida circum-escolar e social dos alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Art. 2.º A comissão é constituída, sob a presidência do director-geral, por seis vogais, escolhidos de entre reitores, directores de escolas, professores e outras individualidades que tenham dado provas de relevante interesse pelas questões cujo estudo compete à mesma comissão e por três vogais escolhidos de entre os alunos das escolas superiores de cada uma das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

§ único. Podem ser concedidas, mediante prévio despacho do Ministro da Educação Nacional, para participar nas reuniões da comissão quaisquer pessoas cuja presença ela julgue útil.

Art. 3.º O Ministro da Educação Nacional pode autorizar que sejam chamados até três professores ou outros funcionários dependentes do Ministério para prestarem junto da comissão, por período não excedente a um ano, serviços da sua especial competência.

§ único. O serviço prestado nas condições deste artigo considera-se para todos os efeitos legais como exercício do cargo de que o funcionário é titular.

Art. 4.º Até serem legalmente definidos os princípios basilares da vida circum-escolar e instituídos os respectivos órgãos, as associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional, em funcionamento à data deste decreto-lei, ficam sujeitas ao regime estabelecido nos artigos seguintes.

Art. 5.º As associações e organizações destinam-se a funcionar no âmbito da escola, para complemento formativo do ensino nela ministrado, para utilização proveitosa e recreativa dos sócios estudantes, para fomento do espírito de camaradagem entre os alunos e estreitamento das relações entre eles e o corpo docente.

Dentro destas finalidades, compete-lhes designadamente:

a) Colaborar com a direcção da escola no aperfeiçoamento dos serviços que respeitam directamente à vida escolar do estudante;

b) Manter bibliotecas, gabinetes de leitura, salas de estudo e convívio;

Fonte: Diário da República, 1956.

Esse decreto⁴⁵, embora reprovado, por conta das agitações estudantis, visava, de modo geral, dar origem “[...] a Comissão Permanente das Organizações Circum-Ecolares do Ensino Superior, na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, estabelecendo a sua composição e competências. Dispõe ainda sobre as organizações circum-escolares, suas atribuições e funcionamento.” (Decreto-lei nº 40.900, 1956). Ou seja, pretendia-se retirar a autonomia e liberdade referentes ao ensino e às associações académicas. A respeito das manifestações dos estudantes o jornal *Portugal Democrático*, em 15 fevereiro de 1957, publicou a matéria com o título: “A JUVENTUDE LEVANTA A CABEÇA – Manifestações de estudantes dispersas violentamente pela polícia em Portugal”. O comentário inicial, se propõe a demonstrar a preocupação do periódico em dar voz a juventude portuguesa que, por

⁴⁵ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

conta das investidas do governo em controlar as suas liberdades educacionais, estão frustradas em seus anseios. No que se refere às manifestações em relação ao decreto-lei do governo, o jornal apresenta a seguinte mensagem:

Hoje, traremos ao conhecimento dos nossos leitores mais um atentado do governo português contra a liberdade da juventude lusitana decidir do seu próprio destino. Depois de tentar, no julgamento-farsa do Porto, considerar ilegal o Movimento de Unidade Democrática Juvenil, o Estado Novo publicou um decreto estabelecendo uma intervenção governamental, iníqua e insuportável, na vida das organizações académicas do ensino superior. Este documento encontra-se há anos em preparação e a ameaça da sua publicação surgia sempre que a juventude portuguesa manifestava de uma forma um pouco mais concreta o seu repúdio ao fascismo. Em 12 de dezembro, finalmente, o “Diário do Governo” publicou o Decreto-Lei n. 40.900, que abaixo publicamos na íntegra e que representa o fruto de longas congeminções das entidades governamentais no sentido de asfixiar qualquer veleidade da independência da mocidade estudantil e qualquer desejo de tratar os respectivos problemas de uma forma autónoma (JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO, 1957, p. 3).

Assim, para não permitir abertura de interpretações outras, como também de dúvidas em relação ao ditame governamental, foi acrescentado que o Ministro possuía plenos poderes para nomear Comissões administrativas após duas eleições em que os estudantes não elessem uma equipe digna para essa função oficial. Esse decreto-lei, também não deixou de fomentar acerca dos castigos que empregados sofriam das Associações que, porventura, ousassem se desviar das regras estabelecidas ou qualquer atividade que fosse contrária à ordem marcada.

Em abril do mesmo ano da notícia anterior, esse jornal publicou na capa da edição de número 10 a matéria com título: “A luta dos Estudantes Portugueses”. O registro feito tem como objetivo evidenciar ao leitor as estratégias utilizadas pelos estudantes, não apenas burlar as diretrizes do governo relacionadas à educação, mas também para frisar a união desses indivíduos enquanto categoria social. É comentado sobre a ideia que os estudantes de Lisboa tiveram em realizar um abaixo-assinado para ser entregue na Assembleia Nacional, que seria entregue pelos dirigentes associativos e por todos que desejassem compor esse momento. Essa ideia foi aprovada em uma das reuniões das interassociações, quando também foi decidido que as assembleias, a partir daquele momento, seriam públicas e anunciadas com determinada antecedência, além de que as informações seriam compartilhadas de modo mais dinâmico e que as relações com os estudantes das cidades de Porto e Coimbra, a partir daquele instante, seriam mais intensificadas.

Embora essas medidas tenham sido tomadas antecipadamente por conta da violenta agressão policial, os estudantes foram impossibilitados de ingressarem na assembleia, e ficaram concentrados nos jardins. Antes das movimentações começarem, três estudantes dirigentes entraram na assembleia com o objetivo de entregar o abaixo-assinado ao então presidente do

parlamento Dr. Albino Reis. Este não recebeu o documento, alegando ter ciência dos acontecidos pelos dirigentes da Associação de Estudantes. Ao saírem do gabinete, os três escolhidos para entregarem o documento foram bombardeados pela ação policial. O Ministro foi acionado na tentativa de reverter a situação, mas apenas enfatizou que a ação policial foi consequência da atitude dos estudantes, e prometeu que revisitaria essas atitudes para tomar as medidas necessárias (JORNAL PORTUGAL DEMOCRÁTICO, 1957, p. 1-2).

Contudo, esse mesmo decreto-lei foi revogado em 15 de outubro de 1962, essa versão foi cumprida e gerou a crise estudantil de 1962. Rui Bebiano (2003), em seu livro *O poder da imaginação*, comenta que:

A crise acadêmica de 62 - remotamente gerada a partir dos finais de 1956 na sequência da contestação ao Decreto-Lei 40.900, que condicionava fortemente a liberdade estudantil de associação – seria construída, dentro da orientação ainda essencialmente associativa e reformista do movimento, num quadro de crescente dissensão cultural em relação à orientação prosseguida pelas autoridades e à noção que estas detinham do que deveria ser a participação na vida universitária dos estudantes (BEBIANO, 2003).

O decreto nº 40.900, revogado para o nº 40.632, teve como consequência o sentimento de derrota e frustração, diante dos estudantes, em relação ao regime salazarista e seu possível fim. O clima de esperança voltou a surgir entre os jovens, quando foi noticiada a saída de Salazar do Conselho dos Ministros e a admissão de Marcelo Caetano para essa função, em 1968 (ALMADA, 2016).

Nesse sentido, segundo Pablo Almada (2016, p. 136-137):

Caetano havia sido o antigo reitor da Universidade de Lisboa, demitido na Crise de 1962, e era visto por uma atitude política mais liberalizante que a de Salazar e pela aproximação com a população, o que gerou uma expectativa de “descompressão” política do regime.

A entrada de Caetano ofereceu novos fôlegos aos estudantes, fazendo-os reagir com mais intensidade contra a revogação do decreto-lei e as guerras coloniais que estavam acontecendo. Os tumultos causados coincidiram com os eventos em torno do Maio de 1968, é prudente afirmar que esses, como observou Almada (2016), não se restringem apenas às movimentações estudantis, muito menos ao mês e ano referido.

O Maio de 1968 tratou-se muito mais de um período de efervescência social e política global que criou efeitos de disjunções nas culturas políticas locais, nacionais e globais, criticando as mudanças técnico-produtivas e de mercado que se iniciam nos países centrais e se expandem aos países em condições semi-periférica e periférica, permitindo o surgimento de inúmeros protestos de resistência (ALMADA, 2016, p. 125-126).

Atenta-se que esse evento foi representado pela condição global do movimento, e as mudanças nas estruturas políticas e sociais que vieram a partir dele. Entretanto, cada contexto

sentiu essas modificações de maneira diferentes. Antônio Brito (2009) comentou a respeito dos excessos em torno da geração de 1968, e o esquecimento de que parte dos estudantes eram indiferentes à política e reiterou que: “é prudente falar em geração de 68 no sentido de afinidade e/ou de experiência compartilhada evitando generalizar para o conjunto dos estudantes daquela época ideias e projetos que entusiasmavam apenas determinada parcela estudantil” (BRITO, 2009). Ou seja, embora tenha sido um movimento que surtiu efeito global, influenciou, também, de diferentes formas os contextos ao qual estavam vinculados.

Essa turbulenta conjuntura, imersa nos eventos Maio de 1968 e nas manifestações contrárias a revogação do Decreto-Lei 44.632, deram origem a outra instabilidade, nomeada de crise de 69. As represálias provocadas pelo terror policial, os lutos acadêmicos causados pelos estudantes e as reivindicações sociais pautadas no desmanche do regime e a volta da democracia formaram o palco das ações nesse processo de crise.

A respeito disso, Graça Marques, em seu relato sobre a militância, pontuou que durante a crise de 69 que:

As Associações de Estudantes defrontavam um verdadeiro colete de forças urdido por uma legislação que cerceava o direito de associação: a todo o momento tinha lugar a intervenção das forças policiais e, posteriormente, também, a dos chamados “gorilas”, pretensos funcionários que eram introduzidos nas faculdades (caso de Direito) com a função de reprimir qualquer contestação ao status quo e de proceder à pronta chamada da polícia de choque (*Mulheres de Abril*, relato de Graça Marques, 2017).

Outra militante portuguesa, Maria Sá, comentou a respeito do teor das manifestações durante a crise:

Eu tinha, então, 19 anos e era uma rapariguinha de Braga, a frequentar o 2º ano de Direito. Com algumas amigas de Ciências, fui à inauguração do edifício das Matemáticas para protestarmos. Queríamos protestar contra a falta de liberdade de expressão, o clima de repressão sobre os estudantes, o ensino universitário desfasado da realidade, demasiado académico e autoritário, entre outras coisas. (*Mulheres de Abril*, relato de Maria Sá, 2017).

Posto isso, observa-se que o movimento estudantil português abrange dois momentos específicos: para a primeira crise 1962 foi estabelecido pelo setor estudantil reivindicações voltadas, majoritariamente, para o ensino. Já na crise de 1969, é possível atentar para outra postura dos jovens, uma vez que, as preocupações direcionadas para o âmbito social e para a democracia começaram a embasar as discussões, assim, pode-se levar em consideração que essa mudança também esteja relacionada com pautas do evento Maio de 1968 e todas as circunstâncias envolvidas.

Saliento que o objetivo em trazer as discussões sobre o movimento estudantil em Portugal não foi proporcionar um levantamento etnográfico, tão pouco apresentar todas as

sutilezas do processo. A intenção desse debate foi possibilitar uma visão a respeito da conjuntura portuguesa e dos estudantes envolvidos nos processos. Vale destacar que, por conta das limitações das fontes e bibliografia, não foi possível enfatizar as argumentações sobre um único movimento universitário estudantil, até porque as mulheres portuguesas desta pesquisa não ingressaram em apenas uma universidade e, por conta disso, as discussões foram baseadas nos ambientes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra.

Em se tratando do Brasil, muitos estudiosos já se dedicaram a realizar apontamentos sobre o movimento estudantil, por conta disso, neste texto a preocupação é discutir sobre o contexto dos estudantes, a fim de evidenciar as possíveis semelhanças e diferenças com a conjuntura portuguesa, a respeito do setor estudantil. De antemão, ressalto que o movimento estudantil brasileiro e se tratando da cidade de Salvador – Bahia, possuía duas frentes organizacionais de estudantes: a secundarista e a universitária. Como historiadora admito que seria muito desprezioso da minha parte, afirmar que esses movimentos tinham plena uniformidade em suas ações e nos sujeitos (embora maioria jovem) que participavam. O que é possível admitir, foi a existência de cruzamentos de interesses nessas ações, como a busca por melhorias na educação e na sociedade.

O movimento de estudantes do Brasil possui registro desde que os franceses invadiram a cidade do Rio de Janeiro, em 1710, sendo assim, ressalta-se que a sua atuação não foi iniciada apenas no período da ditadura (POENER, 1979).

O Brasil, de acordo com Carla Torres (2016), durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), vivenciou o projeto econômico que tinha como pauta o processo de aceleração das transformações sociais, e que refletiram na conjuntura política dos primeiros anos da década de 1960. Nesse período, foi definido pelo crescimento populacional urbano, como também dos partidos e entidades políticas que passaram a debater sobre a situação do país e a formação de diversos elos dos grupos sociais. Uma das entidades que começou a ganhar destaque no país foi a União Nacional dos Estudantes (UNE).

É importante lembrar, que o movimento estudantil brasileiro, ainda na década de 1950, já levantava importantes debates em prol das manifestações *o petróleo é nosso*, quando o principal objetivo era defender que todo o petróleo encontrado no solo brasileiro não deveria ser administrado por empresas estrangeiras (FERRARI, 2013).

[...] os anos iniciais da década de 1960, no Brasil, foram assinalados pelo avanço industrial e um processo de urbanização acelerado, por uma economia industrial baseada na dependência dos investimentos estrangeiros e por uma grande disparidade

entre as classes sociais, favorecendo assim a mobilização de organizações em defesa do que se denominava na época de nacionalismo e desenvolvimentismo (TORRES, 2016, p. 3).

As atuações da UNE, no início da década de 1960, foram fundamentadas na tríade: organização social, luta de classes e ao modo de produção existente. Nesse mesmo ano, a UNE passou a realizar diversas campanhas em prol da democracia, alinhando-se com estudantes do público geral e artistas com a pretensão de conscientizar e motivar trabalhadores e camponeses na luta nacional e desenvolvimentista (TORRES, 2016). Contudo, vale destacar, que grupos da esquerda disputavam a predominância nas organizações de base e no comando universitário, embora as organizações estudantis obtivessem avanços políticos em relação às imposições militares direcionados ao ensino e às universidades.

Tal como aconteceu em Portugal, o governo brasileiro, em 1964, sancionou uma lei, que previa a anulação das liberdades das representações estudantis, suspensão das atividades da UNE, como também a criação de grupos representantes estudantis vinculados ao Estado (*Lei 4.4.60- Lei Suplicy*). Sobre isso, é mencionado na lei:

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:
 a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
 b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
 c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
 d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal (BRASIL, 1964, online).

Ou seja, a União dos Estudantes não era mais uma entidade que representaria o setor estudantil legalmente a partir daquele momento. Nas palavras de Almada (2016, p. 130), “a UNE obteve significativa participação na mobilização contra a reforma universitária, através de experiências de politização que colocavam em causa o tecnicismo modernizante das reformas desejadas pelos militares”.

Em relação à atuação do setor estudantil baiano, as represálias foram vivenciadas, assim como as manifestações contrárias ao regime. Cabe destacar que a Comissão de Memória e Verdade – Milton Santos, realizada no ano de 2014, aponta relatos que em 1966 ocorreu a invasão na residência universitária da UFBA, ocasionada pela proibição da peça *Aventuras e Desventuras de um Estudante*⁴⁶ do Colégio Estadual da Bahia.

⁴⁶ Segundo as informações contidas no Relatório da Comissão de Memória e Verdade – Milton Santos, realizado em 2014. “A peça narrava a trajetória de um estudante vindo do interior para a capital, a fim de cursar a universidade. A partir dos acontecimentos na vida do jovem interiorano, severas críticas eram feitas ao serviço público, ao sistema de ensino, aos professores, à política e às relações de poder vigentes, utilizando como recurso

A proibição da peça que havia sido escrita por um estudante do Colégio Estadual da Bahia gerou inúmeros tumultos que extrapolaram os espaços da instituição. Os conflitos tiveram o apoio tanto dos universitários, quanto de secundaristas de outras escolas, além de artistas e intelectuais. O movimento estudantil obteve considerável sucesso em suas mobilizações. Por conta disso, o episódio da peça resultou no afastamento do diretor da escola e, no segundo caso, foi garantida a gratuidade do ensino nas instituições públicas do Estado.

Em 1967, ainda a respeito do movimento estudantil baiano, os estudantes do Colégio Estadual da Bahia e da UFBA voltaram às ruas, dessa vez contra a Lei Orgânica do Ensino, escrita pelo Governo do Estado, para a discussão e aprovação na Assembleia Legislativa. Essa Lei foi vista como uma ameaça ao ensino gratuito. Apesar das mobilizações terem sido reprimidas pelas forças do regime, o Movimento Estudantil obteve vitória.

Ainda em 1967, o governador Luís Viana Filho assinou o decreto 20.315/67, garantindo a gratuidade do Ensino Médio nos centros educacionais públicos do Estado da Bahia. Em ambos os casos, o movimento estudantil da Bahia obteve êxito, diante disso, especula-se que refletir sobre a particularidade do setor estudantil baiano permite ponderar, que mesmo que o movimento tenha sido manifestado em escala nacional e global, determinadas conjecturas foram sentidas especificamente como o caso citado.

No ano de 1968, as represálias eram não apenas contra os estudantes, mas, a toda população que manifestava oposição ao regime, as quais foram intensificadas, principalmente, por conta das medidas pautadas no Ato Institucional nº 5 (AI-5). O setor estudantil, em todo o Brasil, sentiu as investidas do acirramento. Em relação a isso, o jornal *O Globo*, em 1968, registrou as reações dos estudantes diante do governo:

estético a linguagem da literatura de cordel. Todos os membros estudantis do Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia (Gateb) foram suspensos pela diretoria do Colégio. Como resposta, os estudantes entraram em greve, recorrentemente retratada na imprensa - local e nacional - entre 31 de maio e a primeira semana de junho. Tais fatos levaram os estudantes da UFBA a se solidarizarem com os secundaristas, abrindo as portas da residência universitária para a encenação da peça. ” p. 20-21.

Figura 8 – Estudantes de Brasília fabricam suas armas.

O GLOBO 14-68 * Página 111

Estudantes de Brasília Fabricam Suas Armas

BRASÍLIA (O GLOBO) — As autoridades policiais de Brasília não estão satisfeitas com a situação de segurança pública na cidade. Segundo fontes policiais, os estudantes de Brasília fabricam suas armas, o que constitui uma ameaça à ordem pública.

Na noite de sábado, o Conselho de Segurança da cidade decidiu que as autoridades policiais devem tomar medidas para garantir a segurança pública. O Conselho decidiu que as autoridades policiais devem tomar medidas para garantir a segurança pública.

Na TCB

Vários alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília foram presos por terem fabricado armas. As autoridades policiais afirmam que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Daqui

Uma autoridade da Polícia Militar afirmou que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações. Ela afirmou que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Sergento

O sargento da Polícia Militar afirmou que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações. Ele afirmou que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Felício

Um soldado da Polícia Militar afirmou que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações. Ele afirmou que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Brasília

As autoridades policiais afirmam que os estudantes estão fabricando armas para serem usadas em manifestações. Elas afirmam que os estudantes estão fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Felicitos Voltam a Rua Hoje

Os estudantes que foram presos por terem fabricado armas foram libertados hoje. As autoridades policiais afirmam que os estudantes não representam mais uma ameaça à ordem pública.

Calabouço Negro Responde a Tarso

A propósito da declaração de Tarso de Lacerda, o "Calabouço Negro" respondeu que não se trata de uma organização política. O "Calabouço Negro" afirmou que se trata apenas de um grupo de estudantes que se reúne para discutir questões acadêmicas.

Ensaio Geral

Indicadamente, o "Calabouço Negro" realizou um ensaio geral para a manifestação de sábado. O ensaio foi realizado em um local próximo ao campus da Universidade de Brasília.

Parceiros Choram Canteiros

Alguns estudantes que participaram do ensaio geral choraram durante a execução dos canteiros. Eles afirmam que se sentiram emocionados com o momento.

Em Petrópolis

Alguns estudantes que participaram do ensaio geral foram presos em Petrópolis. As autoridades policiais afirmam que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Buenos Aires

Alguns estudantes que participaram do ensaio geral foram presos em Buenos Aires. As autoridades policiais afirmam que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Na França

Alguns estudantes que participaram do ensaio geral foram presos em França. As autoridades policiais afirmam que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Hoje Fezida Escalas

Alguns estudantes que participaram do ensaio geral foram presos em Fezida Escalas. As autoridades policiais afirmam que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.

Faculdade

Alguns estudantes que participaram do ensaio geral foram presos na faculdade. As autoridades policiais afirmam que os estudantes estavam fabricando armas para serem usadas em manifestações.



Fonte: Jornal O Globo, 1968.

De acordo com a matéria⁴⁷, os estudantes estavam preparando-se para a manifestação que iria acontecer durante a assembleia geral na Federação dos Estudantes Universitários de Brasília. O confronto entre policiais e estudantes gerou como resultado nenhuma morte ou prisão, mas ficou registrado que um tenente e um soldado tiveram ferimentos. Embora nesse episódio os danos causados tenham sido reversíveis, os confrontos ligados ao setor estudantil, costumeiramente tinham saldos negativos levando até em mortes. Atentar para a nota publicitada pelo jornal *O Globo*, em 1968, ou seja, na efervescência do AI-5 leva a refletir o quanto a repressão ficou mais veemente, ao passo que as normas se tornaram mais rigorosas.

Ainda a respeito das medidas rigorosas do governo, em relação ao movimento estudantil, no final 1968 foi estabelecido uma nova reforma universitária pautada sob a *Lei nº 5.540/68*, e, no início de 1969, foi aprovado o Decreto-Lei nº 477 que presumia o domínio da administração das instituições no ensino quer seja público ou particular (ALMADA, 2016).

Embora tenha sido comentado a respeito das manifestações do movimento vinculadas as reformas político-educacional, é também oportuno salientar que as ações ligadas ao campo institucional são sentidas à proporção que o embate entre a polícia e os estudantes tornam-se hostis (ALMADA, 2016). Assim, é possível compreender que a postura do setor estudantil

⁴⁷ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

frente à ditadura do Brasil perpassou por dois caminhos: primeiro no campo educacional e, em seguida, no campo institucional, apontando que ambos possuem sua importância para o alcance da democracia, cada uma com suas peculiaridades.

Em relação as duas conjunturas, anteriormente apresentadas, é possível estabelecer um breve balanço comparativo acerca das atuações realizadas. No que se refere aos esquemas de mobilizações no Brasil, o comando das manifestações estudantis esteve a cargo da UNE. Por conta da grande extensão territorial do país a organização, a partir da Associação, tornou-se não apenas necessária, como também útil. À proporção que o regime estabeleceu medidas para desmontar a UNE, ocorreu determinada dificuldade para os estudantes brasileiros retornarem à sistematização da luta. Sobre Portugal, as Associações Acadêmicas que realizavam a liderança das mobilizações, pois não havia uma organização nacional, ou qualquer outra com maior porte. Dessa maneira, o ataque do governo português deu-se justamente no âmbito das Associações Acadêmicas, visando retirar suas autonomias e ações.

Com referência às demandas reivindicativas dos movimentos dos estudantes, no Brasil em 1964, a *Lei-Suplicy* retirava a autonomia da UNE, o que causou as primeiras inquietações dos estudantes. Em 1968, outros interesses começaram a ser revisitados pela ditadura e as manifestações começaram a ser fundamentadas no combate contra o ensino elitista e tecnicista.

Em Portugal, os enfretamentos a respeito da reforma universitária tomaram visibilidade a partir da “crise de 69”, pois, antes disso, a principal problemática encontrada pelas associações era direcionada à exigência das liberdades da atuação das organizações acadêmicas. Outro fator que também é interessante refletir é sobre as violências, contudo, não há possibilidade de construir um paralelo entre ambas, já que estamos lidando com um contexto autoritário e outro totalitário. Ainda assim, é possível estabelecer, de acordo com estudos feitos, que no Brasil existe uma violência direta e imperativa, enquanto em Portugal o salazarismo agia baseado no afrontamento aos valores e *status* dos estudantes (ALMADA, 2016; FERRARI, 2013; BRITO, 2009).

Pondera-se que apreender sobre a conjuntura política e social dos movimentos estudantis, em ambos os países, é de suma importância para essa investigação, já que na próxima sessão textual serão apresentados os principais motivos que fizeram as mulheres militantes dessa pesquisa ingressarem nesse movimento, assim sendo, ter realizado a análise previa das particularidades de cada âmbito do setor estudantil é proveitoso e necessário para essa discussão.

3.3 OS DESAFIOS DA MILITÂNCIA ESTUDANTIL

Nesta seção textual interessa apreender o que motivou as mulheres militantes desta investigação a ingressarem no Movimento Estudantil, para tanto, foi usado entrevistas com militantes brasileiras, realizadas nos anos de 2016/2018, que serão pontuadas no primeiro momento, e os relatos das portuguesas coletados do portal informativo *Esquerda.net*, comentadas posteriormente.

O ingresso na militância, da militante brasileira Suzana, foi motivado, principalmente, pela influência paterna:

A minha participação para o Movimento Estudantil começou mesmo de maneira sistemática em 71, embora eu tenha entrado na UFBA em 70 [...] O que me levou, me empurrou à militância, primeiro eu já tinha, já possuía uma simpatia pela esquerda de uma forma geral, por conta da influência paterna. [...] Mas, na verdade, não é somente a simpatia que leva a gente à militância, o problema concreto acabou que eu me envolvi no movimento estudantil porque quando eu entrei na UFBA em 70 tinha o jubramento, e isso causou na época muito protesto, muita revolta, muita indignação, e a gente começou a se mobiliza contra essa medida. (SUZANA, 2017, Informação verbal).

A perspectiva de gênero que perpassa pela narrativa de Suzana pode ser observada, primeiramente, pela ausência de qualquer figura feminina para influenciá-la a ir para a militância. A sua principal interferência foi o pai, reflexo de uma sociedade que admitia quais seriam os papéis esperado por cada indivíduo da família, que, nesse caso, o pai representava o setor público, voltado para as manifestações de interesse da sociedade. A entrevistada também apontou que as pautas acerca do jubramento⁴⁸ foram importantes para despertar mais ainda o desejo pelas reivindicações.

Elisa, outra militante do Brasil, ao comentar sobre os motivos que a fizeram entrar para a militância do movimento estudantil ressaltou que sua principal influência foi a tentativa de criação/participação no Grêmio, em sua escola do período colegial, com seu grupo de amigos: “A minha primeira relação com qualquer coisa que possa ser próxima da organização estudantil foi a tentativa de organizar um grêmio escolar, quando eu ainda estava no colegial, mas não deu certo” (Entrevista concedida por Elisa a pesquisadora, em 2017, na cidade de Salvador). Em nenhum momento Elisa mencionou a presença de amigas, silêncio significativo, o que permite refletir sobre a pouca participação das mulheres nesse meio.

⁴⁸ Condicionado por meio da reforma universitária, o jubramento funcionava como um mecanismo de ensino, no qual, o estudante que não alcançasse nota suficiente para aprovação em determinada disciplina, teria uma nova chance fazendo recuperação. Caso na recuperação a média esperada não fosse atingida, teria o ônus de repetir a disciplina. Caso a nota mínima não ser atingida, o estudante perderia sua vaga no curso, ou seja, seria jublado.

A mesma entrevistada também comentou sobre seus primeiros passos na militância das universidades, ela aponta ter começado nas mobilizações do Diretório Acadêmico de Matemática, sob o convite de uma colega: “Quando entrei para o curso de Matemática fiz logo amizade com uma garota que era muito interessada nas ações do diretório acadêmico e um dia me convidou para ir com ela na reunião. Fomos na primeira reunião, depois em outra, e assim a gente começou a participar” (Entrevista concedida por Elisa a pesquisadora, em 2017, na cidade de Salvador).

A partir dessa fala posso refletir a respeito da importância das relações pessoais para a entrada na militância do Movimento Estudantil. Será que sozinhas, sem os amigos, teriam estímulo para participar das reuniões? Mas, com a companhia uma da/o outra/o se tornou mais confortável, principalmente, para “encarar” os ditames morais que diziam, a todo momento, que o espaço da militância não era reservado para a mulher? De acordo com as minhas análises, considero que dado o contexto: iniciar a militância com a companhia de relações, sejam elas de amigas ou familiares, foi primordial para a introdução nesse espaço, tornando-o mais “fácil”. Contudo, é válido apontar, que as experiências de mulheres que não tiveram interferências outras para começar a militância merecem serem memoradas e tiveram sua importância para a construção da democracia.

Outras militantes, Rita e Doralice, também enfatizaram como as relações sexo-afetivas foram importantes para seu engajamento na militância. A entrevistada Rita, do diretório acadêmico de Letras, comentou que:

Em 71, conheci um homem chamado Tiago, a gente começou a namorar e eu me casei com ele. Ainda quando estávamos na faculdade, Tiago participava das reuniões do diretório acadêmico de Letras, às vezes eu participava junto com ele, mas minhas aulas sempre eram no momento das reuniões. Depois que casei, eu soube que ele era dirigente do Partido Comunista, a nível Estadual. Era o secretário de agitação e propaganda. Ele editorava um jornal: A voz Operária e distribuía no polo petroquímico onde ele trabalhava [...] como estava em Letras, era interesse para o Partido Comunista, que eu fizesse um trabalho no Diretório Estudantil entorno das ideias comunistas. Então eu entrei para a militância diante a partir dessas circunstâncias (RITA, 2018, Informação verbal).

Neste trecho do depoimento de Rita, posso refletir, em concordância com as autoras Solange Simões (1985) e Ingrid Gianordoli-Nascimento et al. (2012), que era comum construir laços amorosos dentro dos movimentos naquele período. Rita e Tiago se conheceram em outro ambiente que não foi o da militância do Movimento Estudantil, depois de entender a trajetória de seu companheiro, ela se envolveu na atividade política e foi encaminhada (a mando do

Partido Comunista) para realizar trabalhos no Diretório Estudantil do curso de Letras da UFBA, onde começou a participar das reuniões do movimento.

Doralice, militante do Diretório Acadêmico de Estudos Sociais, entre os anos de 1968 e 1973, comentou que a sua principal influência para seu ingresso na militância, deu-se através do seu envolvimento amoroso, com um rapaz de seu mesmo curso e que fazia parte do ME.

Logo que entrei na UFBA, teve uma semana de recepção para os alunos novatos, que tinha o intuito de explicar como era a dinâmica do curso, as disciplinas, falar da necessidade de melhorias, [...]. Em alguma dessas reuniões, conheci o Osvaldo, [...] comecei a participar das reuniões do Diretório Acadêmico de Estudos Sociais a partir dos seus convites e, depois de um tempo, começamos a namorar. Depois de um tempinho, eu estava totalmente envolvida nas mobilizações do Movimento Estudantil, acompanhando e militando junto com ele (DORALICE, 2018, Informação verbal).

Embora cada entrevistada tenha vivido experiências diferentes a respeito da militância, os motivos que levaram Rita e Doralice para o ME possuem alguns pontos semelhantes. Ambas ingressaram por conta de envolvimento amoroso com homens que já faziam parte do “universo das mobilizações” da Universidade e, por conta desse fator, começaram a participar dos grupos de movimentações.

Para Marco Garcia (1997, p. 327), “a rarefação da vida política invade o espaço privado de forma sufocante”, ao passo que completa: “O próprio fato das relações amorosas se darem de forma quase circular entre militantes da organização, consequência óbvia de uma convivência forçada e dos imperativos de segurança, ilustra essa interpenetração da vida política com a vida privada” (GARCIA, 1997, p. 329). Ou seja, para o autor, a vida particular e a militância entram em consonância e se transformam em um único elemento. Contudo, pondera-se que, embora os impulsionadores para o ingresso da militância de Rita e Doralice tenham partido de relações sexo afetivas, esse não se compactua como única forma para a entrada na militância.

De acordo com as militantes brasileiras, desta presente investigação, as relações pessoais foram primordiais para impulsionar os primeiros passos na militância. Nas linhas seguintes, apresento os motivos/razões que levaram as mulheres portuguesas a ingressarem na militância de oposição ao regime político ditatorial.

Graça Marques, militante portuguesa, nasceu em 10 de setembro de 1950. Filha de um oficial do exército, contou em seu relato que conviveu em uma família democrata e, desde muito jovem, foi entrelaçada com o ideário de transformação da sociedade. Sua entrada na faculdade de Direito aconteceu em 1968, onde ela participou do movimento estudantil de forma empenhada durante a crise de 1969, na qual os estudantes lutavam por uma educação

democrática (que não estivesse sendo apenas guiada pelos preceitos do Estado) e direito a realizar reuniões e manifestações sem as represálias do regime.

Sobre às razões que conduziram Maria Sá para o movimento estudantil, a participante argumentou que:

Ao dar o testemunho de uma comum jovem estudante, pretendo mostrar como as mulheres, as jovens universitárias dos anos sessenta, muitas delas sem formação política nem ligações familiares à chamada oposição democrática, como era o meu caso, se empenharam ativamente na luta estudantil, que o mesmo é dizer, na luta pelas liberdades e pela democracia. Corajosamente, pois a repressão era brutal e no próprio seio familiar, na maioria dos casos, não havia o mínimo apoio ou sequer tolerância! (*Mulheres de Abril*, relato de Maria Sá, 2017).

Posso refletir a respeito de dois universos díspares em que as militantes encontravam-se. O primeiro, em que os preceitos de democracia e liberdade estiveram no âmbito familiar, o qual conduziu Graça Marques a buscar esses ideais quando ingressou no meio universitário. E o segundo, no qual a preocupação com a moral e bons costumes era mais acentuada. Maria Sá (2017), comentou que: “Tanto mais que, no caso das raparigas, o envolvimento no movimento associativo e em lutas estudantis era socialmente mal visto, como um comportamento leviano, impróprio de meninas de família, de boas católicas”. Ou seja, embora estivermos abordando sobre mulheres que vivenciaram as experiências da militância no mesmo ano e país, ambas possuíam singularidades em seus motivos para ingressarem no ME, bem como vivenciaram de maneira diferente o contexto social em que se encontravam.

A militante Manuela Góis contou em seu relato que nasceu em 1951, em um ambiente familiar republicano e antifascista, onde suas percepções sobre as enormes desigualdades sociais e a falta de liberdades democráticas estiveram presentes desde muito cedo em sua vida. A sua caminhada de lutas em prol da democracia começou nos últimos anos em que estava no Liceu, entre 1967-1969, onde participou do Movimento Associativo do Ensino Secundário de Lisboa (MAESL). Esse movimento, de envergadura semilegal, de acordo com Manuela Góis, era composto por estudantes dos últimos anos do Ensino Secundário que pleiteavam a legalização das associações de estudantes desse grau de ensino.

Nesse contexto, as reuniões aconteciam nas faculdades com o objetivo de mobilizar os colegas para a luta. Manuela, quando entrou na faculdade de Economia estava ocorrendo uma acentuada efervescência social por conta da farsa eleitoral de 1969, em que o movimento estudantil e o operário eram atuantes. Ela apontou que no seu ingresso ao movimento estudantil

“Havia um clima de agitação com muitas Reuniões Gerais de Alunos (RGAs) que extravasavam os meros processos pedagógicos devido à crescente politização das lutas estudantis que contestavam o carácter classista do ensino e denunciavam o fascismo e o colonialismo” (*Mulheres de Abril*, relato de Manoela Góis, 2017).

Sara Amâncio, militante portuguesa, nasceu em um ambiente familiar acolhedor para ideais revolucionários. Em seu relato afirma que:

Vim nascer a Lisboa, porque o meu pai era militar e os filhos dos militares nasciam no Hospital da Estrela, mas vivia em Sintra. Sou de uma família republicana e antifascista. O meu bisavô e o meu avô tinham participado da implantação da República, os primos eram ativistas antifascistas. No leite materno já veio a consciência política. Em minha casa falávamos sobre tudo: sobre a situação social do país, a miséria absoluta em que muitos viviam, a repressão, as prisões e torturas levadas a cabo pela PIDE (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017).

Essa atmosfera progressista permitiu que, em 1958, Sara tivesse a sua primeira experiência de envolvimento político, aos 12 anos. De tal maneira, aponta-se o seu relato sobre esse recorte:

A primeira ação política de que me lembro foi em 1958. Tinha 12 anos e ia com a minha mãe, em Sintra, distribuir propaganda da campanha do Humberto Delgado. A minha vida passava-se muito em Sintra, porque havia uma decisão na família de que não iria nem para os colégios religiosos nem para os liceus femininos, que eram fascistas. Frequentei os colégios da terra, que eram mistos. Essa era uma questão muito importante para a família. Só fui para o Liceu de Oeiras no meu sexto ano (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017).

Outro fator apontado pela militante, que também foi importante para o desenvolvimento de suas perspectivas de luta, foi o componente colonialista e, por conseguinte, a guerra colonial. Que de acordo com o seu relato, todas as mortes e torturas eram justificadas em nome da defesa da pátria. Em 1962, no auge da crise acadêmica, Sara estava frequentando o Liceu de Oeiras e integrava o grupo de ativistas estudantis que se mobilizavam e participavam de plenários na Cidade Universitária contra os ataques do regime. Retrata-se, ainda, que o ingresso na Faculdade de Ciência aconteceu em 1963, como também sua entrada na direção do setor estudantil do Partido Comunista Português (PCP).

Ainda nessa perspectiva, outra militante portuguesa é a Carmelinda Pereira. Sua experiência com a militância também começou a ser proporcionada no meio familiar, diferente das narrativas anteriores, a carência dos meios econômicos foi primordial para sua luta por liberdade:

Nascida de uma família com fracos meios económicos, mas apesar de tudo com pão sempre na mesa e com os pés calçados, numa aldeia de pobreza imensa, onde as meninas que se sentavam na carteira ao meu lado tinham os pés roxos do frio da sua nudez, foi muito fácil tomar consciência de forma bem precoce do que era a injustiça e o sofrimento. Lembro-me de ter uma sensação de arrepio, ao olhar para aqueles pés

descalços, no pino do Inverno, e de perguntar à minha Mãe: porquê? Pensamentos sobre esta realidade eram facilmente submergidos pelas outras vivências normais de uma criança dessa idade. Mas, à medida que se cresce, as brincadeiras tão livres como absorventes, vão dando lugar a uma maior atenção à vida que nos rodeia, sobretudo quando as dificuldades económicas no seio da minha família onde sou a mais velha de cinco irmãos eram uma constante (*Mulheres de Abril*, relato de Carmelinda Pereira, 2017).

Buscar respostas sobre as desigualdades e sofrimentos da população foi uma das preocupações que Carmelinda já possuía na sua infância. Quando começou a frequentar o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), interrompeu seu curso ao terceiro ano, no período letivo de 1973/74, pela expulsão cometida devido ao envolvimento nas lutas académicas. Voltou ao ISPA após o 25 de abril, mas não conseguiu completar a licenciatura, por conta da prioridade dada às atividades políticas.

Trigo (1994, p. 92) argumentou que: “as mulheres entraram para a universidade porque a classe média teve acesso a ela, verificando-se, portanto, um entrelaçamento das categorias de gênero e classe”. O ingresso das mulheres no ensino superior pode ser observado como um elemento de transformação, especialmente, aos costumes, interesses e a expectativas da sociedade a respeito do lugar social que a mulher ocupava (GIARNDOLI-NASCIMENTO, et al., 2012). Contudo, não posso deixar de enfatizar que para a mulher negra o ingresso ao Ensino Superior tornou-se muito mais tênue, tendo em vista as desvantagens sociais que as atingiam.

No que toca ao ingresso das mulheres na militância no Brasil e em Portugal, determinados desafios cruzam-se: a questão da família é de importância primordial, tanto para inspirá-las quanto para impedi-las de atuarem nos movimentos; as relações amorosas tornaram-se basilares para a permanência delas, já que se tornou factível para o ingresso na militância, além dos amigos terem se tornado uma grade rede de comunicação e resistência.

No capítulo seguinte, os argumentos concentram-se -se em refletir sobre as atividades que as militantes universitárias estavam exercendo dentro de cada conjuntura a qual estava atrelada e como se perpassavam as relações de gênero nesse meio, a partir de suas narrativas.

4 CAPÍTULO III – ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DENTRO DOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

A vivência política das militantes, nesse período (mas não apenas nesse momento da História), esteve assinalada pela possibilidade básica do exercício da cidadania, quando o conservadorismo e as normas de bons comportamentos se manifestaram com a intenção de criar empecilhos para a atividade política. Entretanto, redes de oposições formaram-se e as demandas a respeito da inserção das mulheres na luta política contra os regimes ditatoriais começaram a ser assistidas.

Observando essas mulheres como sujeitos políticos, esse capítulo tem como questão nodal refletir sobre os lugares de atuação das militantes, bem como identificar como estavam sendo estruturadas as relações de poder dentro desses espaços e as atividades que exerciam. A partir das experiências individuais das entrevistadas e dos relatos recolhidos do *site* Esqueda.Net, elucidar as formas como as relações de gênero foram construídas nos ambientes de resistências e as estratégias (quando haviam), para burlar o sistema em que estavam inseridas.

Rememorar as experiências dessas mulheres cujos protagonismos na oposição aos regimes ditatoriais foram silenciados pela memória oficial, obriga a certas precauções de natureza conceitual.

No que tange à relação entre a memória e o meio social, Maurice Halbwachs (2006) apresenta como resultado desse elo o conceito de “memória coletiva”, o qual, para o autor, é impossível lembrar individualmente, pois uma coletividade ou várias coletividades interferem no processo da memória. Para o autor, a memória coletiva não exerce a função de impor uma forma específica de dominação ou violência simbólica, visto que acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber: reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, no qual o termo usado é “comunidade afetiva”.

A seguir busco entrelaçar as narrativas das militantes brasileiras por meio das entrevistas que realizei e as discussões sobre a memória.

4.1 MÉMORIA E MILLITÂNCIA: ATUAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS

Sobre a memória enquanto premissa que parte do individual para o coletivo, a militante Rita, ao longo de suas narrativas, rememora suas ações:

Em Letras, trabalhei no diretório como secretária de imprensa e, na outra eleição, me escolheram pra ser Presidente do DCE. Não era uma coisa muito disputada, ninguém queria aquilo. Ninguém queria trabalhar no diretório, um pinguinho assim de gente de esquerda. E a gente tipo assim, todo mundo que tava na chapa anterior migrou um pouco, quem era presidente virou secretário de imprensa, quem era secretário de imprensa, virou presidente, e então me colocaram como presidente. (RITA, 2018, Informação verbal).

Nesse trecho, de acordo com Halbwachs (2006), como os sentimentos e pensamentos individuais possuem origens nos meios e circunstâncias sociais acentuados, as ações pautadas por Rita criaram/moldaram uma maneira de lembrar, na qual as reminiscências foram atreladas ao processo “comunitário”, em que, mesmo tratando-se de uma fala/discurso individual, esse mecanismo de recordar e narrar foi transversal pelas vivências experimentadas em coletividade/grupo. Para Schimdt e Mahfoud (1993, p. 289), “a permanência de um apego afetivo a uma comunidade dá consistência as lembranças”.

Ainda sobre o trecho da fala de Rita, no que toca a sua função, o presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) tinha por função ficar na sala de reuniões, olhar as medidas que estavam sendo tomadas pelo governo, organizar atividades dos outros diretórios acadêmicos, pensar em temas e propostas para serem debatidos e essa não era uma tarefa favorita dos militantes masculinos, de acordo com a entrevistada.

Cabe destacar que, nesse contexto, desejava-se ser visto como orador de palestras, agitador de mobilizações, ou seja, atividades em que a voz e as atitudes tivessem mais vigor e presença. Rita declarou que o grupo de liderança, secretário, assessor e tesoureiro era formado por homens e ela era a única mulher da equipe. Esses cargos ocupados pelos homens eram os que realmente tinham uma maior relevância na condução política do diretório, cabendo a ela como presidente organizar as informações e repassar ao grupo de estudantes ligados ao DCE.

A entrevistada também comentou que, por mais que tivesse interesse em pautas relacionadas à mulher, como: creches para os filhos das estudantes/mãe, direito à liberdade da mulher poder fazer escolhas, sejam de cursos no ensino superior, sejam sobre casamento, debates de temas ou mesmo textos teóricos sobre condição feminina, muito comum à época, não tinham chances de serem discutidos, pois eram “censurados” pelas próprias lideranças masculinas que achavam o tema irrelevante ao debate político do período.

É conveniente pontuar duas perspectivas: a primeira sobre a memória como elo social, que se origina do sujeito e descola-se para o grupo/comunitário, e a segunda a respeito da hierarquização, ou seja, a razão de ser mulher e líder não significou que ela tivesse voz ativa no grupo do Diretório Acadêmico.

Em que pese as críticas referidas ao conceito de “memória coletiva”, tais argumentos abriram novas perspectivas de análise histórica, ou seja, a memória passou a ser observada não apenas como um fenômeno de interiorização individual, mas, sobretudo, a partir da construção social e do meio coletivo. Todavia, isso não significa negar o caráter de individuação e subjetivação que a “memória individual” carrega, mais ainda, significa dialogar com a perspectiva do indivíduo e da sociedade, do contexto/local que provoca o ato de recordar, mas também a relação entre o passado e o presente, o localizar do tempo e espaço na ocasião do lembrar. Halbwachs (2006), destaca ser necessário um processo de negociação para agregar as memórias individuais e coletivas. A respeito disso, enfatiza que

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta apenas que estes nos apresentem em seus testemunhos: também é preciso que ele não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base em comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Nessa compreensão, não basta, apenas, reconstituir as partes do acontecimento do passado (nesse caso, tratando, mais especificamente, da narrativa da entrevistada acerca da sua participação no grupo) para reavivar a lembrança. É necessário, de acordo com o autor, que essa reorganização da memória esteja vinculada a dados ou noções comuns a outros indivíduos, porque essas memórias estão sempre perpassando por todos inseridos naquele grupo e, somente assim, é possível presumir que uma lembrança seja reconstruída⁴⁹ (HALBWACHS, 2006).

É válido frisar, a partir do enquadramento dentro das hierarquias de gênero⁵⁰, sobre as vidas profissionais: todas as militantes entrevistadas se tornaram-se professoras, independente da área da formação. Essas mulheres, embora tenham rompido com as barreiras das manifestações do conservadorismo no período ditatorial, envergaram suas escolhas de atuação profissional voltadas para a docência – seja no ensino superior ou no ensino básico – o que evidencia determinado “acordo” com os papéis que são esperados para as mulheres: ser professora⁵¹.

⁴⁹ Considero também a memória como uma representação do passado, tal como apontou Roger Chartier (1990) quando aborda sobre a “representação”, no qual, torna-se impossível reconstruir o passado exatamente como ele foi tendo em vista que sua construção perpassa pelas narrativas tanto do passado, quanto do presente.

⁵⁰ A autora Susan Besse (1999) conceituou como hierarquização de gênero, as diferenças impostas pela sociedade para mulheres e para homens, no qual, a atividade que essas exerciam estavam relacionadas a perspectiva do ambiente privado, ou seja, as suas atuações em determinados espaços de poder, na estrutura da militância estudantil somente foi possível conjugadas aos papéis tradicionais ao qual eram identificadas, como uma presença cuidadosa, materna e solidária. Beatriz Santos (2017), em seu estudo sobre militantes brasileiras, apontou que, muitas vezes, as mulheres eram vistas como apoio à “verdadeira resistência” que era feita por militantes homens.

⁵¹ Segundo Jane Almeida (2004), a docência, ao longo do século XX, foi sendo progressivamente feminizada, vista dentro da lógica de cuidados e atenção que eram identificados a um pretense “instinto” feminino. De acordo

As atuações no movimento estudantil baiano, foi comentado por Suzana, militante do Diretório Acadêmico do curso de Ciências Sociais, durante os anos de 1970-1974:

No D.A do curso de Ciências Sociais, tinham um grande número de mulheres, mas tinham mais homens. Me lembro que, os homens estavam nas lideranças e minha amiga era secretária do diretório, mas só tinha ela de mulher na equipe de líderes. A minha função e das outras mulheres, como um todo, era de fazer panfletagem, fazer avisos em salas sobre os debates, fazer e colar cartazes, era basicamente isso. A gente não fazia discursos assim como eles, nosso papel era mais nos bastidores e, naquela época, a gente não percebia o machismo, porque nossa tarefa era vista como uma coisa normal. (SUZANA, 2017, Informação verbal).

Esse trecho da entrevista de Suzana permite entender como o discurso da hierarquização de gênero molda-se a cada situação. A fala da militante demonstra como as relações de gênero se refletia no movimento estudantil e quais as estratégias que eram utilizadas para “maquiar” a superioridade e poder da figura do homem militante de esquerda que, por sua vez, exerceu a função da voz ativa, merecedora, quer de vaias ou aplausos, e da mulher como assistente da militância masculina.

Elisa, também militante do movimento estudantil baiano, integrante do Diretório Acadêmico de Matemática, declarou na entrevista que:

[...] a minha função e das outras mulheres, como um todo, era de fazer panfletagem, fazer avisos em salas sobre os debates, fazer e colar cartazes, era basicamente isso. A gente não fazia discursos assim como eles, nosso papel era mais nos bastidores, e naquela época a gente não percebia o machismo, porque nossa tarefa era vista como uma coisa normal. (ELISA, 2017, Informação verbal).

O homem representava⁵² o provedor da família, o que possuía inteligência necessária para discutir política, liderar grupos, entre outras atividades de comando, ao passo que a mulher era responsável pela casa e pela educação dos filhos. A partir do momento em que ocorreu o ingresso de mulheres⁵³ em espaços históricos e socialmente determinados para a figura masculina, passa a existir, na sociedade, quebras de padrões, (lenta e gradual) que foram propostas, principalmente, pelos movimentos de contracultura, com destaque, nesse caso, para o Movimento Feminista.

Embora cada mulher entrevistada tenha tido sua experiência de militância de maneira particular, as suas funções eram propiciadas para a assistência dentro do que se esperava nos

com a autora na concepção da sociedade, em finais do século XIX e que perdurou ao longo do século XX, exista uma visão de que a escola “doméstica, cuida, ampara e ama” (ALMEIDA, 2004, p. 1) e essa responsabilidade vai ser colocada nas mãos femininas, que tem o dever de guiar os ensinamentos na infância e conservar os costumes tradicionais.

⁵² Ressalto que essa representação masculina não se constava em todos os grupos familiares, a exemplo, mulheres negras estiveram no comando e na chefia de seus lares.

⁵³ É válido salientar que esse ingresso não aconteceu de forma integral com todas as mulheres, fatores sociais, econômicos e raciais alteravam/alteram a dinâmica de oportunidade para dos indivíduos.

quadros de gênero, ou seja, pretendia-se que a mulher fosse apenas um suporte para as atividades de militância que eram realizadas mais enfaticamente pelos homens. O discurso do machismo e da hierarquização de gênero estavam presentes nas relações que analisamos a partir das entrevistas, e estavam inseridos dentro das manifestações proferidas pela voz da moral e bons costumes da sociedade.

Conforme Rita acentuou na entrevista, quando ainda estava envolvida com as disciplinas curriculares do seu curso, raramente acompanhava as discussões do diretório acadêmico, por conta de os horários sempre estarem comprometidos, e nesse tempo ela tentava frequentar as reuniões por conta do seu envolvimento amoroso com Tiago, que estava inserido nesses debates. Quando casou, descobriu que seu esposo era dirigente do Partido Comunista, a nível Estadual (segundo a militante, Tiago escondeu essa informação para não a assustar, dado o clima de tensão e violência no qual o país encontrava-se). Seu esposo era secretário de agitação e propaganda e editorava o jornal *A Voz Operária*, como Rita era estudante do curso de Letras, foi empregado a ela a tarefa de revisar textos, assim como levar as ideias comunistas para o diretório acadêmico. Perguntei-a sobre suas funções e como se estabeleciam as relações naqueles espaços:

Eu comecei mesmo a participar das atividades, depois que eu casei, foi quando Tiago me pediu para revisar alguns textos do jornal, não era muita coisa, eram poucos, o jornal tinha uma equipe muito organizada em relação a isso [...] como naquela época, nem todo mundo tinha acesso a internet e ao computador, ele tinha que levar os textos para casa e eu corrigia, assim que chegava da faculdade [...] eu não tinha contato com as outras pessoas da equipe do jornal, então não posso te falar como eram as relações lá, até porque eu só tinha acesso aos texto porquê o Tiago levava para mim. Mas no diretório, eu via mais homens sabe, mas também tinham mulheres [...] eu não sou muito de ficar falando para as pessoas, discursando e naquela época eu era um pouco mais tímida, mas eu observava que tinham mulheres que falavam, eram poucas também, [...] eu percebia que elas tinham que pleitear por aquele espaço, não era uma coisa fácil, para eles eram, mas para as meninas não eram tão fácil assim, elas enfrentavam mesmo, tanto lá dentro como lá fora, nas ruas (RITA, 2018, Informação verbal).

Embora Rita enfatize ter uma postura tímida/discreta, outras mulheres se ousavam a sair do espaço resguardado para elas, impondo sua voz para serem ouvidas. Outro dado interessante para refletir diz respeito ao próprio espaço de militância que, mesmo sendo um lugar para a “união” das ideologias, pautas e debates em comum, representa, de acordo com a narrativa, como um ambiente de resistência para as mulheres, que apesar de estarem envolvidas em ações contra o governo, também tornava-se necessário enfrentar disputas outras, pautadas pelo sexismo nesses espaços, ou seja, a militância das mulheres pode ser pensada como ações que eram realizadas dentro e fora do movimento estudantil.

Importa para esta pesquisa, na próxima seção textual, ponderar sobre as atuações das mulheres portuguesas nos movimentos de resistência em que estiveram presentes.

4.2 MILITÂNCIA EM PORTUGAL

Por conta das fontes encontradas, cada militante portuguesa dessa investigação fez parte de um movimento estudantil diferente (dado que não ocorreu com as mulheres brasileiras, todas fizeram parte do movimento estudantil baiano da Universidade Federal da Bahia). Em um primeiro momento tornou-se desafiador não encontrar mulheres que frequentasse a mesma universidade, mas, após levar em consideração que essas informações poderiam sustentar perspectivas diversificadas para o estudo, optou-se por utilizar as narrativas de diferentes movimentos estudantis.

Graça Marques, militante portuguesa, afirmou em seu relato que participou ativamente do ME da faculdade de Direito durante a crise de 1969, a primeira manifestação que participou foi contra a guerra do Vietnam e em solidariedade ao povo vietnamita:

Antes da manifestação, fizemos uma reunião em que se decidiu não arrear pé. Levava um casaco pesado e grossíssimo para “amenizar” eventuais cacetadas e um rolo de jornal embebido em cola, que, depois de seco, funcionaria como “arma” de autodefesa. Estava na linha da frente com uma vizinha e amiga estudante de Direito, a Rita, e empunhávamos, com orgulho, um cartaz. A ideia era não fugir, quando a polícia de choque investisse, mas, de facto, não houve outra solução senão a fuga e o peso do dito casaco funcionou como um empecilho. Foi a minha iniciação nessas lides de “zarpar” quando era preciso, depois de “desafiar” o poder e dar visibilidade às lutas (*Mulheres de Abril*, relato de Graça Marques, 2017).

Em maio de 1968, Graça foi detida pela primeira vez sob delação de estar espalhando folhetos que indiciavam a população para uma ação que objetivava reivindicar o feriado do 1º de Maio, dia Internacional dos Trabalhadores. A militante relatou que foi uma curta passagem pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), mas que foi avisada que caso ocorresse a próxima, seria mais prolongada.

Ainda a respeito da prisão de Graça, tive acesso a sua ficha criminal, segue abaixo:

Figura 9 – Ficha policial – Graça Marques

The image shows two identical copies of a police identification form. Each form features a black and white photograph of a woman with dark hair. To the right of the photo are fields for 'Idade' (Age) with the value '26', 'Cor' (Color) with 'Branca', and 'Estado particular' (Particular State). Below the photo, the name 'Maria da Graça Melo Soares Marques Pinto' is written in cursive. The profession is listed as 'Aluna' (Student) and the date of birth as '10-2-1950'. The nationality is 'Portuguesa'. The bottom form has several lines of text redacted with thick black bars, including the 'Assinatura' (Signature) field and the 'Número do processo de natureza ou documento apreendida' (Process number of nature or seized document).

Fonte: Site Esquerda.net. Mulheres de Abril.

É possível encontrar, nessa ficha, dados descritivos como: altura, cor (indicada como branca), nacionalidade, nome completo, profissão (estudante), data de nascimento, filiação e residência. Embora o documento em questão esteja cortado, há um item com o título “biografia prisional”, em qual é dada as informações acerca das circunstâncias da prisão, informação que mais nos chamou atenção; a respeito disso, seguem algumas fichas de mulheres militantes encontradas no Arquivo Oliveira Salazar, na seção “Correspondência Oficial relativa à Educação”.

Figura 10 – Ficha policial. – nº 1

Nome e sobrenome			Altura <u>1,78</u>
[Redacted]			Côr <u>Branca</u>
[Redacted]			Sinais particulares
[Redacted]			Nacionalidade <u>Portuguesa</u>
Nome e sobrenome			
[Redacted]			
Título	<u>Canadá</u>	Profissão	<u>Estudante</u>
Naturalidade	<u>Entroncamento</u>	Data do Nascimento	<u>12-3-1950</u>
[Redacted]			
[Redacted]			
Número do processo de valores ou documentos apreendidos			
BIOGRAFIA PRISIONAL			
Entregue nesta Direção em 6-4-74 pela P.S.P. de Lisboa, por actividades contra a segurança do Estado, tendo recolhido à Cadeia de Caxias. O.S. 124 Reg. 146 - Psec.			
Solta em 12-4-74, mediante termo de identidade O.S. [Redacted]			

Fonte: Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar.

Lê tendo recolhido à cadeia de Caxias. Solta em 17-4-74, mediante termo de identidade. Entregue nesta Direção em 6-4-74 pela P.S.P de Lisboa, por atividade contra a segurança do Estado.

Figura 11 – Ficha policial – nº 2

Nome e sobrenome			Altura <u>1,73</u>
[Redacted]			Côr <u>Branca</u>
[Redacted]			Sinais particulares
[Redacted]			Nacionalidade <u>Portuguesa</u>
Nome e sobrenome			
[Redacted]			
Título	<u>Soltina</u>	Profissão	<u>Estudante da 75 Ave. de Lisboa</u>
Naturalidade	<u>Belefonte de Vidua - Vila Rica</u>	Data do Nascimento	<u>12-9-1956</u>
[Redacted]			
Residência <u>Alameda Conde de D. [Redacted] - Nova Odivas</u>			
Outras indicações			
<u>Cliché 26937</u>			
Número do processo de valores ou documentos apreendidos			
BIOGRAFIA PRISIONAL			
Entregue nesta Direção em 6-4-74 pela P.S.P. de Lisboa, por actividades contra a segurança do Estado, tendo recolhido à Cadeia de Caxias. O.S. 124 Reg. 144 - Psec.			
Solta em 10-4-74, mediante termo de identidade O.S. [Redacted]			

Fonte: Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar.

Lê-se: Entregue nesta Direção em 6-4-74 pela P.S.P. de Lisboa, por atividade contra a segurança do Estado, tendo recolhido à cadeia de Caxias. Solta em 10-4-74, mediante termo de identidade O.S.

Não apenas nos exemplos apresentados, mas na maior parte das fichas policiais coletadas, a biografia prisional mantém certo padrão, com pouquíssimas alterações, assim como

também a cor das militantes, ambas brancas. Nos exemplos acima, vê-se que a diferença se dá nas datas de soltura de ambas as mulheres presas. Enquanto uma é solta no dia 10, a outra só conseguirá se livrar do cárcere sete dias mais tarde. Essas informações mostram que tais prisões duravam um tempo considerável e se constituíam mais do que apenas rondas de aprisionamento geral, mas sim bastante coercitivas. Além disso, com a breve descrição colocada, há o detalhe de que ambas foram presas no mesmo dia (06/04) o que nos leva a considerar que estavam envolvidas nos mesmos movimentos e/ou atividades.

No entanto, o que a ficha/descrição não consegue comunicar é o que mais nos interessa aqui. As informações apresentadas interpelam essas mulheres dentro de um domínio criminal e de perseguição, colocando-as como perigosas ao Estado português. Tal interpelação não se dá apenas pelo registro criminal de tais sujeitos, mas também pelo apagamento de suas subjetividades. Ou seja, nesses documentos não é possível vermos quais realmente foram as atividades engajadas por tais mulheres, quais as suas motivações, seus objetivos, suas narrativas e suas lutas. Portanto, a historicização possibilitada por uma fonte como a tal é, dessa forma, de limites consideráveis, principalmente para aqueles que enxergam o gênero como uma categoria útil para a história (SCOTT, 1990). A partir do apagamento da voz dessas militantes, as quais são reduzidas por tais cadastros criminais às fichas descritivas e mecânicas, observar o papel das emoções nessas relações de resistência é tarefa bastante dificultada.

Ainda a respeito da atuação de Graça, de acordo com seu relato, ela foi julgada em julho de 1970, acusada de atividades contra a Segurança do Estado, condenada a dois meses de prisão e suspensão dos direitos políticos por três anos. Outra prisão aconteceu novamente, dessa vez pela Direção Geral de Segurança (DGS), (designação adotada pela PIDE nos anos do regime) em março de 1971, quando ocorreu um grande aglomerado de prisões antifascistas. Sobre sua experiência na prisão, a militante comentou que:

Estive isolada numa cela em Caxias, prisão na época destinada aos presos políticos, durante um mês. Recordo-me que, para não me deixar vencer pela solidão, entretinha-me a observar da janela da cela os movimentos dos habitantes de um bairro miserável, situado perto do forte. Os interrogatórios eram frequentes e duravam dias e noites a fio, debaixo de ameaças permanentes, tortura psicológica e física, privação do sono, agressões e injúrias. Queriam obter informações sobre colegas da faculdade, objetivo que não alcançaram. Entretanto, a minha saúde foi-se degradando e, ao fim de um mês de interrogatórios, depois de os meus pais, advogado e colegas terem suscitado um movimento de solidariedade, fui internada de urgência no Hospital da Ordem Terceira, para onde eram encaminhadas as presas políticas, num regime de total isolamento e sob vigilância de agentes da DGS/PIDE. O internamento durou algumas semanas (*Mulheres de Abril*, relato de Graça Marques, 2017).

De acordo com a Arquidiocese de São Paulo, no livro “Brasil: Nunca Mais” (1985, p. 43), no que toca à tortura:

Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. No qual, a urgência em saber informações justificava a tortura, imprimindo na vítima a destruição da sua moral e integridade física e psicológica.

Embora a DGS não tenha encontrado informações a partir das torturas realizadas em Graça, é de se imaginar o estado de calamidade em que ela estava, já que foram necessários movimentos em prol da solidariedade para que fosse levada ao hospital. É possível, à luz desse trecho, também observar que independente da forma de ação, o governo considerava como “inimigo interno” todos aqueles que discordavam do regime, tanto dentro das universidades, como é o caso dos movimentos estudantis, quanto fora dele.

Maria Sá, outra militante portuguesa, começou suas atuações no movimento estudantil quando frequentava o segundo ano do curso de direito da universidade de Coimbra. Em seu relato, comentou que: “Queríamos protestar contra a falta de liberdade de expressão, o clima de repressão sobre os estudantes, o ensino universitário desfasado da realidade, demasiado académico e autoritário, entre outras coisas” (*Mulheres de Abril*, relato de Maria Sá, 2017). De acordo com a Maria Sá, tudo começou a partir das muitas assembleias de estudantes, manifestações pacíficas ou não para conquistar o apoio popular, as greves aos exames, a distribuição (clandestina) de panfletos, as organizações de piquetes de greve, tudo isso acompanhado das represálias do governo e violência policial.

A militância de Maria Sá, perpassou tanto pela luta dentro do movimento estudantil, quanto no seio familiar, já que ela considerou que não teve apoio ou sequer tolerância em relação às atividades que estava envolvida. Sobre isso, relatou que:

Eu, uma menina de Braga, “cidade dos arcebispos”, com militância católica na JEC (Juventude Escolar Católica), considero que fui muito arrojada ao aderir, de alma e coração, ao movimento estudantil: participando nas assembleias magnas de estudantes e nas manifestações, na distribuição de panfletos, na organização de listas dos estudantes “anti-greve”, procurando dissuadir colegas de furar a greve, fazendo piquetes de greve, enfrentando as forças policiais que nos perseguiam, armadas até aos dentes e munidas de pastores alemães ameaçadores.

[...] por ser expulsa da Casa Universitária da Mocidade Portuguesa Feminina onde estava hospedada, chumbando o ano devido à greve aos exames, e perdendo a bolsa de estudo que me permitia frequentar a Universidade sem pesar no orçamento familiar. Como consequência de tudo isto, e em resumo, passei a aluna “voluntária”, fui dar aulas e assim terminei o curso, estudando e trabalhando. E foi assim, nas lutas estudantis, que me “formei” como cidadã, de esquerda, uma marca que se me colou, indelevelmente, até hoje (*Mulheres de Abril*, relato de Maria Sá, 2017).

Nesse trecho não é possível considerar que as atividades que a militante realizava estava apenas voltada para as funções esperadas que as mulheres realizassem, mas também não é presumível afirmar que ela estivesse envolvida com as funções de comando dentro do movimento. Outro fator que pode ser observado, diz respeito aos empecilhos que encontrou em sua vida acadêmica, tal como perder a bolsa de estudos devido à greve aos exames, o que a levou a terminar o curso como aluna voluntária, mas todos esses percalços foram necessários para formá-la como cidadã de esquerda, como afirmou.

É também interessante refletir sobre a atuação de Manuela Góis. Ela que começou suas atuações ainda quando estava no Liceu, entre 1967 e 1969, onde participou do Movimento Associativo do Ensino Secundário de Lisboa (MAESL). No ano de 1969, após a acentuada farsa eleitoral, Manuela entrou para a faculdade de Economia:

Aí iniciei um período de experiências políticas inesquecíveis! Havia um clima de agitação com muitas Reuniões Gerais de Alunos (RGAs) que extravasavam os meros processos pedagógicos devido à crescente politização das lutas estudantis que contestavam o carácter classista do ensino e denunciavam o fascismo e o colonialismo. Realizavam-se cursos livres e distribuía-se um boletim intitulado *Contra a Fábrica*. Pretendia-se com estas actividades que os/as estudantes tivessem acesso a publicações que não se encontravam nas livrarias devido à censura e se politizassem (*Mulheres de Abril*, relato de Manoela Góis, 2017).

A tríade relacionada ao ensino, colonialismo e fascismo foram as principais questões que impulsionavam os jovens irem à luta. Também existia entre aqueles indivíduos que participavam do movimento, o sentimento de solidariedade para que as mensagens de luta e resistência chegassem a outras pessoas, tal como apontado no trecho. Ainda sobre as atividades que realizava, Manuela apontou que:

Havia muitas ligações entre o movimento estudantil e outros movimentos que queriam o fim do fascismo e a independência das colónias. Daí que houvesse tantas prisões de estudantes, vigorosamente denunciadas pela imprensa estudantil. As mulheres intervinham cada vez mais nas reuniões, assembleias e manifestações, sendo igualmente alvo da repressão (*Mulheres de Abril*, relato de Manoela Góis, 2017).

A militante mencionou que as mulheres estavam participando mais da luta, das reuniões e também sendo alvo de repressão. Entretanto, ela comentou sobre os limites dessa participação e como as possibilidades de interação estavam condicionadas ao ser mulher. A respeito disso, mostro um recorte de jornal sobre a resistência dos jovens na luta contra a ditadura e a quantidade de mulheres presas, que segue abaixo:

Figura 12 – Estudantes presos durante o período eleitoral



Fonte: Mulheres de Abril: Testemunho de Manuela Góis, 2017

Com base no relato de Manuela, o recorte informativo acima⁵⁴ é “fruto” de um boletim que tinha como título “Apoiemos os estudantes presos”, que era assinado por “Um grupo de Estudantes”, foi distribuído nas faculdades, em novembro de 1973, e tinha como missão denunciar as prisões que estavam acontecendo. A militante comentou que:

Dos/as quinze estudantes que se encontravam na prisão, oito eram mulheres o que mostra o protagonismo das mulheres nestas lutas. Embora ainda não se falasse em questões de género, algumas de nós falávamos em feminismos, mas éramos muito poucas. Defendíamos o amor livre, o direito a dispormos do nosso corpo e das nossas vidas, a fazer o que quiséssemos e muito bem entendéssemos. Comprávamos a pílula em algumas farmácias “amigas”, pois esta só podia ser vendida com receita médica. O aborto estava proibido e para conseguirmos abortar as condições eram de grande secretismo e muito duras, como foi o meu caso e de algumas colegas e amigas (*Mulheres de Abril*, relato de Manoela Góis, 2017).

A militante expõe que, embora fossem poucas mulheres, ainda assim era falado sobre o feminismo, de modo que cabe destacar que não sei em qual frequência esse tema era comentado, mas por conta da premissa de serem poucas, posso supor que levar essa temática para grandes assembleias já se tornava um obstáculo. Outro dado, diz respeito à rede de interações que se formou sobre a compra e uso da pílula, já que naquele momento em Portugal o aborto⁵⁵ era algo proibido e o apoio entre farmacêuticos e a clientela era primordial para realizar esse feito.

⁵⁴ Para a (o) leitora visualizar com qualidade o documento, inserir nos anexos com um tamanho e resolução melhores.

⁵⁵ Segundo Rosa Monteiro (2012, p. 587) “O ano de 2007 representou um marco decisivo na história da militância pela descriminalização do aborto em Portugal. Nele, se realizou o (segundo) referendo sobre a “Interrupção Voluntária da Gravidez” (designação oficialmente adotada) realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas de gestação, e do qual o “sim” saiu vencedor. Em consequência, foi publicada a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, que despenaliza a ivg. Em 2005, o Partido Socialista (ps) tinha inscrito no seu programa eleitoral a realização deste novo referendo, empenhando-se na campanha pelo “sim”, o que constituiu, sem dúvida, um fator

Outra militante que também faz parte dessa investigação é a Sara Amâncio:

Na faculdade de Ciências integrei a direção estudantil do PCP. Quando entrei para a faculdade de Ciências, em 1963, integrei a direção estudantil do PCP. Participava na atividade associativa legal, na Mesa da Assembleia Geral da Associação, e na atividade clandestina da organização. A minha função era controlar os liceus. A direção estudantil tinha reuniões clandestinas, geralmente fora de Lisboa, com o funcionário do Partido, o Nuno Álvares Pereira, que acabou por nos entregar a todos (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017).

Posso refletir que a atividade de controlar os Liceus não era uma tarefa apenas feita por homens. De acordo com o relato, considera-se que a execução dessa tarefa demandava tempo, rigidez e atenção, pois, as circulações das informações tinham que ser restritas para não serem espalhadas para os sujeitos que não faziam parte daquele processo de luta. Sara narrou sobre o evento realizado no primeiro ano letivo da faculdade:

Lembro-me que, no meu primeiro ano letivo na faculdade, organizámos mais um Dia do Estudante. A iniciativa foi novamente proibida, e o recuo passou por promover um jantar na Associação de Ciências (hoje Teatro da Politécnica). Em determinada altura, chega um senhor vestido com a farda das Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade, que nos diz que tem de ir ver o quadro, devido a um problema elétrico. A verdade é que nunca mais apareceu e nunca mais tivemos luz. Era, com certeza, alguém enviado pela PIDE e nós, crédulos, caímos que nem uns patinhos. Tivemos de ir buscar velas e as batatas fritas foram substituídas por outra coisa qualquer. Mas o jantar reuniu imensa gente (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017).

As diversas investidas para derrubar as lutas contra o regime aconteciam em toda parte e com os mínimos detalhes. Possivelmente, por mais que esses sujeitos estivessem escondidos por trás da clandestinidade, eles foram traídos e denunciados ao PIDE. Embora a ação de cortar a energia, de certa forma, tenha sido trivial, já que a reunião aconteceu mesmo à luz de velas, a militante narrou que em outra ocasião a PIDE a levou presa junto com outros colegas por conta do envolvimento com o movimento.

Fui presa a 21 de janeiro de 1965. Dois anos depois de entrar para a faculdade, já estava em Caxias com toda a organização. Fui presa a 21 de janeiro de 1965, com um colega, num quarto alugado, onde estivemos a embrulhar imprensa clandestina. Às cinco da manhã, entrou a PIDE. Além da imprensa, a PIDE apreendeu uns *gadgets* [uns detonadores e afins], que tinham vindo dos militares, o que deu oportunidade à acusação de terrorismo. [...]. Quando fui presa, levaram-me para a António Maria Cardoso e, no mesmo dia, para o Reduto Sul de Caxias com as outras companheiras. Primeiro colocaram-nos em celas muito grandes, com muitas mulheres. Depois, foram-nos separando à medida que os interrogatórios avançavam e, finalmente, passámos para o Reduto Norte, que tinha salas de quatro pessoas. Nessa altura, éramos duas do nosso grupo. A acompanhar-nos estiveram primeiro duas funcionárias e depois foram rodando algumas pessoas (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017).

importante para o resultado desta consulta, depois de mais de trinta anos de reivindicações feministas”. Para maiores informações consultar: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n204/n204a04.pdf>.

É possível considerar que a prisão da militante aconteceu por conta de denúncias, o que era muito comum nesse período. Contou em seu relato que um amigo avisou a seu grupo que a única forma deles se manterem livres da PIDE era se infiltrando ainda mais na clandestinidade. Entretanto, Sara tinha questionamentos e, em suas palavras: “A reflexão era muito complicada. Tinha dezoito anos e um projeto de vida que não passava só pela resistência antifascista, mas também pela ciência, pela investigação. Para mim, isso era algo que estava bastante definido. E, de facto, tudo se precipitou muito rapidamente” (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017). Embora a militante tenha feito essa reflexão, ela foi presa com outras companheiras e quando foi julgada, foi a única mulher que teve que cumprir pena, as demais foram liberadas. No que toca ao seu julgamento, alegou para os juízes que:

Nas minhas alegações acabei por falar sobre a liberdade para as associações de estudantes, a participação dos estudantes na vida académica, a realidade social do país, a liberdade de expressão... não entrávamos na componente política. O Jorge Sampaio dissuadiu-me de falar sobre a guerra colonial no julgamento. Alguns colegas, rapazes, falaram sobre a guerra colonial. Apesar de ser estudante de Biologia, os dois professores, dois homens não alinhados com o regime, que tive como testemunhas tinham sido ambos meus professores de matemática, no liceu e na faculdade. O mais stressante psicologicamente foi perceber que não havia nada para esconder (*Mulheres de Abril*, relato de Sara Amâncio, 2017).

Observar as estratégias utilizadas pelas militantes para tentarem burlar as prisões, questionamentos e torturas é um fator a ser considerado dentro do ramo das suas atuações. Durante o seu julgamento, Sara evitou entrar nos assuntos relacionados à política, buscando justificar sua defesa a partir do discurso das liberdades, sejam elas das associações ou de expressão.

O período na prisão durou 13 meses, onde a solidão se fez presente. Outros dados são os exemplos de tortura que sua amiga de cárcere estava sujeita, episódio que foi preciso muito equilíbrio psicológico, de acordo com a militante. Assim que saiu da prisão, o medo de ser levada novamente ainda era algo intenso em sua vida, mas, mesmo assim, não desistiu da atividade política que, de certa forma, era realizada sob cuidados atenciosos. Essa efervescência política em sua vida não a impediu de se tornar professora universitária e continuar na busca por melhorias políticas na sociedade.

A militante Carmelinda Pereira, que integrou os movimentos estudantis, alertou nos primeiros instantes do seu relato sobre a sua insegurança no que toca à importância da sua narrativa:

Mesmo sem fazer parte das pessoas que comeram o pão que o diabo amassou, nomeadamente aquelas que passaram pelas prisões e pela tortura, e quase todas por bem difíceis condições de vida, terei tanto para dizer? Tanto do que foi a circunstância que fez de mim uma jovem militante, a querer agarrar a vida, como é próprio da generalidade dos jovens, a querer abrir todas as portas, para a razão de ser das coisas, para intervir sobre elas, para mudar a vida (*Mulheres de Abril*, relato de Carmelinda Pereira, 2017).

É interessante pensar como nesse trecho da fala de Carmelinda o comprometimento com a não importância de suas ações, por conta de não ter sido torturada e presa, incide em sua fala. Mas, isso não é apenas uma particularidade dessa militante durante as entrevistas realizadas na cidade de Salvador, com mulheres brasileiras, a insegurança em considerar que seus relatos não possuem utilidade, também foi algo comentado. De forma diferente das outras mulheres, os primeiros passos da perseguição do PIDE em relação a Carmelinda começou quando ela estava dando aula no ensino primário:

Procurando pôr em prática os ensinamentos que ia recebendo nas reuniões do Movimento da Escola Moderna (MEM), incentivava os meus alunos uma turma de meninos da então chamada quarta classe a escrever por gosto, quando se sentissem inspirados para o fazer. Tratava-se de texto livre, que cada um poderia escrever no seu caderno de textos, mostrando-me apenas aqueles escritos que quisesse partilhar. Esses eram corrigidos, enquanto os outros ficavam pertença exclusiva do autor. Ao dar a volta à mala da Joana (nome fictício) uma das meninas da minha classe, o pai abriu o seu caderno dos textos. O pai da Joana ficou estupefacto. No caderno da filha havia textos sem qualquer correção, inclusive dos erros de ortografia. Entre estes, havia um em que a menina falava da guerra de Angola, onde ela estivera a viver com os pais. O pai da Joana considerou que aquele texto era fruto da ação da professora sobre a filha. Uma professora que *em vez de ensinar os meninos a ler e a escrever corretamente, os punha a escrever sobre a guerra no Ultramar*. E, assim, eis quando menos esperava recebo a visita de homens à paisana, a PIDE dentro da minha sala de aula acompanhados pela Diretora do colégio, que dificilmente disfarçava o seu susto. Era o mês de Maio de 1973. Nas paredes da sala de aula estavam expostos os cartazes sobre as profissões, organizados a partir da forma com as crianças as tinham apreendido procurando enumerar os diferentes tipos de trabalho necessário para construir todo o tipo de utensílios por elas usados, do livro à cadeira (*Mulheres de Abril*, relato de Carmelinda Pereira, 2017).

Embora a intenção da militante não tenha sido fazer resistência na sala de aula, a partir da produção de textos, a interpretação que o responsável pela aluna, possivelmente, apoiador do regime fez a respeito dessa atividade culminou nessa situação desconfortável e crítica em relação à PIDE, à escola e Carmelinda. A sua militância no movimento estudantil começou durante o ano letivo de 1971-1972:

[...] o meu mergulho na luta política no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), Instituto que frequentei como trabalhadora estudante, a partir do ano letivo de 1971-1972. Não podia compreender nem aceitar que as Direções das diversas Associações de Estudantes, das instituições do Ensino Superior existentes em Lisboa, não organizassem a mobilização geral de todos os estudantes contra a ofensiva do Regime e das suas Polícias. Por que razão teria de haver greve de uma semana só no Técnico, quando a Polícia atacava os seus estudantes? E, em seguida, havia o ataque

em Letras e havia uma outra semana de greve só nesta Faculdade? E assim sucessivamente, numa situação que exigia a unidade de todos. Só em 1973, quando a PIDE assassinou Ribeiro dos Santos, estudante do MRPP, em Economia aconteceu esta resposta geral e espontânea, sem a convocatória das Direções das AEs. Uma resposta que fez tremer o Regime. Frequentei o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), até ao terceiro ano. A permanência no ISPA foi interrompida, no ano letivo de 1973/74, pela minha expulsão, devida a ter-me envolvido nas lutas académicas. Voltei a ingressar no ISPA após o 25 de Abril, mas nunca completei esta Licenciatura, por ter colocado à frente a atividade política (*Mulheres de Abril*, relato de Carmelinda Pereira, 2017).

A vida de Carmelinda foi atravessada pela militância, mesmo quando ela ainda não tinha essa intenção. Embora os percalços, tais como a sua expulsão do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), devido ao envolvimento nas lutas, como também não ter finalizado a licenciatura, a importância de sua participação no movimento estudantil e seus relatos permite que a historiografia tenha acesso a narrativas que, por muito tempo, foram silenciadas/apagadas da história oficial.

Essas narrativas, analisadas ao longo desse capítulo, tanto do Brasil como de Portugal, me fez apreender que, por mais que estivessem envolvidas em um movimento, nesse caso foi o estudantil, cada militante experienciou suas lutas na resistência de maneira singular. Entretanto, as barreiras relacionadas ao gênero que estavam presentes nas narrativas, foram vividas de maneira diferente, levando em consideração os contextos geográficos, racial e de classe que influenciaram nessas experiências.

A partir das observações realizadas nos dois contextos anteriores, é possível estabelecer uma breve análise comparativa. No que diz respeito ao Brasil, é possível perceber que as atividades se deram de maneira mais intrínseca no ambiente de estudantil universitário, não abrangendo outros espaços e sem ocorrências de prisões, salvo o caso de uma única militante.

Sobre Portugal, as militantes também estiveram envolvidas em atividades estudantis, entretanto, suas mobilizações também atingiram espaços das cidades, o que permitiu que fossem vistas pelos órgãos de segurança como uma perturbação à ordem, tendo como consequência prisões e torturas. Contudo, essas nuances não significam que as atividades apresentadas em um contexto foram mais devastadoras que outras, apenas que foram contextos diferentes e nuances diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurei compreender a atuação e a condição de sujeitos políticos conquistados pelas mulheres universitárias, na oposição das ditaduras em Salvador (Brasil) e Coimbra, Lisboa e Porto (Portugal), durante os anos de 1964-1975. Foi necessário contextualizar o protagonismo das mulheres em função de três aspectos: por um lado a existência de os contextos geográficos, com culturas, tradições, economia e raça dessemelhantes; por outro lado o autoritarismo e totalitarismo dos regimes, baseado em preceitos e manifestações conservadoras que limitava/dificultava a participação pública das mulheres, moldurando-as em posturas sociais que eram esperadas pelo feminino. Por fim, o período de emergência dos movimentos contestatórios, entre eles o feminista, permitindo que a experiência de lutas por novos espaços sociais, fossem sentidas, mesmo que de maneira dispares, em diversas partes do Globo, inclusive Brasil e Portugal.

Atravessando a história das militâncias, em ambos os regimes, por meio das entrevistas e relatos das mulheres, foi possível verificar que o quadro social de desigualdades sexuais foi refletido nas atuações oposicionistas das mulheres, em três aspectos observados: primeiramente, na sua atuação marcante nos bastidores; em segundo lugar, na presença reduzida de mulheres em comparação ao número de homens; em terceiro, na maior excussão de atividades relacionadas ao feminino, como cuidar, zelar, organizar, ou seja, atuação vista como desimportante, no que toca, as posições de destaque político.

Identifiquei também que as mulheres estiveram presentes na oposição substancialmente de duas formas. Em uma postura mais “experencial”, onde a participação política ocorreu no ambiente privado, dissolvendo-se, em parte, em vivências do dia a dia. E em uma postura mais “combatente”, concretizada na experiência da militância dos movimentos estudantis, das organizações, panfletagens, formalizadas na atividade política. Contudo, as duas formas de estar na oposição tiveram em comum, o vínculo da vida política com a vida do cotidiano, afinal, como afirmavam as feministas dos anos de 1960, “o pessoal também é político”.

A participação das mulheres na oposição universitária permitiu que novas dinâmicas de experiências no espaço público colaborassem para a consolidação de identidades femininas mais independentes e que fugissem dos resquícios patriarcais previstos nos ditames do comportamentais da sociedade, aspirando realidades outras para as mulheres, com diferentes interpretações do que era ser mulher na década de 1960, tanto no Brasil como em Portugal.

Com relação à pergunta inicial que conduziu a esta investigação, e de acordo com os contextos das narrativas, e a tonicidade de cada atuação, considero que as ações das mulheres

universitárias se concentram em dois seguimentos: primeiro no que tange, aos aspectos de ações emancipatórios e autônomos, e segundo com as interferências dos elementos da composição social que postulavam a condição das mulheres como inferior. Ou seja, as mulheres dialogavam no seu cotidiano a partir da identificação com a autonomia e com a insignificância, que foram proporções que existiram na frente de oposição universitária que as mulheres enfrentaram.

Um tema como o da atuação das mulheres universitárias nas ditaduras portuguesa e brasileira, até agora completamente acanhado pela história e sociologia, é demasiadamente denso para ser desenvolvido em investigação de mestrado. O que aqui foi apresentado é uma abordagem que visa contribuir para a historiografia, assim, tanto ficou por detalhar mais especificamente questões e problemáticas posicionadas, como não houve possibilidade de inserir histórias de militância de outras mulheres. Entenda-se, portanto, esta investigação como o despertar de uma dinâmica interpretativa, cujo conhecimento pode ser ampliado com pesquisas futuras.

Contudo, quero continuar despertando caminhos, com narrativas de mulheres que atuaram e sonharam com um mundo melhor, mais justo e democrático, onde todes pudessem ter seus direitos respeitados, sem precisar questionar a sua importância. Que a leitura desta dissertação tenha acendido novas expectativas, não apenas referente a atuação de mulheres e suas autonomias e independências, mas também na perseverança constante da luta para a construção de dias melhores, para todes nós.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMADA, Pablo. A cultura política de 68: reflexões sobre a resistência estudantil no Brasil e em Portugal. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 123-143, 28 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n2p123>. Acesso em: 29 mai.2020.

ANDRADE, Andreza. de O.. Gênero e História das Mulheres: diálogos conceituais. In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH - PB, 2008, Guarabira. **História e Historiografia: entre o nacional e o regional**. Campina Grande: Editora da UFCG, v. 1. p. 1-16, 2008.

ARENDRT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. — São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 1985.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: Formas e transformações da memória cultura**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BEBIANO Rui; SILVA Alexandra. A reidentificação do feminino e a polêmica sobre a – Carta a uma Jovem Portuguesa. Coimbra, **Revista de História das Ideias**, 2004.

BEBIANO, Rui. **O poder da imaginação: juventude, rebeldia e resistência nos anos 60**. Angelus Novus – Editora, 2003.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história *In*: Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 16° ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRISTOT, Lidia Schneider. **Ser Revolucionário ou Revolucionária: discursos sobre juventude na esquerda armada latino-americana (Brasil e Uruguay, 1959-1973)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 167. 2018.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, p. 243, 2008.

CASTILHO, Eriberto Peres. Teoria do Autoritarismo e o “mito da ditabranda”. **Anais**, II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

CONRAD, Sebastian. **Abordagens concorrentes & História Global: uma abordagem distinta**. Lisboa: Edições 70, 2019.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.17, n.2, 2005.

CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos. Estado Novo português e Estado Novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (décadas de 1930 e 1940). **Encontro Internacional ARQUIMEMÓRIA** – Sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador- Bahia. 14 a 17 de maio de 2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SANTANA Ediane; SOBRAL Rebeca. As mulheres e as Marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. *In*: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO Eulália Lima; GOMES Márcia (Org.). **Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional**. Salvador: UFBA, p. 206. 2005.

COSTA, Claudia de Lima. Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: Feminismo Em Questão, Questões Do Feminismo. **Cadernos Pagu** (16) 2001: p.13-30.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Os dizeres das regras: Um estudo sobre manuais de civildade e etiqueta. *In*: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004, Curitiba/PR. CD Rom/ III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: PUC/PR e SBHE, 2004. v. 1. p. 60-75.

COLLING, Ana Maria. As mulheres na ditadura do Brasil. **História em revista**. Revista do núcleo de documentação histórica, v. 10, 2004.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope**, 17, 1997, p. 71-94.

CRUZ, Manuel Braga da. *et al.* A condição social da juventude portuguesa. **Análise Social**, vol. XX (81-82), 1984, p. 285-308.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

ESTANQUE, Elisio. Juventude, boemia e movimentos sociais: culturas e lutas estudantis na universidade de Coimbra. **Política & Sociedade**. Volume 9 – nº 16 – abril de 2010.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, Campinas, (8): 183-238, jun. 1997.

FERNANDES, Ivoni de Souza. Juventude: uma categoria sócio-histórica. **XII Congresso Nacional de Educação** – EDUCERE, PUCPR, 2015.

FERRARI, Taiza Lira. **Reverendo a História do Movimento Estudantil Brasileiro**. Projeto apresentado à Secretária do Estado de Educação – SEED, Cascavel – PR, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

GARCIA, Marco Aureliano. O gênero da militância notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos pagu** (8/9), 1997, p.319-342.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Faria Ingrid; TRINDADE, Zeidi Arajuu; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância** – Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Editora: UFMG, Belo Horizonte, 2012.

GORJÃO, Vanda. **Mulheres em Tempos Sombrios**. Ed. Imprensa de Ciências Sociais - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. p. 269-287, 2006.

GUIMARÃES, Bruno Menezes Andrade. Em nome da moral e dos bons costumes: notas para pensar pesquisas em comunicação, política e bancada evangélica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Joinville – SC, 2018.

GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca. Contracultura nos Estados Unidos e Contracultura no Brasil: Um estudo comparado. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindoia. **Anais** do 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos** – O Breve Século XX (1914-1991). São. Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

hooks, bell. **E eu não sou mulher?** Tradução: Bhuvli Libanio. 3º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. “Conservatism as an Ideology”. **The American Political Science Review**, Washington, DC, 51, n. 2, p. 454-473, jun. 1957.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. Moralismo e Nacionalismo nos projetos educacionais do Brasil na Primeira República. **Anais**, XXIX Simpósio Nacional de História, UNB- Brasília, 2017.

JAMENSON, Frederic. Pós-modernismo e política. *In: Periodizando os anos 60*. Tradução Cesar Brites – Maria Luiza Borges. Rocco, Rio de Janeiro, 1992. p. 81-126.

KORNIS, Monica; HEYE, Thomas Ferdinand. **TFP**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>.. Acesso em: 06 jun. de 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Mas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 3ª reimpressão: novembro de 2012.

MADERS, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10(19): 91-115, jul.-dez. 2010.

MENEZES, Raquel. Novas Cartas Portuguesas: um gesto de amor político a muitas mãos. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, v. 7, n° 14, 1° sem., abril 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012, pp. 243-262.

MORAIS, Paula Fernanda da Silva. **Portugal sob a Égide da Ditadura**: o rosto metamorfoseado das palavras. Tese de Mestrado em teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Universidade do Minho. 2005.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUNHOZ, Sidney José. A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003**. Disponível em: [Guerra Fria e repressão política no Brasil \(1947-1953\) \(anpuh.org\)](http://www.anpuh.org). Acesso em: 19 mai. de 2021.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Editorial Estampa. Lisboa. 1987.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV, 1990, p. 139-165.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. vol.24, n.1, p. 77-98. 2005.

PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986.

PINHEIRO, Igor Fernandes. **É isso aí Bicho!** Contracultura e Psicodelia no Brasil. Rio de Janeiro. Multifoco, 2013.

PIOZEVAN, Adriane; JUNIOR, Antônio Fontoura. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. **Anais**, VII Congresso Internacional de História. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/727.pdf>. Acesso em: 09 fev. de 2020.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, v.2 no. 3, 1989, p. 3-15.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas Da Família, Com Deus Pela Liberdade E O Golpe De 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 150. 2004.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, p. 329. 2017.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RODRIGUES, Miguel Urbano. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa**: rotas entrecruzadas. São Paulo: Editora da Unesp; Edusc, 2003.

ROSZACK, Theodore. **A Contracultura**. Petrópolis. Vozes, 1972.

SANTOS, Allana Letticia dos. **Eu sabia que minha guerra não era contra o jubramento, minha guerra era contra o governo**: a militância feminina no movimento estudantil da UFBA (1968-1980). Monografia (Curso de Licenciatura em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

SANTOS, Catarina Rafaela Rodrigues. **A CIA em Portugal entre 1960 e 1974**: o olhar americano. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, maio de 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

SETEMY, Adrianna. **Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão.** São Paulo (SP): Letra e Voz, 2019.

SHIMIDT, Maria Luisa S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: Memória Coletiva e Experiência. **Psicologia USP**, S. Paulo, v.4 n.1/2, p. 285-298, 1993.

SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.

SILVA, Ricardo George de Araújo; GALVÊ, Napiê. O totalitarismo e seus recursos sob a perspectiva de Hannah Arendt. **Kalagatos – Revista de Filosofia**, Fortaleza – CE, v. 7, n. 13, 2010.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SIMPSON. Ducan. A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v.18, n.1, p. 89-110 2012.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007).** Tese (Doutorado em Estudos sobre as mulheres) - Universidade Aberta, Lisboa, p. 636. 2008.

TORRES, Carla Michele Ramos. A União Nacional dos Estudantes: História, Educação e Política no Brasil na década de 1960. **Reunião Científica Regional da ANPED**, UFPR – Curitiba, 2016.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. *In*: **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**, BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Org.). São Paulo, Marco Zero/ Fundação Carlos Chagas, 1994.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, p. 86-107, dezembro 2015. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/>>. Acesso em: 15 ago. de 2020.

VICENTE, Ana. Do autoritarismo e das mulheres nas segunda e terceira Repúblicas. **Revista História das Ideias**. Vol. 16, 1994.

VIDAL. Camila Feix. O Movimento Conservador Norte Americano da Década de 1950 e Percepção Conservadora a Respeito da Sociedade, Economia e Política Externa. **Revista Tomo**, n° 23, 2013.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. (PAG.21)

ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 87-101, 2010.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexíssimo e o racismo. Universidade Federal de Goiás: **Revista ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**, v. 1, 2010.

DOCUMENTOS USADOS

BRASIL. Constituição (1967)]. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm. Acesso em: 09 mai. de 2020.

CARTA A UMA JOVEM PORTUGUESA. Órgão da Associação Académica de Coimbra, 1961.

DECRETO nº 20.315/67, 1967.

DECRETO-LEI nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970.

DECRETO-LEI nº 40.900, 1956.

DECRETO Nº 44.632, DE 17 DE OUTUBRO DE 1958.

LEI SUPPLY 4.4.60, 1964.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Vaticano. 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 16 jul. 2020.

PIO XI. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**. Vaticano. 1931. Disponível em: http://www.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 17 jul. 2020.

PORTUGAL. Constituição (1933). Artigo 5º. Texto publicado no Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933, nos termos do Decreto nº 22 241, dessa data; submetido a plebiscito em 19 de Março de 1933; e entrado em vigor em 11 de Abril de 1933 com a publicação no **Diário do Governo** da acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do plebiscito.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MEMÓRIA E VERDADE – Milton Santos, realizado em 2014, na Universidade Federal da Bahia.

Entrevistas

AMÂNCIO, Sara. Depoimento ao projeto Mulheres de Abril. **Acervo Esquerda.net, 2017**. Disponível em: Mulheres de Abril: Testemunho de Sara Amâncio | Esquerda. Acesso em: 09 abr. de 2018.

DORALICE. Salvador, Brasil, 10/07/2018. Entrevista concedida a Allana Letticia dos Santos.

ELISA. Salvador, Brasil, 10/05/2018. Entrevista concedida a Allana Letticia dos Santos.

GÓIS, Maria. Depoimento ao projeto Mulheres de Abril. **Acervo Esquerda.net, 2017.**
Disponível em: Mulheres de Abril: Testemunho de Manuela Góis (Manu) | Esquerda. Acesso em: 05 mai. de 2018.

MARQUES, Graça. Depoimento ao projeto Mulheres de Abril. **Acervo Esquerda.net, 2017.**
Disponível em: Mulheres de Abril: Testemunho de Graça Marques Pinto (Magaça)Esquerda. Acesso em: 16 jul.de 2018.

PEREIRA, Carmelinda. Depoimento ao projeto Mulheres de Abril. **Acervo Esquerda.net, 2017.** Disponível em: Mulheres de Abril: Testemunho de Carmelinda Pereira | Esquerda. Acesso em: 25 jul.de 2018.

RAQUEL. Salvador, Brasil, 24/04/2017. Entrevista concedida a Allana Letticia dos Santos.

RITA. Salvador, Brasil, 10/06/2018. Entrevista concedida a Allana Letticia dos Santos.

SÁ, Maria. Depoimento ao projeto Mulheres de Abril. **Acervo Esquerda.net, 2017.**
Disponível em: Mulheres de Abril: Testemunho de Maria Etelvina Sá | Esquerda. Acesso em: 20 ago.de 2018.

SUZANA. Salvador, Brasil, 10/04/2018. Entrevista concedida a Allana Letticia dos Santos.

SITES CONSULTADOS

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, dezembro de 1958. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 09 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, janeiro de 1959. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 09 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, julho de 1959. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 05 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, agosto de 1959. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 04 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, janeiro de 1960. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 02 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, março de 1960. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 15 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, dezembro de 1960. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 10 abr. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, agosto de 1962. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 06 jun. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, junho de 1962. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 09 jun. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, junho de 1962. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 04 mai. de 2020.

Jornal *Portugal Democrático*, São Paulo, outubro de 1962. Disponível em:
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 02 mai. de 2020

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mulheres militantes do Brasil

Nome	Curso – UFBA	Idade de ingresso no Movimento Estudantil	Outras informações relevantes
Raquel	Psicologia	21 anos	Realizou a militância entre os anos de 1971-1976.
Suzana	Estudos Sociais	22 anos	Realizou militância entre os anos de 1970-1975.
Elisa	Matemática	22 anos	Realizou militância entre os anos de 1970-1974.
Rita	Letras	23 anos	Realizou militância entre os anos de 1972-1976.
Doralice	Estudos Sociais	21 anos	Realizou militância entre os anos de 1968-1973.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

APÊNDICE B – Fichas policiais das estudantes portuguesas presas pela PIDE

Um dos vetores pontuados no momento da seleção das fichas foram as datas estarem de acordo com o recorte temporal da presente pesquisa. Ressalto que esse documento é de caráter confidencial, e por conta disso, ocorre a necessidade de deletar algumas informações que não é do campo de interesse, tais como: número do processo, filiação e residência. Para tornar a narrativa mais próxima do real, e a fim de evitar a utilização de códigos como números, letras e iniciais, iremos utilizar nomes fictício que de forma alguma fazem alusão ao nome verdadeiro. Ademais segue o modelo da ficha:

Nº:	
Nome e alcunha:	
Estado:	Profissão:
Naturalidade:	Data de nascimento:
Filiação:	
Residência:	
Outras indicações:	
Número do processo de valores ou documentos apreendidos:	
Biografia Prisional:	

Fonte: Elaborada pela autora ().

APÊNDICE C – Mulheres militantes de Portugal

Nome	Curso	Idade de ingresso no Movimento Estudantil	Informações relevantes
Graça Marques	Direito	18 anos	Em 1968 foi ativista do movimento estudantil e colaboradora da secção cultural da Associação de Estudantes.
Maria Sá	Direito – Coimbra		Em 1968, militante do movimento estudantil, onde participou ativamente do processo de redemocratização.
Manuela Góis	Economia		Entre os anos de 1967-1969, nos últimos do liceu participou no MAESL (Movimento Associativo do Ensino Secundário de Lisboa). Em 1969, entrou para o curso de Economia, onde atuou no movimento estudantil.
Sara Amâncio	Faculdade de Ciências		Em 1962, quando estava no Liceu participava de atos e organizava marchas. Em 1963, entrou para a faculdade de Ciências e integrou a direção estudantil.
Carmelinda Pereira	Psicologia		Ingressou no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), no ano letivo de 1971-1972, onde participou da luta política contra o regime ditatorial no movimento estudantil.

Fonte: Elaborada pela autora ().

ANEXOS

ANEXO A – Acervo - Movimento Democrático de Mulheres

Em 19 de Maio de 1954 foi assassinada Catarina Eufémia. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, [1968 e 1975].

Para que em maio floresçam os cravos da liberdade. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, [1968 e 1975].

Os preços sobrem. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, [1968 e 1975].

Onde deixo as nossas crianças? **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, [1968 e 1975].

8 de março dia internacional da luta. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, 1973.

Comunicado da imprensa n° 150 – Comunicado do Movimento Democrático de Mulheres. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, 1974.

Às mulheres do distrito de Coimbra. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, 1973.

Linha de orientação no momento político atual. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas. [1968 e 1975].

Mulheres pela democracia contra o fascismo. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, 1974.

Mulheres Portuguesa. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, 1974.

Mulher portuguesa participa na Jornada Internacional da Mulher, **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas, 1975.

Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas – Direito de voto aos analfabetos. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas. [1968 e 1975].

Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas - Projeto. **Movimento Democrático de Mulheres**. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, folhas avulsas. [1968?].

ANEXO B – Carta para uma jovem portuguesa

ORGÃO DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
 N.º 130 — 19 de Abril de 1961 — (AVENÇA)


 DIRECTOR E EDITOR
CARLOS M. CANDAL
 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
PALÁCIO DOS GRILOS
 Composto e Impresso na «GRÁFICA DE COIMBRA»

Carta a uma jovem portuguesa

Vou escrever para ti, jovem portuguesa e particularmente para ti, jovem estudante da nossa cidade. Não tenho a fazer a apologia de qualquer ideal; ensinar-te qualquer doutrina, defender fanaticamente uma moral. Impõe-me ou seduzir-te. Não sou mais nem observador junto duma juventude. Sou um jovem que vive dentro duma realidade juvenil, a querer compreender e a querer ver afirmar-se. Por essa afirmação eu quero combater. A minha realidade é igual à tua. Somos jovens. A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental. Do estatismo e da inibição.

Só nos é permitido atravessar o muro para cada um de nós. E eu escolho-te a ti jovem portuguesa. Tu que estás submissa e passiva no canto onde te procuro. Tu que tens os olhos azuis ou negros. Como saber? Tu vens cega e só porque sa-

bes que tens de vir. Tu que coras e me desconheces. Que tremas e que sorrias. Tu para quem eu sou só a presença perturbante de um dos que estão no mundo do lado de lá. Tu que vens abulica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para dizeres; que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir. Tu para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Tu vítima de todos nós e de ti mesmo. Tu vítima do nosso desejo não concretizado e portanto falsado e iludido. Tu que esperas dentro duma serenidade confusa e depois diante de mim desconfias, te inquietas e mentes. Tu que eu não quero escolher mas tenho de querer escolher. Tu, Jovem portuguesa.

Escolhi-te e tu vens estás comigo. Estás no caminho comigo. Olham-te demais e há um passado demasiado pesado para poderes estar à tua livre e serena. Tens a necessidade íntima duma segurança. E ela só vem com a permanência, com a persistência; com a rotina formal; com um ritmo marcado e aceite que não podes que-

(Continua na 4.ª página)

ALGUNS PROBLEMAS DO ENSINO DA FILOSOFIA EM PORTUGAL

O PONTO DE VISTA DE UM ALUNO

Ao constatar o escasso interesse nacional pelos problemas de Filosofia, em breve verificamos que ele se enraíza em uma razão histórica longínqua que depois não foi corrigida. Efectivamente, Portugal sofreu com atraso notável o reflexo dos movimentos intelectuais da Europa. O Renascimento literário vindo da Itália, o absolutismo político oriundo de França e Inglaterra, o Romantismo de fonte alemã, assim como o liberalismo económico, o simbolismo poético ou existencialismo filosófico, são apenas algumas das correntes que poderíamos citar para provar que, no nosso País, as ideias têm chegado retardadas, embora aqui lhes tenha sido, depois, dada uma feição nacional ou nacionalista, confirmada por alguns historiadores. Não sucedeu o mesmo ao campo científico, na época dos Descobrimientos, que nunca será demarcado ou qualificado, não como supérfluo ou baluarte mas como estimulante. Durante o período medieval, no

ponto de vista filosófico, pudemos manter-nos ao nível geral do continente. O domínio europeu do latim, fomentado e comentado pela Igreja, as frequentes viagens de religiosos dedicados à investigação, pelos conventos das Ordens respectivas, que se espalhavam ramificados pela Europa, foram dois dos factores mais importantes que puderam manter uma relativa unidade até ao aparecimento da Reforma.

Ora Portugal não sofreu a Reforma de maneira tão sensível quanto aos outros países. Os pro-

POR
RAUL MENDES SILVA

blemas postos pelos pensadores reformistas exigiram um trabalho infatigável nos campos da Cultura. A nossa falta de interesse filosófico começa, pois, a verificar-se a partir da revolução da Idade Moderna. Uma relativa emancipação intelectual do nosso País coincidiu com uma época toda voltada para as buscas científicas, com consequente menosprezo pelos problemas metafísicos.

Causas destas resultantes históricas são ainda os condicionamentos geográficos, económicos, políticos e religiosos (dado fundamental). Em resumo, não temos uma tradição filosófica.

Passemos, porém, à questão, tal como se põe actualmente na nossa Universidade, sem curar tanto de razões anteriores, nem analisar o condicionamento à escola nacional — por motivos óbvios.

Omitimos aqui tratar aquilo que consideramos defeito no ensino da Filosofia nos Liceus Portugueses, o que guardamos para ocasião posterior.

(Continua na 2.ª pág.)

O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO E A SAÚDE PÚBLICA — 2

O princípio da totalidade que sucedeu, nas ciências biopsicológicas, ao atomismo orgânico e funcional, ultrapassou, na teoria e na prática, o domínio do organismo humano, tomado no sentido individual, para se estender ao organismo social.

Tal como aquele princípio nos ensina a considerar o homem como um todo em que as partes componentes não podem ser estudadas separadamente, mas, pelo contrário, nas suas relações umas com as outras e com o todo, também, do ponto de vista sociológico, ele nos conduziu à aplicação e ao tratamento do organismo social através do estudo das peças relacionadas entre si e do conjunto que elas constituem.

Esta aplicação do princípio da totalidade em relação à sociedade já se antevia quanto ao comportamento dos indivíduos no convívio entre si, que se realiza segundo esquemas normativos jurídicos e morais que regulam a vida em comum e limitam a expressão espontânea da personalidade.

Mas nas relações mais complexas entre os indivíduos e o Estado, o homem sofre amputações profundas da sua individualidade em proveito da pluralidade — entendá-

se aqui por comunidade —; e cada parte da sua unidade pessoal em favor dos outros elementos constitutivos do grupo, que, por sua vez, se sobrepõe, na sua totalidade, às suas partes componentes.

O homem, ao despojar-se, assim, em benefício dos outros, de uma parte de si mesmo, para colaborar na constituição do todo social, tor-

PELO
Dr. Guilherme de Oliveira

na-se, sem dúvida, menos livre, mas, também, mais forte, porque o que cede de si recupera-o em maior segurança na luta existencial. Não está só! Se depende do todo, este também depende dele. O todo, para se manter, é obrigado a manter as partes de que é formado. A sobrevivência, a força e o equilíbrio de cada parte é fundamental para o desenvolvimento e a manutenção do todo, pois que se é certo que a parte está ligada às outras partes e, portanto, ao todo, por um compromisso de alguma coisa que se desprende dela, também o todo é obrigado a dar às partes uma parcela do que recebe de cada uma delas e de todas!

(Continua na 3.ª pág.)

Comunicado da Direcção Geral da A. A.

A Direcção da Associação Académica de Coimbra, no transe grave que a vida da Nação atravessa, deliberou levar a efeito uma extensa subscrição de donativos a favor das crianças que foram vítimas dos trágicos acontecimentos de Angola.

A subscrição em listas iniciará-se a 6 de maio das aulas e, para o efeito, será pedida a colaboração das «Repúblicas», cuja acção na Academia muito se tem incrementado ultimamente; no entanto, actuais e antigos estudantes residentes fora de Coimbra e quaisquer outras pessoas que queiram colaborar nesta campanha, poderão enviar desde já os seus donativos para a Associação Académica.



ANEXO C- É preciso preparar os jovens para a vida

É Preciso Preparar os Jovens Para a Vida

Indispensável Criar Escolas Para os Pais — O Problema do Sexo — Debates na Associação Cristã de Moços

A O leitamos nesses debates sobre as relações entre pais e filhos nos dias atuais, queremos antes de mais nada registrar a opinião "juventude transeida", de um momento em momento tempo, mas que ainda precisa a uma opinião que deve ser tomada e corrigida. Está longe de representar o verdadeiro comportamento da juventude brasileira.

Com essas palavras, o General Darcy Vilça, diretor da A.C.M. e professor do Colégio Militar, abriu a mesa-redonda se sobre a A.C.M. como parte das comemorações de "Dia dos Pais", que se realizou no dia 15 de maio. Participaram a mesa, além do General Vilça, a Professora Iracema de França Campos, diretora do Grupo do Colégio Beneficente Major Herógenes de Andrade e Major Tito Alves, ambos professores do Colégio Militar. O auditorio era composto predominantemente de jovens entre 14 e 22 anos.

Os Problemas da Juventude

— Não estamos aqui para resolver definitivamente os problemas dos jovens — explicou a Professora Iracema de França Campos. Os problemas fazem parte da vida, e se queremos resolver alguns problemas para outros a solução daqueles que não podemos resolver. O que pretendemos é auxiliar os jovens dos elementos necessários para que eles próprios tenham capacidade de resolver seus problemas, enfrentando-os corajosamente. Além, não podemos querer de nossa juventude — acrescentou o Major Herógenes de Andrade — cooperativamente com demais pais, e número de delinqüências juvenis entre nós é bastante pequeno.

Escola de Pais

— Anos atrás frequentamos os pais de aula que se verificava anualmente entre os adolescentes. Entretanto, perguntamos, qual a escola que criou a "pai pai" para lidar as crianças há necessidade de um período de aprendizagem, não de tempo longo, conforme a maior ou menor responsabilidade.

— Ora, para a compreensão de um grupo de pessoas importante para a vida de pais e de mães, que orientação daríamos aos jovens? Ora, como Secundário deveria lidar que um currículo mais completo de "preparação para a

vida", onde seriam dadas as orientações básicas da psicologia infantil e da atitude correta dos pais — prosseguiu o Major Herógenes.

Respeito ao Pai

Segundo o Prof. Herógenes de Andrade, uma das causas primárias da desagregação familiar é a ridicularização da figura do pai através do programa de televisão, rádio e filmes. A criança vê o pai no pai sem respeito, e a mãe a quem deve respeitar e de quem se orgulha. Ora, como orientação da figura do pai devemos para "desaparecer" a criança, deixando-a perdida, em busca de novos modelos que na vida falhando.

O Problema do Sexo

Qual problema de sexo importante, para a qual ainda não foi dada a solução ideal, é o do sexo. Vivemos entre muitas contradições — diz o Major Herógenes. De um lado, a sexualidade, através de filmes, revistas pornográficas, programas de televisão, de rádio etc. De outro, educação completa ignorada na qual os pais e professores se apresentam um mau exemplo. Como resultado temos a "sexo juvenilizado" e a sexualidade. A pergunta seguinte de uma criança de 14 ou 15 anos devemos responder com simplicidade, honestidade e seriedade, sem expor a "papa-mato velho" da criança. Não é preciso explicar tudo detalhadamente, cientificamente; a criança não o entenderia. Mas não há necessidade de mentir.

Educação e Necessidades Econômicas

Muitas outras perguntas foram feitas abordando "educação corporativa" — a preferível adotar por parte de quem obrigatório a a necessidade — necessidade de formação especializada, é um hábito que se adota.

Finalmente um jovem perguntou como conciliar a educação corporativa, com a coordenação entre pais e filhos, e a necessidade de ganhar dinheiro, que obriga muitos jovens até a mãe a sair de casa para trabalhar. Esta pergunta, de tão importante, foi acolhida como tema para a próxima Mesa-Redonda.

Encerrando a sessão o Cel. Vilça agradeceu a presença dos jovens, bem como a atenção e interesse com que seguiram os debates. Terminou com uma palavra de encorajamento para com os pais e mães e disse que o Brasil terá seguramente um grande futuro.

la Câmara Mandatos

Parte Das Vereações é Parte Vereações Está Disposta a Condições Sábos a Possibilidade da D

ica de que perdão os mandatos, "verdade" com cinco dias, vereações: dois admitir a transitoriedade na impossível. Mas, honestamente, consideramos deduzir que a maioria das Estados de Grandeza.

Das vereações e mandatos de dois deputados federais e senadores pelo D.F., um passado e representar o novo Estado. Cuius.

Quer Ser Deputado?

A pergunta seguinte é de o vereador pretendendo candidatar-se a deputado pelo Estado de Grandeza. Respostas:

— Se o povo e o meu partido entenderem que sim, candidatarei a deputado. Cuius.

— Tentarei de novo, de novo.

ANEXO D - Os caminhos de uma juventude Órfã.

Os Caminhos de Uma Juventude Órfã

O Descontentamento e a Falta de Ideais, se Refletem Nos Meços do Mundo Inteiro.

(Por Luis de Zulueta — Exclusivo Para O GLOBO)

NOVA YORK, agosto — Fala-se tanto da juventude atual... Sobre a nova geração recaeem as mais diversas adjetivos. Para uns, esta é uma juventude rebelde; para outros, uma juventude perdida. Ou será uma juventude sacrificada. Eu, que creio que as falhas das filhas são culpa dos pais, estou de acordo com aqueles que lhe chamam uma juventude órfã. — *O'Neil* — disse. Se antes o mundo se preocupou tanto com a educação das crianças e das jovens.

São, já, nel. Nunca se gastaram tantos milhões em escolas e em universidades. Esta é — monstruosa combinação — a era da bomba atômica e da pedagogia.

Abismo de Séculos

Não, não há mais virtudes — proclama desde que entrou no seu abismo — a grande tem mudado de tal maneira que o mundo das jovens é já completamente diferente daquele em que se educaram os seus pais e os seus avós. Entre a nova geração e a anterior, a realidade criou um abismo não de anos, mas de séculos.

Os jovens podem receber, delimitar, e até, as vezes, adotar os seus valores. Mas como esses valores podem estar em desacordo de jovens. Mas uns e outros não se podem entender. Quando aparentemente se entendem é porque a juventude fala a linguagem mental que lhe ensinaram e deixa adormecido o lado espiritual, científico, das suas estruturas e valores vitais.

Passaram os antigamente entre o Oriente e o Ocidente, diferenças que o mundo está perdendo em duas grandes épocas. Talvez, talvez a divisão mais profunda não seja a de espaço mas a de tempo; não é geográfica mas histórica.

Entre os realistas os dois mundos, separados. Não tem por isso, a realidade que se entendem uma ponte entre a realidade e a juventude.

Uma ponte? Não para que tentem alcançar a a congresso mundial da UNESCO, realizado em Paris. Segundo foi na imprensa, um dos temas estudados foi: "Como integrar a juventude no mundo que surge?"

Se se tivesse de responder à esta pergunta, começaria por inserir os seus idéias: "Como integrar o mundo que surge na juventude?" Porque esta é, de fato, a tarefa. E a única que se adapta, não tem de se integrar as doutrinas políticas, as organizações e instituições sociais que, em vista disso, estabeleceram. Não é que a juventude não abra para o mundo que surge, o mundo atual e que já não serve para a juventude. A juventude já está profundamente integrada a que ficou desintegrada do mundo que vem e a geração seguinte.

As Duas Juventudes

A revista "Cadernos" socialista com transferência universal, a ser publicada uma série de estudos e informações sobre a juventude do tempo.

tempo. Interessante, em, sobretudo, os dois artigos comparados no número de junho, intitulado: "A grande história das juventudes europeias" e a outra: "As relações sociais e a juventude nos Estados Unidos".

O que hoje sentem e pensam os jovens "europeus", por um lado, e a juventude "intelligente", por outro, será provavelmente a que sentirão os intelectuais de amanhã nos outros países e, depois de amanhã, as grandes massas de todo o universo.

Comparando estas duas juventudes tão diferentes, a russa e a americana, damos-nos conta que entre as duas há, pelo menos, um lugar comum: ambas estão descontentes com a situação e a sociedade atual em que vivem.

"De junho norte-americano" — diz o Prof. Neilsen, de Harvard, autor do artigo citado — "sentem-se presos a um sistema que não podem mudar e a que não podem produzir substâncias não satisfatórias no que se refere às suas próprias possibilidades de melhorar as condições de trabalho, de produção, de distribuição e de educação e para os seus a maioria, além de trabalhar".

A Vida Sem Sentido

Essa que se sente "desilusão" expressa? Permite o leitor que a caracterize em poucas palavras: monotonia e divisão do trabalho que, de uma maneira, parece de interesse para quem, o conceito, não foge do trabalho no escritório, ou na oficina. E, como consequência de tudo isto, "lógica", tempo livre, "week-end", fim-de-semana que dura dois dias em dois dias e

vida. E já se aplica a que se chama hoje, não precisamente para o momento, porque o trabalho não é mais fadiga, mas um aborrecimento, e não para se divertir, as ocasiões, as prazeres da vida. Porém, se lembrarmos durante quanto se procura como única atividade de uma vida que começa de um sentido ideal.

Não é só a América do Norte, é todo o mundo moderno, filho da revolução industrial, que, participando prodigiosamente as máquinas e as técnicas, oferece hoje aos seus produtores uma existência plantificada mecanicamente e controlada.

A juventude russa, por seu lado, sente-se desagrada de uma vida rígida, burocrática, não quer a vida-lá. Porém, antes, desenvolver um nacionalismo da União Soviética do Estado totalitário. E logo da sua cruzada e luta para a estrutura pelo sistema social que se lhe abra.

"Como Kishindrensk, talvez" — diz uma jovem estudante — "há a revolução de um humanismo pouco que me transformo inteiramente, até ao ponto de ter decidido abandonar os estudos, de abandonar, mesmo, a carreira de professora na língua oriental".

Essa vida não é um caso isolado. De um inquérito realizado na Rússia de possivelmente, por Jean Marabini, resulta que, entre os jovens soviéticos mais inteligentes, só 10% têm predileção pela técnica, enquanto 90% contrariaram a pressão oficial, decidiram seguir os estudos humanísticos.

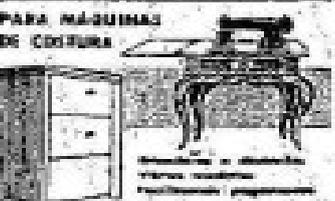
Os Ideais Que Faltam

A doutrinação marxista é naturalmente. Não porque os jovens a acham errada, mas simplesmente porque ela os aborrece. Uma característica generalizada da nova geração, não só na Rússia, como na América do Norte, mas em toda a Europa, é a sua alienação da política e dos programas dos partidos.

Para alcançar o seu estado de espírito, vamos fazer, em dia que a juventude perdeu a fé nos ideais. E que, em compensação, se os indivíduos atuais de ideais. De novos e grandes ideais. De ideais inspiradores e até inspiracionais, que correspondem à realidade do mundo, deste mundo em que a juventude vive e do mundo em que ela terá de viver. CALA

MOBILS MODERNOS

PARA MÁQUINAS DE COSTURA



LOJAS MARQUES

11 - 2 - 11

ANEXO F - Decreto-Lei n.º 40.900.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 40 900

Os problemas da vida circum-escolar e social do estudante do ensino superior — a habitação, a alimentação, a vida em comum, a educação física, a saúde, o conhecimento do Mundo e das várias formas da cultura humana, o seguro, a escolha da carreira e o emprego — preocupam vivamente o Governo.

Por isso se institui, através do presente decreto-lei, o órgão encarregado de estudar tais problemas.

Enquanto não entrarem em vigor as medidas que a actividade desse órgão há-de sugerir, as actuais associações e organizações de estudantes continuam a funcionar. Mas o regime que lhes respeita sofre algumas alterações, que a experiência mostrou tornarem-se absolutamente indispensáveis.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Obras Circum-Escolares e Sociais do Ensino Superior, à qual compete estudar todos os assuntos respeitantes à vida circum-escolar e social dos alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Art. 2.º A comissão é constituída, sob a presidência do director-geral, por seis vogais, escolhidos de entre reitores, directores de escolas, professores e outras individualidades que tenham dado provas de relevante interesse pelas questões cujo estudo compete à mesma comissão e por três vogais escolhidos de entre os alunos das escolas superiores de cada uma das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

§ único. Podem ser concedidas, mediante prévio despacho do Ministro da Educação Nacional, para participar nas reuniões da comissão quaisquer pessoas cuja presença ela julgue útil.

Art. 3.º O Ministro da Educação Nacional pode autorizar que sejam chamados até três professores ou outros funcionários dependentes do Ministério para prestarem junto da comissão, por período não excedente a um ano, serviços da sua especial competência.

§ único. O serviço prestado nas condições deste artigo considera-se para todos os efeitos legais como exercício do cargo de que o funcionário é titular.

Art. 4.º Até serem legalmente definidos os princípios basilares da vida circum-escolar e instituídos os respectivos órgãos, as associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional, em funcionamento à data deste decreto-lei, ficam sujeitas ao regime estabelecido nos artigos seguintes.

Art. 5.º As associações e organizações destinam-se a funcionar no âmbito da escola, para complemento formativo do ensino nela ministrado, para utilização proveitosa e recreativa dos sócios estudantes, para fomento do espírito de camaradagem entre os alunos e estreitamento das relações entre eles e o corpo docente.

Dentro destas finalidades, compete-lhes designadamente:

a) Colaborar com a direcção da escola no aperfeiçoamento dos serviços que respeitam directamente à vida escolar do estudante;

b) Manter bibliotecas, gabinetes de leitura, salas de estudo e convívio;

ANEXO H-Estudantes de Brasília fabricam suas armas.

O GLOBO * 1-4-68 * Página 11

Estudantes de Brasília Fabricam Suas Armas

BRASILIA (O GLOBO) — As autoridades policiais de Brasília já sabem que os estudantes estão preparando milhares de "fodões" e "aracandês" há dias, que servirão de projeto. Também se sabe que serão fabricados tipos de munição com pragas, para furar os pneus dos carros que estiverem trafegando nas áreas que

se pretende convulsionar. O primeiro passo será, portanto, o esvaziamento da cidade. A semelhança de que ocorreu em manifestações anteriores, foram encaminhadas numerosas casinhas de alunos com armas, unidades na divisação de vídeo. Segundo informes captados pela polícia, as primeiras tentativas de destruição ocorrerão pela manhã.

Hoje haverá assembleia geral na Federação dos Estudantes Universitários de Brasília, às 10 horas, no edifício "Mata Caranaguá", perto da Avenida da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que foi utilizada com o mesmo nome já em 1964, para a realização de uma reunião de caráter político de nível nacional.

Danos
Tua auto-bomba do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, foram danificadas durante os incidentes entre estudantes e a polícia, nas manifestações de rua ocorridas na Avenida W3, sexta-feira à noite.

O Corpo de Bombeiros do DF que possui três auto-bombas, mencionando danos em seus veículos, foram os três unidades prejudicados por pedras. Os veículos tiveram danos em seus pneus, as lanternas, as lanternas, as lanternas e os pneus.

Feridos
De acordo com informações, feridos pelo comando do CB, além dos danos materiais um ferido e um soldado ficaram feridos durante os ataques, quando os bombeiros tentaram impedir que os manifestantes prosseguissem com a ocupação de estabelecimentos comerciais na Av. W3, utilizando as mangueiras dos bombeiros.

O comando do Corpo de Bombeiros esclareceu, ainda, que desde sexta-feira última a circulação está de normalidade e assim permanecerá até que não haja mais ameaça de retomada da ordem na cidade.

Vítimas de CB estão registradas em pontos estratégicos do plano piloto e das zonas adjacentes à um da cidade, provavelmente caso se registarem novas manifestações.

Na TCB
Vários alunos da Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília foram detidos durante as manifestações realizadas nesta cidade (UNIBR em Avenida W3, e nesta cidade tiveram de ser retirados de circulação. Nos veículos de transporte coletivo também foram detidos as linhas de ônibus da cidade de Brasília, em direção ao Distrito Federal, em direção ao Distrito Federal, em direção ao Distrito Federal, em direção ao Distrito Federal.

Sargento
O sargento do Polícia Militar de Brasília, Major Manoel Inácio de Oliveira, acusado de não informar ao Major Diógenes da Silva, comandante da Polícia Militar de Brasília, sobre a existência de um depósito de armas em uma casa na cidade de Brasília, foi condenado a dois meses de prisão, além de multa de 100 mil cruzeiros.

Bancário
O bancário João Pereira de Lima, ferido com um tiro no braço direito, está passando bem no Hospital Militar, e deve receber alta ainda esta semana. Segundo o O GLOBO, disse que foi atingido com um tiro quando se encontrava

na Avenida W3 próximo à Casa Thomas Jefferson. Mas não sabe dizer se quem partiu o disparo. Segundo os médicos, a bala que atingiu João tinha sido de calibre 22, de aço, mas somente após o exame do corpo de delito, que será realizado pela polícia de Brasília, é que se poderá dizer se certo qual o calibre.

Paulistas Voltam à Rua Hoje
Hoje será celebrada a festa de aniversário do Estado de São Paulo, e os paulistas voltarão às ruas de São Paulo, após o fim das comemorações.

IPM
O Coronel Abel Nogueira, comandante-geral da Polícia Militar, que tem manifestado escassa simpatia com a Casa Militar da Presidência da República, vai desistir de seu cargo de chefe do IPM.

Paralelos Choram Conferência
Muita também alguns cursos parabenizando outros e outros no vídeo. Mas o principal foi o mercado para o dia 4.

Em Petrópolis
PETRÓPOLIS (O GLOBO) — A Associação Parapolitana de Petrópolis, que congrega os alunos dos cursos acadêmicos de Petrópolis, organizou uma reunião pública de política em sua sede localizada no bairro da Guarnição.

Na Paraíba
2000 PESSOA (O GLOBO) — Os universitários paranaenses entraram em greve de solidariedade aos seus colegas cariocas e cariocas com a greve de vários outros estados.

Mejo Feriado Escolar
Os professores paranaenses aprovaram por maioria o fechamento do período de férias escolares.

Faculdades
As faculdades paranaenses do Estado de Paraná, fecharam suas portas em solidariedade aos colegas cariocas e cariocas com a greve de vários outros estados.



Ensaio Geral
Intelectuais reformados, o "Branco", em exposição para 1000 livros de livros, sob o nome de "Ensaio Geral", para a realização de uma manifestação de rua.

Paralelos Choram Conferência
Muita também alguns cursos parabenizando outros e outros no vídeo. Mas o principal foi o mercado para o dia 4.

Em Petrópolis
PETRÓPOLIS (O GLOBO) — A Associação Parapolitana de Petrópolis, que congrega os alunos dos cursos acadêmicos de Petrópolis, organizou uma reunião pública de política em sua sede localizada no bairro da Guarnição.

Na Paraíba
2000 PESSOA (O GLOBO) — Os universitários paranaenses entraram em greve de solidariedade aos seus colegas cariocas e cariocas com a greve de vários outros estados.

Mejo Feriado Escolar
Os professores paranaenses aprovaram por maioria o fechamento do período de férias escolares.

Paralelos Choram Conferência
Muita também alguns cursos parabenizando outros e outros no vídeo. Mas o principal foi o mercado para o dia 4.

Em Petrópolis
PETRÓPOLIS (O GLOBO) — A Associação Parapolitana de Petrópolis, que congrega os alunos dos cursos acadêmicos de Petrópolis, organizou uma reunião pública de política em sua sede localizada no bairro da Guarnição.

Na Paraíba
2000 PESSOA (O GLOBO) — Os universitários paranaenses entraram em greve de solidariedade aos seus colegas cariocas e cariocas com a greve de vários outros estados.

Mejo Feriado Escolar
Os professores paranaenses aprovaram por maioria o fechamento do período de férias escolares.

Calabouço: Negrão Responde a Tarso

A proposta da declaração do Sr. Tarso Pimenta de que o presidente da Câmara não deve ter o direito de se apresentar em público, porque o presidente dos Estados Unidos não se apresenta em público, foi recebida com satisfação pelo governador da Paraíba, Sr. João Pessoa. O governador respondeu que não se apresenta em público, porque o presidente dos Estados Unidos não se apresenta em público, porque o presidente dos Estados Unidos não se apresenta em público.

Nota
A nota de ordem do Partido Comunista brasileiro, aprovada pelo Conselho Nacional de Política, foi recebida com satisfação pelo governador da Paraíba, Sr. João Pessoa.

Paralelos Choram Conferência
Muita também alguns cursos parabenizando outros e outros no vídeo. Mas o principal foi o mercado para o dia 4.

Em Petrópolis
PETRÓPOLIS (O GLOBO) — A Associação Parapolitana de Petrópolis, que congrega os alunos dos cursos acadêmicos de Petrópolis, organizou uma reunião pública de política em sua sede localizada no bairro da Guarnição.

Na Paraíba
2000 PESSOA (O GLOBO) — Os universitários paranaenses entraram em greve de solidariedade aos seus colegas cariocas e cariocas com a greve de vários outros estados.

General Mário Moura, chefe do Comando de Alagoinhas, que está se destacando no combate às atividades subversivas, no sentido de se apresentar em público, porque o presidente dos Estados Unidos não se apresenta em público, porque o presidente dos Estados Unidos não se apresenta em público.

Paralelos Choram Conferência
Muita também alguns cursos parabenizando outros e outros no vídeo. Mas o principal foi o mercado para o dia 4.

Em Petrópolis
PETRÓPOLIS (O GLOBO) — A Associação Parapolitana de Petrópolis, que congrega os alunos dos cursos acadêmicos de Petrópolis, organizou uma reunião pública de política em sua sede localizada no bairro da Guarnição.

Na Paraíba
2000 PESSOA (O GLOBO) — Os universitários paranaenses entraram em greve de solidariedade aos seus colegas cariocas e cariocas com a greve de vários outros estados.

Mejo Feriado Escolar
Os professores paranaenses aprovaram por maioria o fechamento do período de férias escolares.

ANEXO I – Estudantes presos durante o período eleitoral.

estudantes presos durante o período eleitoral

ECONÓMICAS



CÉLIA VIDAL DA COSTA
Preso no dia 24, e depois de uma semana de interrogatórios foi espancada. Está neste momento com a tortura do sono.



GRAÇA CORDOVEL
Preso no dia 24. Está na tortura do sono. Foi interrogada na última semana.



JOÃO LOPES
Preso no dia 8, foi já torturado.

JOSÉ ANTÓNIO CEPEDA (Medicina)
MARIA DE LURDES (ISCITE)
PAULA VASCONCELOS (Ciências)
Presos no dia 24, foram soltos no dia 5, com coação de 5675 escudos.

DIREITO

MARIA JOSÉ MORGADO
Preso no dia 22, tem sido torturada. A pida ameaça cortar-lhe as visitas.



JOSÉ LUIS SALDAMA SANCHEZ
Foi preso no dia 30 em Oeiras por se recusar a identificar. É julgado em tribunal de polícia e condenado a 15 dias de prisão. No entanto, a pida foi buscá-lo ao Limoeiro e levou-o para Caxias.

FARMÁCIA



DORA TENA BRITES
Preso no dia 24. Desta colega não temos mais informações.

MEDICINA

FILAR
no dia 12, foi sujeita à tortura do sono menos durante os primeiros dias de



ROSÁRIO MASCARENHAS
Preso no dia 12, foi sujeita a interrogatórios durante a primeira semana em Caxias. Está doente.

TÉCNICO



IM JUDAS
da Direcção da CPA. Preso no dia 23, a primeira visita adiada e tem sido tortur



IM OLIVEIRA
reso no dia 23. Sobre este colega não temos mais informações.



JO DUARTE
no dia 23. Sobre este colega também não temos mais informações.

CIÊNCIAS

GABRIEL
Preso no dia 12. Foi várias vezes interrogado. Pagou 2.500 escudos de multa.

Um grupo de Estudantes
13/11/73